

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

LUCIANE CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

**GESTÃO URBANA NA PERSPECTIVA DA ECOSSOCIOECONOMIA: ANÁLISE
DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO
DO CABULA, SALVADOR - BA**

CURITIBA

2016

LUCIANE CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

**GESTÃO URBANA NA PERSPECTIVA DA ECOSSOCIOECONOMIA:
ANÁLISE DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA GOVERNANÇA DO
TERRITÓRIO DO CABULA, SALVADOR - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU da Escola de Arquitetura e Design da Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca de Paula Santos da Silva

CURITIBA

2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

S237g
2016 Santos, Luciane Cristina Ribeiro dos
Gestão urbana na perspectiva da ecossocioeconomia: análise dos arranjos institucionais para a governança do território do Cabula, Salvador BA / Luciane Cristina Ribeiro dos Santos; orientador, Carlos Alberto Cioce Sampaio; coorientadora, Francisca de Paula Santos da Silva. --- 2016
177 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.
Bibliografia: f. 159-172

1. Planejamento urbano. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Sociedade civil. 4. Economia social. 5. Desenvolvimento econômico. 6. Política pública.
I. Sampaio, Carlos Alberto Cioce. II. Silva, Francisca de Paula Santos da. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. IV. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

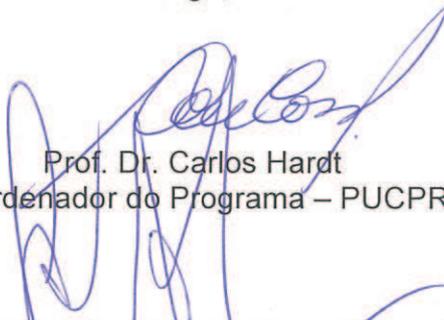
TERMO DE APROVAÇÃO

**“GESTÃO URBANA NA PERSPECTIVA DA ECOSSOCIOECONOMIA: ANÁLISE
DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO DO
CABULA, SALVADOR - BA”**

Por

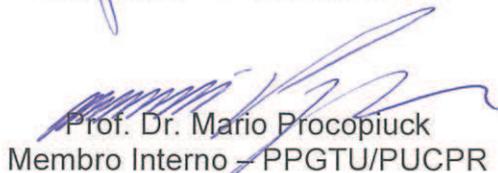
LUCIANE CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Carlos Hardt
Coordenador do Programa – PUCPR

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Orientador – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Mario Procopiuck
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva
Membro Externo – Coorientadora – UNEB



Prof. Dr. Luiz Panhoca
Membro Externo – UFPR

Curitiba, 25 de fevereiro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde, força, garra, determinação e coragem de encarar o mestrado até a sua conclusão.

Aos meus pais, ao pai Orozimbo de Jesus Ribeiro (*in memoriam*), que descansa na eternidade, e a minha mãe Almerly Terezinha dos Santos Silva, a qual me acompanha nesta trajetória, lutando e vibrando com as nossas conquistas.

Meu agradecimento especial aos meus heróis: meu esposo, companheiro e amigo, Jocemar dos Santos, que sempre está ao meu lado apoiando-me e encorajando-me a sempre seguir em frente. Ao meu filho querido e amado, Jhonatan Roberto Ribeiro dos Santos, que é o nosso presente de Deus.

Aos meus irmãos, Luciele dos Santos Ribeiro, Marcelo dos Santos Ribeiro, Leandro Antônio Ribeiro dos Santos, Evandro Ribeiro dos Santos e Ricardo dos Santos Silva, bem como aos meus aos meus cunhados, cunhadas e sobrinhas.

Aos meus amigos e colegas, que sempre entenderam as ausências.

Sou grata de coração a oportunidade que Deus me deu em conhecer o Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, permitindo-me realizar um mestrado sob sua orientação, por conta do aprendizado, pela partilha de diversas atividades acadêmicas, bem como por todo o crescimento profissional e pessoal proporcionado.

A minha coorientadora, Dr. Francisca de Paula Santos da Silva, pela acolhida, aprendizados e desenvolvimento da pesquisa na área de estudo escolhida.

Aos colegas do Núcleo de pesquisa em Ecosocioeconomia (NECos): Simone Calistro Bortolossi, Manon Garcia, Yenifer Silva Segivia, Vanessa dos Santos, Camille Zanette, Franciele Fagundes, Liliane Cristine Schlemer Alcântara e, ao amigo Alan Ripoll Alves.

Aos envolvidos no projeto TBC, Cabula e entorno, em especial à lala Serra Queiroz e a sua família, pela acolhida em Salvador, enquanto realizava a pesquisa de campo, bem como a todos os atores do Cabula e entorno, os quais contribuíram para com esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), que contribuíram para com o meu crescimento acadêmico. Em especial, ao professor Dr. Mario Procopiuck.

Ao professor Dr. Luiz Panhoca, por sua contribuição para este trabalho.

Aos amigos e colegas, pelo apoio e companheirismo: Ana Cristina de Camargo, Janaina Pasqual, Jimena Grignani, Eliza Mara Arruda Dias, Lara Cristina Freitas, Liz Ehlke Cidreira, Mauro Guariente, Karla Dallagassa e Edinei S. Oliveira.

Agradeço à querida Polyana Mara Schlenker pelo contínuo auxílio e atenção.

Aos colegas da Trilhas Incubadora Social Marista da PUCPR.

E, por fim, agradeço à instituição Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por criar o prêmio Marcelino Champagnat, com o qual fui contemplada por mérito acadêmico, podendo assim cursar o mestrado com isenção de mensalidade. Sem tal abono, nada disso seria possível.

Dedico a presente dissertação à minha
família, pelo apoio incondicional.

RESUMO

Parte-se do pressuposto de que espaços urbanos, quando constituem redes associativas ou organização da sociedade civil, atuando de maneira a contribuir para a concepção e implantação de políticas públicas criam ambiência para a emergência de arranjos institucionais e socioprodutivos que, por sua vez, podem promover iniciativas, muitas vezes ainda invisíveis ao próprio Estado em um primeiro momento. Assim, nesta pesquisa, entende-se por arranjos institucionais não apenas a esfera governamental, mas também a de apropriação da sociedade civil e de como ela está organizada, pressupondo uma estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável, traduzida como processos coletivos de gestão participativa. A problemática que emerge no contexto desta dissertação está em identificar quais são as prerrogativas para estabelecer governança nos arranjos necessários para promover iniciativas socioeconômicas. O presente trabalho objetiva analisar a governança das iniciativas de economia solidária do Cabula, conjunto de 17 bairros, localizado no município de Salvador-BA. Com vistas a compreender esse cenário foram estruturados os seguintes objetivos específicos: a) mapear as iniciativas socioprodutivas e sociopolíticas relacionadas à economia solidária, desenvolvidas no Cabula e entorno; b) identificar a estrutura da governança do arranjo institucional e socioprodutivo das iniciativas de economia solidária no local; c) analisar a governança das iniciativas de economia solidária do Cabula e entorno; d) analisar os resultados que favorecem o desenvolvimento dos empreendimentos solidários. De modo a cumprir tais objetivos, foram aplicados instrumentos metodológicos, de ordem quali-quantitativa, por meio de levantamentos teóricos e atividades de campo, onde foram utilizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas, associadas à observação. Como resultado, a governança do Cabula e entorno apresentou como destaque o projeto TBC, Cabula e entorno e o projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio de Jovens Negros. Constata-se que a triangulação dos projetos TBC e *Motumbaxé*, entre organizações governamentais, terceiro setor e a sociedade civil organizada, sendo este entrelaçamento de esforços, em prol de objetivos em comum. Por meio de uma metodologia pedagógica, promovem espaços de aprendizagem social e política, propicia uma ambiência para a vivência desses atores, para praticar comportamentos, condutas, valores, experiências e conhecimento por meio de diálogo entre os diferentes atores da sociedade e com o Estado. Esses arranjos visam a promoção de ações, com o apoio e parceria de várias iniciativas que se relacionam entre si, são exemplos dessas ações: eventos, feiras, oficinas, seminários, aulas entre outros. Igualmente, fortalecem as demandas da comunidade, seja elas, social, cultural, educacional, ambiental ou econômico e, como contrapartida, essas fortalecem os arranjos. Dessa forma, caracteriza-se a governança do Cabula e entorno.

Palavras-chave: Ecosocioeconomia Urbana. Desenvolvimento Territorial Sustentável. Sociedade Civil Organizada. Arranjo Socioprodutivo. Turismo de Base Comunitária.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Demarcação Espacial dos 17 Bairros do Cabula e entorno.....	21
Figura 2 – Universidade do Estado da Bahia (UNEB).....	31
Figura 3 – Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá.....	32
Figura 4 – A Rede de governança da Economia Solidária no Brasil.....	72
Figura 5 – Síntese da metodologia de pesquisa.....	88
Figura 6 – Matriz do arranjo institucional e socioproductivo.....	90
Figura 7 – Delimitação Prefeitura bairro do município de Salvador.....	95
Figura 8 – Macroareas.....	96
Figura 9 – Produtos desenvolvidos pela Belladecor.....	119
Figura 10 – Arranjo do Projeto TBC, Cabula e entorno.....	122
Figura 11 – Arranjo do Projeto Motumbaxé: contra o extermínio de jovens negros	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População e densidade populacional bruta segundo a Prefeitura bairro	35
Quadro 2 – Diagnóstico dos pontos fracos e ameaças do Cabula e entorno.....	36
Quadro 3 – Atores de Políticas públicas.....	49
Quadro 4 – Fases e etapas da pesquisa.....	82
Quadro 5 – Matriz Analítica da Pesquisa.....	84
Quadro 6 – Mapeamento das iniciativas sociopolítica e socioproductiva de economia solidária identificadas no Cabula e entorno	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.C	Antes de Cristo
AATC	Associação Alternativa dos Trabalhadores Cegos
ADESC	Associação de Desenvolvimento Sócio Educativo e Cultural da Bahia
AEC	Associação Escola Católica
AEC	Associação Escolas Católicas
AMAB	Associação de Moradores Amazonas de Baixo
AMS	Mulheres de Sussuarana
APL	Arranjo Produtivo Local
APN	Agente da Pastoral Negros do Brasil
ASA	Ação Social Arquidiocesana
ASCULT	Assessoria Especial de Cultura e Artes
BA	Bahia
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAPDEVER	Centro Afro Promoção e Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin-
CAPES	Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CAT.	Categorias
CCN	Cidadania e Consciência Negra
CCP	Centro Comunitário da Pituba
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDHU	Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini
CENPAH	Centro de Pastoral Afro Pe. Heitor Frisotti
CEPED	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia
CESE	Coordenação Ecumênica de Serviço
CESOL	Centro Público de Economia Solidária
CGM	Controladoria Geral do Município
CMS	Conselho municipal de saúde
CMT	Conselho Municipal de Tributos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPES	Cooperação e Ações em Políticas Públicas de Economia Solidária

CODESAL	Comissão de Defesa Civil do Salvador
COFD	Coordenação de Formação e Divulgação
COFES	Coordenação e Fomento à Economia Solidária
COMFIS	Coordenação de Microfinanças
CONAES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.
CONSAD	Conselho de Administração
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSU	Conselho Universitário
COOFE	Cooperativa Múltiplas Fontes
COPVM	Coordenação do Programa Vida Melhor
COS	Comissão Organizada de Sussuarana
CRIA	Centro de Referência Integral de Adolescentes
DCET	Departamento de Ciências Exatas e da Terra
DCH	Departamento de Ciências Humanas
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EaD	Educação à distância
ECOSOL	Economia Solidária
Ed.	Editor
Ed.	Editora
EGBA	Empresa Gráfica da Bahia
EIVA	Estudos de Impacto Urbano e Ambiental
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
ETBCES	Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária
EVA	Etileno Vinil Acetato
f.	Folha
FAPESB	Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia
FBB	Fundação Banco do Brasil
FEBA	Faculdade de Educação da Bahia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
FOFA	Forças – Oportunidades – Fraquezas - Ameaças

GAACSS	Grupo de Apoio às Causas Culturais e Sociais de Sussuarana
GACOA	Grupo Artístico e Cultural <i>Oloruns</i> da Arte
GTP	Grupo de Trabalho Permanente
HGRS	Hospital Geral Roberto Santos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de ensino superior
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
ILO	<i>International Labour Organization</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica e Cooperativa Popular
LIMPURB	Limpeza urbana de Salvador
MCTI	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
NUPDEC	Núcleos de Proteção e Defesa Civil
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público
OSGS	Observatório Social da Grande Sussuarana
p.	Página
PAC	Programa de Aceleração ao Crescimento
PANGEA	Centro de Estudos Socioambientais
PD	Plano Diretor
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PMES	Pequenas e Médias Empresas
PMS	Projeto Moinho Solidário
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PPGEduC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PPGTU	Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
Prof ^a .	Professora

PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
PSF	Posto de Saúde Familiar
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Rev.	Revista
RTUARSS	Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis e Solidários
s/nº	Sem número
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor
SECTI	Secretaria de ciência Tecnologia e Inovação
SEEBA	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SEMOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESEB	Superintendência do Ensino Superior da Bahia
SESOL	Superintendência de Economia Solidária
SETRE	Secretaria de Emprego Trabalho e Renda
SINDEC	Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil
SJCDH	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SUCOM	Secretaria de Urbanismo
SUCOP	Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador
SUDECON	Superintendência do Desenvolvimento da Bahia
TBC	Turismo de Base Comunitária
THABA	Programa de Tecnologia da Habitação
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIME	União Metropolitana de Educação e Cultura
UPA	Unidade de pronto atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CABULA, SEU ENTORNO E SUA URBANIZAÇÃO	21
3	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	40
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	45
3.1.1	Arranjos institucionais como instrumento de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento local	51
3.1.1.1	Arranjos Produtivos Locais (APLs).....	57
4	ECOSSOCIOECONOMIA PARA UM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	63
4.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO EXPRESSÃO DA ECOSSOCIOECONOMIA.....	69
4.1.1	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	74
5	METODOLOGIA	80
5.1	FASES DA PESQUISA.....	82
5.2	COLETA DE DADOS.....	84
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	91
6.1	MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS SOCIOPRODUTIVAS E SOCIOPOLÍTICAS RELACIONADAS À ECOSOL DESENVOLVIDA NO CABULA E ENTORNO	91
6.1.1	SECRETARIA DE EMPREGO TRABALHO RENDA E ESPORTE (SETRE)	91
6.1.2	SUPERINTENDÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SESOL)	93
6.1.3	Centro Público de Economia Solidária – CESOL de Sussuarana	93
6.1.4	Prefeitura Bairro – Cabula/Tancredo Neves	95
6.1.5	Universidade do Estado da Bahia – UNEB	97
6.1.6	INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULAR - ITCP – UNEB99	
6.1.7	CULTARTE	100
6.1.8	Cooperativa Múltiplas Fontes – COOFE	101
6.1.9	Espalhafatos Cooperativa Baiana de Comunicação	102
6.1.10	Domingo Alternativo	103
6.1.11	Cozinha comunitária Tempero de Mãe	105

6.1.12 Centro de Pastoral Afro Pe. Heitor Frisotti - CENPAH.....	107
6.1.13 Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini - CEDHU.....	108
6.1.14 CAPDEVER – Centro Afro Promoção, Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin – Motumbá – Motumbaxé.....	109
6.1.15 Sarau da Onça.....	110
6.1.16 Grupo Ágape	110
6.1.17 Associação de Moradores Amazonas de Baixo – AMAB	111
6.1.18 Terreiro de Candomblé – <i>Ilé Asé Ominijá</i>	113
6.1.19 Criando com as Mãos.....	116
6.1.20 Grupo Cultural Fazendo com as Mãos.....	117
6.1.21 Belladecor – Artes em flores	118
6.1.22 Bete Alimentos.....	119
6.1.23 Amor Divino Lanches	119
6.2 IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DO ARRANJO SOCIOPOLÍTICO E SOCIOPRODUTIVO DAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO LOCAL	120
6.2.1 Projeto TBC, Cabula e entorno.....	121
6.2.2 Projeto <i>Motumbaxé</i> : contra o extermínio de jovens negros.....	123
6.3 ANÁLISE DA GOVERNANÇA DAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CABULA E ENTORNO	127
6.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS QUE FAVORECEM O DESENVOLVIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	135
7 CONCLUSÕES	149
7.1 QUESTÃO PROBLEMA: QUAIS SÃO AS PRERROGATIVAS PARA ESTABELEECER GOVERNANÇA NOS ARRANJOS NECESSÁRIOS PARA PROMOVER INICIATIVAS SOCIOEMPREENDEDORAS?.....	149
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	153
7.2.1 Mapeamento das iniciativas socioprodutivas e sociopolíticas relacionadas à ECOSOL desenvolvidas no Cabula e entorno	153
7.2.2 Identificação da estrutura da governança do arranjo sociopolítico e socioprodutivo das iniciativas de economia solidária no local	154
7.2.3 Análise da governança das iniciativas de economia solidária do Cabula e entorno.....	154

7.2.4 Análise dos resultados que favorecem o desenvolvimento dos empreendimentos solidários.....	155
7.3 OBJETIVO GERAL: ANALISAR A GOVERNANÇA DAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CABULA, CONJUNTO DE 17 BAIRROS, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA.....	155
7.4 RECOMENDAÇÕES	158
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE.....	173
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	173
ANEXOS	174
ANEXO A - ROTEIRO DE COLETA DE DADOS	174
EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	174
ANEXO B – FORMULÁRIO QUALITATIVO DE COLETA DE DADOS.....	176

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as crises socioeconômica, socioambiental e sociopolítica, relacionadas aos impactos negativos da globalização, podem ser consideradas fatores que contribuem para a exclusão social, bem como para a segmentação e degradação ambiental. Elementos esses que, somados ao sistema de produção, consumo e distribuição, contribuem também para a degradação da natureza, por exemplo: pressão do aumento populacional sobre os recursos naturais, aquecimento global, ameaças nucleares, erosão dos solos, desertificação, conflitos políticos e étnicos, mudanças climáticas, falta de planejamento e gestão no processo de urbanização, ausência de políticas públicas que contemplem problemas sociais, ambientais, econômicos, dentre outros, mostram-se cada vez mais explícitos, gerando riscos à vida humana (GARCIAS; AFONSO, 2013).

Ressalta-se que, com a ausência de políticas públicas estruturadas, em especial em territórios economicamente vulneráveis, onde o Estado, geralmente, se faz ausente, normalmente ocorre uma deficiência no ordenamento territorial, ocasionando uma urbanização precária, característica de espaços denominados por periferia ou comunidade carente, com falta de infraestrutura (saneamento básico, transporte coletivo, segurança pública, educação, entre outros).

Dessa forma, o território refere-se a um modo de tratar fenômenos, processos e situações, os quais ocorrem em determinados contextos e espaços, onde se produz e se transforma (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Cabe ressaltar que o presente trabalho concebe espaço econômico sob o prisma do território, onde o espaço econômico é construído em sociedade, dotado não apenas de recursos naturais da geografia física, mas também da história construída pelos indivíduos que nele habitam, por meio de valores e regras, bem como de arranjos institucionais, os quais dão expressão e formas sociais à produção coletiva, nesse caso, no espaço da cidade, que contém em seu âmbito relações políticas, produtivas, sociais, econômicas, ambientais, entre outras, tornando complexo o ato de governança.

A governança compreende a maneira pela qual as instituições se organizam na prestação de serviços à sociedade, na gestão dos recursos públicos, na divulgação de suas informações, no relacionamento com a sociedade civil e na construção de arranjos institucionais necessários à implementação de políticas públicas (REZENDE, 2012). A gestão urbana, por sua vez, envolve um conjunto de diferentes atores que

participam da organização público-privada da cidade, de forma associativa (REZENDE, 2012).

O Estado, por meio do governo e sua governança, se relaciona na tentativa de identificar as demandas da sociedade, tentando cumprir com seu papel de atendimento às necessidades básicas do cidadão, o qual tem direitos à saúde, moradia, liberdade, educação, lazer, transporte, entre outros aspectos, sendo esses os elementos de sua gestão.

As demandas sociais no Brasil, a partir do processo de urbanização e desenvolvimento que se deu a partir da sociedade industrial de consumo e distribuição, somados à globalização, são consideradas geradoras dos problemas como crises socioeconômicas, socioambientais e sociopolíticas. Dessa forma, o indivíduo encontra-se diante da necessidade de mudanças significativas para garantir a sua sobrevivência e de gerações futuras. Portanto, o homem necessita melhorar sua relação com a natureza para garantir o equilíbrio do meio ambiente, sobretudo na questão de produção, consumo e distribuição.

Na tentativa de amenizar impactos urbanos prejudiciais ao meio ambiente e, consecutivamente, ao ser humano, esse trabalho privilegia a visão da ecossocioeconomia, pensada como um tripé indissociável para o desenvolvimento territorial sustentável, pois tem um olhar ambiental, social e econômico.

A ecossocioeconomia se manifesta de diversas maneiras, entre elas, a economia solidária. As temáticas em foco possuem princípios em comum, apontados por diversos estudiosos das áreas, a exemplo da solidariedade, trabalho coletivo, cooperativo, democracia e prática da autogestão. A ecossocioeconomia não tem o propósito de ser um contra modelo ao modo de produção/sistema capitalista, mesmo porque contraria a tese de hegemonia de ideias, mas sim de relevar experiências constituídas de boas práticas quando se tem diagnósticos participativos, comunitários, interdisciplinares e sistêmicos, para pensar e agir em busca de alternativas de solução de problemas de dinâmicas socioambientais territoriais.

Dessa forma, apresenta-se a problemática em torno da lógica ecossocioeconômica, baseada em experiências em curso, as quais se constituem como arranjos institucionais ou sociopolíticos, nos quais relevam conhecimento e identidade local e onde ainda prevalece a visão de efetividade territorial. Em conjunto com os postulados da Economia Solidária, nos quais predominam princípios solidários, sobretudo, a autogestão. Considerando o projeto demonstrativo urbano,

denominado de TBC Cabula e entorno do município de Salvador, Bahia – pergunta-se: quais são as prerrogativas para estabelecer governança nos arranjos necessários para promoção de empreendimentos socioeconômicos?

Na tentativa de resposta para tal questão, parte-se do pressuposto de que espaços urbanos, ao constituírem redes associativas ou organização da sociedade civil, atuando de maneira a contribuir para a concepção e implantação de políticas públicas, criam ambiência para a emergência de arranjos sociopolíticos e/ou socioprodutivos que, por sua vez, promovem iniciativas muitas vezes ainda invisíveis ao próprio Estado em um primeiro momento.

Assim, nessa pesquisa, entender-se-ão como arranjos institucionais não somente a esfera governamental, mas também a esfera de apropriação da sociedade civil e de como ela está organizada, pressupondo uma estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável, traduzidas como processos coletivos de gestão participativa a exemplos das associações, assembleias, conselhos e fóruns (SAMPAIO, 2008).

O presente trabalho de pesquisa integra-se a quatro projetos de pesquisa, financiados por agências nacionais e internacionais¹, além de a autora possuir vínculo como bolsista da Incubadora Social Marista da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), cuja proposta apoia e fomenta a institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária de desenvolvimento territorial, sendo assim esclarecida a interface com a economia solidária com base nos princípios que a regem: humanismo, solidariedade e cooperação, materializados na propriedade coletiva dos meios de produção e autogestão, preservando-se, ainda, o direito à liberdade individual.

Dessa forma, o olhar para as iniciativas de economia solidária do Cabula, conjunto de 17 bairros, se dá na perspectiva ecossocioeconômica por meio de um recorte de Empreendimentos Econômicos e Solidários, ou seja: organizações financeiras solidárias, empresas autogestionárias, cooperativismo popular, redes de

¹ Coordenado pelo Prof. Carlos Alberto Cioce Sampaio, intitulado ou em torno do tema Cidades e Soluções: Ecosocioeconomia urbana: mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com financiamento por meio dos editais Chamada Universal – MCTI/CNPq N° 14/2013; Bolsa Produtividade e Pesquisa/CNPq 2013 (em sua terceira edição), Professor Visitante/Capes-Fulbright e Programa de Pesquisa Básica e Aplicada/Fundação Araucária. No convênio da Fundação Araucária - FA 111/2014, com período de execução previsto de 30 de maio de 2014 a 30 de agosto de 2016, está previsto a execução do presente trabalho de pesquisa.

empreendimentos, associações, clube de trocas e grupos formais e informais. As demais estruturas compostas no aglomerado de rede da economia solidária são para definições de políticas públicas, servindo de suporte aos empreendimentos econômicos e solidários, sendo eles: instâncias governamentais, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ligas ou uniões e entidades de apoio e fomento a empreendimentos de economia solidária, sendo estes arranjos de múltiplos atores.

O recorte da pesquisa para estudar empreendimentos econômicos e solidários foi definido por entender que, no espaço do Cabula e em seu entorno, há uma representatividade significativa de entidades de apoio e fomento para empreendimento de economia solidária, a exemplos da ITCP/UNEB e do Centro de Economia Solidária (CESOL).

Dessa forma, algumas questões norteadoras foram elaboradas para tentar compreender se existe uma governança e se a mesma favorece a articulação entre as iniciativas do Cabula e seu entorno, relacionadas aos arranjos sociopolíticos e socioprodutivos locais, sob a perspectiva da economia solidária. Sendo assim, questiona-se: no Cabula e entorno existem organizações estruturadas? Existem arranjos sociopolíticos e socioprodutivos no local, sob a perspectiva da economia solidária? Existem processos coletivos de participação (associações, assembleias, conselhos, fóruns, etc.)? Como se dá a participação nessas iniciativas?

Assim, tem-se como objetivo geral analisar a governança das iniciativas de economia solidária do Cabula, conjunto de 17 bairros, localizado no município de Salvador-BA.

Na tentativa de alcançar o objetivo geral, foram criados objetivos específicos, a saber: a) mapear as iniciativas socioprodutivas e sociopolíticas relacionadas à economia solidária desenvolvida no Cabula e entorno; b) identificar a estrutura da governança do arranjo sociopolítico e socioprodutivo das iniciativas de economia solidária no local; c) analisar a governança das iniciativas de economia solidária do Cabula e entorno; d) analisar os resultados que favoreçam o desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

Os resultados apontam que o Cabula e seu entorno apresentam um espaço de governança que promove iniciativas socioempreendedoras, as quais geraram aprendizados que poderiam servir de parâmetro para que outras comunidades empreendessem seu próprio modelo de desenvolvimento, pensado através da organização comunitária.

O trabalho é apresentado em sete capítulos, incluindo esta introdução, a qual aborda o problema do presente estudo, bem como as questões norteadoras e os objetivos gerais e específicos. A estrutura apresenta, na sequência, o dado empírico da pesquisa com a contextualização histórica do Cabula, seu entorno e sua urbanização.

O terceiro capítulo, destinado ao levantamento teórico, apresenta, em sua subdivisão temática, um encadeamento que se buscou construir de modo cronológico, sendo abordados o planejamento e a gestão urbana, os principais autores considerados neste estudo foram: Rezende (2006 e 2012), Maricato (2001), Lefebvre (1999 e 2003), Villaça (1999), Castells (2006), Ultramari e Firmino (2009) entre outros. Na temática políticas públicas, os autores são: Heidemann (2009), Frey (2000 e 2012), Procopiuck (2013) e Lindblon (1979) entre outros. Os arranjos institucionais como instrumento de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento local e os arranjos produtivos locais, os principais autores considerados neste estudo foram: Sampaio (2008), Börzel (1998), North (2002), Scott (2008), Hollingsworth (2000), entre outros.

O quarto capítulo contempla a ecossocioeconomia para um desenvolvimento territorial sustentável, apresentado a partir de autores, como por exemplo: Sampaio (2008, 2009 e 2010), Sachs (2000, 2007), Max-Neef (2003) e Yunus (2006). A economia solidária como expressão da ecossocioeconomia, também abordando sucintamente o conceito de turismo de base comunitária, apresentados por autores a exemplo: Singer (2002), Razeto (2011), Mance (2003), Sampaio (2009), Silva (2012), entre outros.

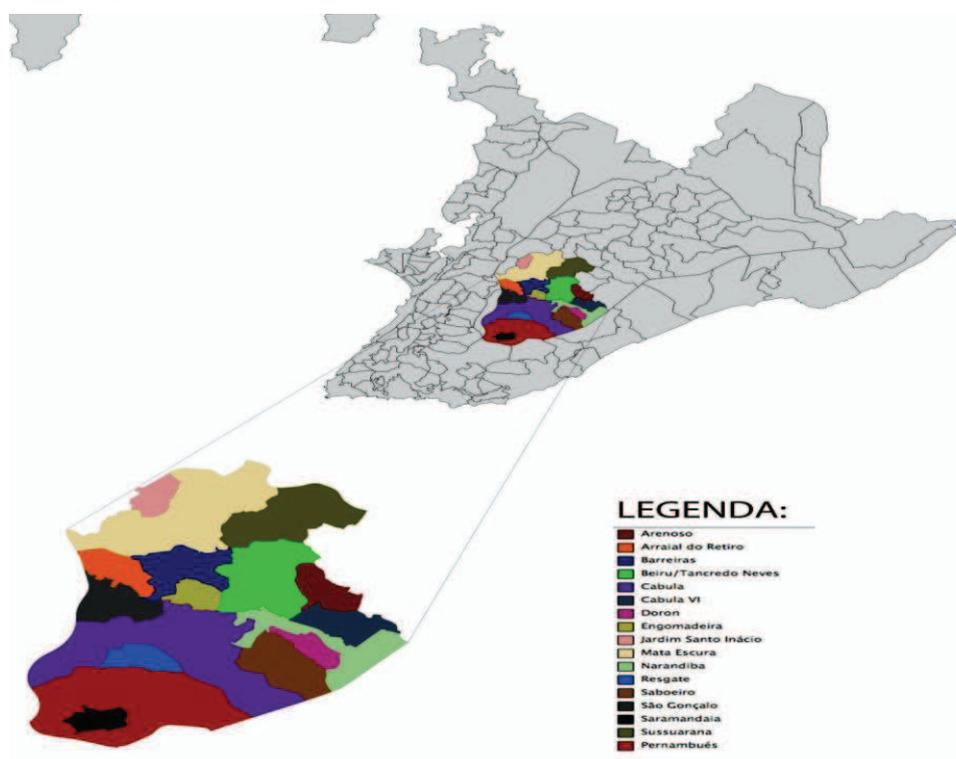
O quinto capítulo descreve os procedimentos metodológicos. A estruturação visa mostrar o critério adotado para a seleção dos empreendimentos econômicos e solidários, bem como a fase da pesquisa, processo de coleta de dados e a matriz analítica.

O sexto capítulo contempla os resultados da pesquisa. E, por fim, as conclusões encontram-se no sétimo capítulo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CABULA, SEU ENTORNO E SUA URBANIZAÇÃO

O Cabula está geograficamente localizado no centro do município de Salvador – Bahia, conforme pode ser observada na figura 1, a área em destaque refere-se aos bairros do Cabula e os que se localizam em seu entorno situando-se entre a Avenida Luiz Viana Filho (Paralela) e a BR-324, ao norte, até os limites da cidade com o município de Simões Filho. Estes bairros são tratados como periferia social, mais do que geográfica.

Figura 1 – Demarcação espacial dos 17 bairros do Cabula e entorno



Fonte: Santos et.al., 2013.

A figura 1 foi elaborada por estudantes do curso de Urbanismo da UNEB, para apresentação de pôster no II Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES) promovido pelo projeto TBC Cabula e entorno. Segundo estudos recentes realizados pela professora Rosali Fernandes, coordenadora do Eixo Dinâmica Urbana, Território do projeto TBC, tal mapa contém bairros que não abrangem a atuação do projeto TBC: Jardim Santo Inácio e Cabula VI.

O Cabula é um bairro do município de Salvador, cuja história foi marcada por conflitos sociais, culturais, econômicos e políticos, através de lutas e resistência de escravos africanos que buscavam a liberdade e a paz.

Segundo Castro (2008), a palavra Cabula tem sua origem na língua *quicongo* de *Angola*. Cabula é conhecido pela comunidade como o antigo quilombo que, por sua vez, é denominado por alguns autores como espaços de acolhimento de escravos e negros fugidos em busca de liberdade, os quais sempre procuravam localidades distantes do centro social para esconderem-se.

Ao longo dos tempos, essas localidades, que antes eram habitadas por comunidades indígenas, passaram a ser habitadas por negros fugidos, criando terreiros de *candomblé*, enfim, a configuração deste espaço vai se modificando. O Cabula foi povoado por negros, principalmente oriundos do *Congo* e de *Angola*, de maneira que era possível serem encontrados, na região do Cabula, terreiros e sacerdotes *quicongos* famosos do *Candomblé*, conhecidos como “zeladores de *nkisi*” que significa: força, magia e divindade (NICOLIN; MENEZES, 2014). Esses povos tocavam e dançava o *kabula*, ritmo religioso *quicongo*, que deu origem ao nome do bairro (NICOLIN, 2015; NICOLIN; MENEZES, 2014).

No século XVI, os povos guerreiros de *Angola* e do *Congo* foram os primeiros escravos trazidos ao Brasil para trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar do Cabula. De acordo com estudiosos da história, os negros africanos escravizados viviam em senzalas, em condições precárias, na maioria das vezes eram tratados cruelmente pelos seus “senhores”, com o amor e a liberdade perdidos, a nostalgia assolava os africanos escravizados, fazendo com que estes tentassem fugir, buscando um local onde pudessem viver em paz (PEDREIRA, 1962).

Os escravos que conseguiam fugir encontravam nos quilombos o abrigo. O termo quilombo é complexo e pode designar diferentes situações. A partir da experiência de Palmares (a maior área quilombola das Américas dentre as experiências de escravidão humana de que se têm notícia) é que o conceito passou a significar uma aglomeração de escravos fugitivos reunidos num determinado local com táticas de defesa. Em termos semânticos, segundo Munanga (1995), a palavra *quilombo* é derivada das línguas de origem *bantu* da África Central e Centro-Occidental, o que significa acampamento e pode indicar um ritual de iniciação entre os guerreiros *imbangalas*, que atuavam em territórios da Angola. Ou seja, o termo Quilombo passou

a indicar lugares onde viviam negros, as palhoças e habitações populares, generalizando-se como sinônimo de favela nordestina (GOMES; REIS, 2005).

Os quilombolas se mantinham por meio de plantações de mandioca, aipim, milho, feijão e tinham criações de animais domésticos. Há indícios de que os quilombolas roubavam os viajantes e, em algumas vezes, esses eram assassinados, de forma que o governo da colônia, por ordem do rei, organizou várias expedições contra os quilombolas (PEDREIRA, 1962).

No final do século XVI, devido à baixa produção de cana-de-açúcar, os holandeses e franceses fizeram os portugueses adentrarem no interior da colônia, com o intuito de encontrar novas formas de expandir seu patrimônio material. Nesse cenário emerge uma nova rota de tráfico, a saber: Costa da África, de onde trouxeram povos de *Daomé*, *jejes*, *nagôs* e os *iorubás* (NICOLIN, 2015; NICOLIN; MENEZES, 2014; FERNANDES; SANTOS; SANTOS, 2004).

Segundo Reis (2008), devido à familiaridade dos negros africanos com a colônia, facilitou-se o deslocamento dos escravos pelas ruas da capital, subúrbios, recôncavo e interior. Dessa forma, o tráfico negreiro estendeu-se na Bahia pelos séculos XVIII e XIX, aumentando as fugas e formação de quilombos em várias regiões, o que ocasionou forte impacto social, fortalecendo o processo de resistência dos quilombolas (SCHWARTZ, 2001; GOMES, 2005).

Esses movimentos sociais ocorridos nesse período fizeram com que o Governo tomasse atitudes, por meio da autoridade do 6º Conde da Ponte, D. João Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito - governador da Bahia em exercício na ocasião, que ordenou a prisão de uma sacerdotisa de maior prestígio encontrada no local, a Nicácia², portadora de deficiência física, cuja história de vida foi marcada por luta e resistência, por exercer suas funções sacerdotais, ela foi presa e exposta em praça pública (REIS, 2003; MARTINS; SOUZA, 2013; NICOLIN, 2015; NICOLIN; MENEZES, 2014).

A política administrativa, na tentativa de evitar pressões sociais dos escravos, além de expor a prisão de Nicácia em praça pública, adotou ações, a saber: ataque e destruição a quilombos; proibiu as práticas tidas por “supersticiosas” e a feitiçaria;

² De acordo com Nicolin (2015), Nicácia faleceu em 14 de Março de 1807.

proibiram-se batuques de qualquer ordem e toque de recolher – as punições eram castigos físicos, entre eles, 150 chibatadas (REIS, 2008).

É reforçado por Martins e Souza (2013) que o Cabula foi palco de manifestações sociais, culturais, econômicas, políticas e de resistência negra, valendo ressaltar que o Beiru, reconhecido por Tancredo Neves, é considerado como parte do Cabula histórico e seu entorno. Suspeita-se de que, durante o período colonial, o local pode ter sido ponto de confluência com o quilombo “*Buraco do Tatu*”, depois acabou se tornando propriedade do *negro de angola*, conhecido como *Beiru* (MARTINS; SOUZA, 2013).

O ataque ao quilombo do Cabula ocorreu no dia 30 de março de 1807, em uma operação articulada, que contou com soldados bem armados, “capitães do mato”³ selecionados e cabos de polícia, em mais uma ação deliberada pelo 6º Conde da Ponte, sob a justificativa de que a fuga dos escravos ocasionava prejuízos para os seus “senhores” (MARTINS; SOUZA, 2013).

Da mesma forma, Sacramento (2008) complementa que, além das práticas repressivas, com a participação da figura dos “capitães do mato” e de milícias, foi muito comum a mobilização, por parte das autoridades, de populações indígenas. Sobre este aspecto, vale ressaltar que a utilização militar dos índios era comum na composição das equipes de patrulha, carregadores e auxiliares usados nas tropas no período das campanhas de reconhecimento dos quilombolas, a ideia era identificar todas as comunidades quilombolas, atacá-las e destruí-las com a ajuda dos indígenas sob o comando dos portugueses (SCHWARTZ, 2003).

Em 1826 houve a rebelião do quilombo *Orobó*. Eles eram vendedores de frutas, carnes, ervas medicinais e mandioca. Esses quilombolas tinham contato com a sociedade oficial. Dessa forma, pode-se dizer que existia uma organização social em tais espaços, não se tratando apenas de um lugar de refúgio, e sim se caracterizando por um território político-social com líderes e organização militar, social e econômica própria (NICOLIN, 2015). Os quilombolas que conseguiram escapar (morte e prisão) conseguiram refúgio nas matas do Cabula, porém, o governo da província da Bahia, ao retomar as terras quilombolas, as vendeu à aristocracia da Bahia, onde, em

³ Os capitães do mato eram policiais especializados em capturar escravos fugidos (AMARAL, 1922).

registro, é apontada a Condessa de Pedrosa como uma das proprietárias de terras do Cabula, fato ocorrido em 1882 (NICOLIN; MENEZES, 2014; NICOLIN, 2015).

O desenvolvimento histórico da Cidade de Salvador ocorreu mediante a influência do instituto da sesmaria⁴, sendo um meio que a coroa Portuguesa encontrou para colonizar as terras do continente. Por meio do instituto, as terras foram divididas e adquiridas por particulares, com objetivo de torná-las produtivas (PEREIRA, 2011).

Neste contexto, o quilombo do Cabula dá lugar às fazendas e chácaras produtoras de laranja. A produção de laranjas era bastante significativa na área, sendo produzidas e comercializadas até a década de 60, quando teve início o processo de ocupação urbana da área (GOUVEIA, 2007; 2010).

A expansão da cidade de Salvador ocorreu de maneira horizontal, “o que propiciou a vinda de uma praga que destruiu os laranjais do Cabula, conseqüentemente, a população da localidade promoveu uma transformação no uso do solo e na vida da localidade” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 543).

A urbanização do Cabula ocorreu por conta da interferência do Estado, do ponto de vista habitacional, a partir da década de 60, com as políticas de ocupação da região central de Salvador (GOUVEIA, 2007; 2010). A cidade de Salvador, entre os séculos XVI e XIX, “esteve dividida em freguesias, ou paróquias, as quais eram delimitadas pela Igreja Católica, instituição de forte presença na colonização brasileira. Neste cenário, o Cabula pertencia ao segundo distrito da Freguesia do Passo” (GOUVEIA, 2010, p.58).

De acordo com o Plano de ocupação para a área do miolo de Salvador (1985), foram definidos quatro pólos de ocupação: Região do Cabula, Região de Pau da Lima, Área de Cajazeira e Área de Mussurunga/São Cristovão (NUNES; SOUZA, 2007). Mais tarde, no ano de 1987, em virtude de estudos do Plano de Desenvolvimento Urbano para Salvador (PLANDURB), a cidade passa a ser dividida em 17 Regiões Administrativas, de acordo com a retificação da Lei Municipal nº6586/2004 (PDDU/2004) e vigora até então.

⁴ O instituto da sesmaria foi criado em Portugal, no ano de 1375, pelo Rei D. Fernando I, devido à crise econômica existente neste país por causa das constantes guerras e devido à peste negra que assolou a Europa. Por meio deste instituto, foram concedidas terras portuguesas por tempo determinado e gratuito a todos aqueles que quisessem produzir nas mesmas, com o objetivo de promover o aproveitamento econômico do solo (PEREIRA, 2011, p. 4).

A ocupação do Cabula, de forma mais intensa nos anos 70, ocorreu em uma série de ocupações ou autoconstruções desordenadas, quando a população carente migra de outras áreas de Salvador ou provém do meio rural como forma de resolver o problema da moradia (NUNES; SOUZA, 2007). Da mesma forma, alguns dos bairros associados já se apresentavam, entre os assentamentos mais significativos nesse período, a presença de chácaras e de áreas verdes ainda era o aspecto marcante no bairro (FERNANDES, 1992).

Nesse sentido, Nunes e Souza (2007) destacam a tipografia da região, que conta com cotas entre 10 e 110 metros, sendo os pontos mais altos da cidade, com topos relativamente planos e entalhados por vales profundos. Possui uma ampla rede de drenagem natural, com declividades acentuadas em alguns trechos. A ocupação ocorre nas cumeadas e nas meias encostas, o que preserva os fundos dos vales. A composição da vegetação conta com remanescentes de Mata Atlântica, árvores de grande porte e zonas de mata, como a represa do Cascão, Prata e a Mata dos Oitis e também as plantações de fundo de quintal. Ainda segundo os autores, as principais bacias hidrográficas localizadas na região são formadas pelos rios Camurujipe, Cachoeirinha, Pituauçu, Saboeiro e Cascão (bacia das Pedras), Jaguaribe e Ipitanga - em termos de área, o território corresponde a 36,74% de toda a cidade e, em termos de população (na época em questão), representava cerca de 28,67 % de Salvador.

O Estado, como agente de produção do espaço, no contexto da ocupação do Miolo da cidade de Salvador, foi determinante para a consolidação do Cabula como bairro. Esta ação teve início em 1943, quando se instalou na área uma unidade do exército, o 19º Batalhão de Caçadores (GOUVEIA, 2010). A partir da expansão urbana do Cabula, impulsionada pela expansão dos transportes, foram implementadas vias para a mobilidade urbana de pedestres e cargas, as quais mudaram a dinâmica de ocupação da área. Estas conferiram ao bairro uma posição estratégica do ponto de vista habitacional e da expansão de serviços no seu entorno, a saber: em 1965-1966, a criação da Avenida Silveira Martins e, em 1970, a Avenida Luiz Viana Filho - conhecida como Avenida Paralela (FERNANDES, 1992).

Esse período, segundo o Estudo de Impacto Urbano Ambiental (2011), foi marcado por transformações vivenciadas pela localidade em ritmo acelerado, sendo destaque a implantação de grandes equipamentos públicos e privados. No processo acelerado de urbanização, na área habitacional, algumas fazendas foram vendidas e

divididas em lotes, substituindo as antigas áreas verdes por conjuntos habitacionais e, da mesma forma, ocorreram às ocupações ilegais.

Na atualidade, parte das áreas de Salvador encontra-se nas mãos de grupos empreendedores e invasores (PEREIRA, 2011). Assim, de acordo com o Estudo de Impacto Urbano Ambiental (EIUA, 2011), as áreas mais valorizadas são de propriedade de grandes grupos empreendedores.

A partir de 1970, os órgãos públicos promoveram um processo de industrialização da região norte de Salvador, o que proporcionou um crescimento do Cabula em uma área residencial e de serviço. Neste período, a população era de aproximadamente 30 mil habitantes (PEREIRA; OLIVEIRA, 2013). Nessa ocasião, destaca-se a construção da estação rodoviária no vale do Camaragibe, a instalação do primeiro *Shopping Center* (Iguatemi) nas imediações da rodoviária e a expansão imobiliária na Pituba e arredores (PEREIRA; OLIVEIRA, 2013).

Contudo, é percebido o investimento e interesse do setor imobiliário no bairro do Cabula, que tem comprado as chácaras para a construção de condomínios residenciais e empresariais, como é o exemplo o Horto Bela Vista, próximo à Via Portuária, mostrando que a área continua se destacando por suas atividades terciárias (PEREIRA; OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Gottschall et al. (2006), outro destaque é a transferência de grande parte das instituições públicas do poder estadual para o Centro Administrativo da Bahia (CAB), que se localiza ao entorno da avenida Luiz Viana Filho, no bairro de Sussuarana.

O bairro do Cabula, em 1980, continua seu processo de crescimento, dentro dos padrões econômicos da cidade de Salvador. Atualmente possui atividades relacionadas ao setor terciário, tendo como destaque os diversos *shoppings*, a exemplo: *Plaza Shopping Cabula*, *Shopping Conexão Comercial*, *Cabula Tropical Center* e *Cabula Master Shopping*; supermercados: hipermercado *Wal-Mart*; clínicas; restaurantes: Paraíso Tropical (que funciona dentro de um sítio com uma grande horta e diversas árvores frutíferas, as quais servem de insumos para a elaboração de pratos exóticos da culinária baiana); universidade: Universidade do Estado da Bahia (UNEB); escolas; serviços públicos: Posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC); diversas lojas, que oferecem inúmeros produtos e; terreiros de candomblés: *Ilê Axé Opô Afonjá*, *Adê Iso*, *Viva Deus* e *Ilê Ebi Oká*, terreiros esses que compõem também atividades turísticas (PEREIRA; OLIVEIRA, 2013). Essas são a maior parte das

atividades e do setor terciário. Os empreendimentos desse setor estão próximos da BR-324 e da Via Portuária.

O Bairro do Cabula e as localidades adjacentes contaram com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para infraestrutura rodoviária, a principal obra presente no Cabula é a construção da BR-324/BA na Rótula do Abacaxi, a qual teve um custo de R\$129,5 milhões e se relaciona à Via Portuária de Salvador (financiada pelo PAC), tratando-se, dessa forma, da primeira via expressa da cidade de Salvador (PEREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 544):

[...] foram realizadas vias elevadas sobre: a antiga Rótula do Abacaxi e a ladeira do Cabula; a linha do Metrô, a interligação do Largo Dois Leões e a Cidade Nova; o túnel na Ladeira da Soledade e o elevado sobre a Avenida Jequitiaia e Oscar Pontes, em Águas de Meninos. Desse conjunto de obras, a interseção, localizada na Rótula do Abacaxi, constitui-se o trecho onde há um conjunto de viadutos que levará à BR-324.

A construção de tal Rótula visou melhorar o escoamento de produtos agrícolas, como soja e manufaturados. Na busca de solução aos grandes conflitos de tráfego existentes no local, foi ampliado o número de faixas da Av. Heitor Dias e da Estrada da Rainha, também se pretendeu diminuir o fluxo de cargas pesadas dentro da cidade de Salvador, de forma que essas cargas sigam diretamente para a zona portuária e/ou à BR-324. O empreendimento favorece a mobilidade dos pedestres, com construção de calçadas e ciclovias, dessa forma propiciando à localidade a ligação entre os bairros, feita por passarelas, visando potencializar a revitalização dos bairros e do comércio do entorno. Todas essas obras logísticas do PAC foram estudadas e liberadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Observa-se a presença do Estado na política de urbanização por meio de programa de habitações populares, política de mobilidade urbana, através de pavimentação, estradas, rodovias e metrô. E, no final dos anos 70 e meados dos anos 80, se faz presente com serviços públicos, nesse contexto destacando-se: UNEB, Hospital Geral Roberto Santos e Penitenciária Lemos Brito.

Inaugurado em março de 1979, Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), considerado o maior hospital público do estado da Bahia, de alta complexidade, terciário e de caráter assistencial, tem também serventia de ensino, certificado pelos Ministérios da Saúde e da Educação. É referência nos serviços de emergência, hemorragia digestiva, nefrologia, pediatria, clínica médica, cirurgia buco-maxilo-facial,

cirurgia geral, neurocirurgia, cirurgia pediátrica e neonatal, maternidade de alto risco, entre outras especialidades médicas⁵.

O Governo do Estado da Bahia anunciou a Resolução nº 1.176, de 03 de dezembro de 1982, em Assembleia Legislativa do Estado a Lei do Art. 1º, deste modo criando, em termos da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a UNEB, sob a forma de autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, com personalidade jurídica de direito público, autonomia acadêmica, administrativa e financeira e patrimônio próprio – a mesma foi criada pela Lei Delegada 66/83, que substituiu a Superintendência de Ensino Superior da Bahia (SESEB), A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), maior instituição pública de ensino superior da Bahia, fundada em 1983 e mantida pelo Governo do Estado por intermédio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEEBA), está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi (BRASIL, 1983).

A Penitenciária Lemos Brito – localizada na Rua Direta da Mata Escura, s/nº , Complexo Penitenciário, CEP: 41225-000, Salvador, Bahia onde custodia presos condenados, dando cumprimento às penas privativas de liberdade, em regime fechado e com segurança máxima⁶.

Mesmo com o processo de urbanização o Cabula não perdeu a sua forte herança africana, representada pelos inúmeros terreiros de candomblé, existentes na região até hoje (FERNANDES; SANTOS; SANTOS, 2004; NICOLIN, 2015). O termo Africano-brasileiro foi criado para atribuir um significado aos valores simbólicos dos africanos herdados por seus descendentes nascidos no Brasil (LUZ, 2013).

É possível encontrar, no Cabula, referências simbólicas de reterritorialização da África, entre elas pode-se mencionar a comunidade-terreiro *Ilê Axé Opô Afonjá*, localizada na comunidade de São Gonçalo do Retiro, tratando-se de um patrimônio tombado há muito tempo, o qual é referência político-social do império *Iorubá* no mundo (NICOLIN, 2015).

Os símbolos do patrimônio cultural da Bahia são apresentados, principalmente na mídia, por meio de prédios em estilo barroco e neoclássico, igrejas católicas, estátuas dos heróis de descendência europeia, os quais mantiveram, a todo custo, a

⁵ Disponível em: <https://maecanguruhgrs.wordpress.com/a-nossa-historia/>> acessado em 27 de maio de 2015.

⁶ Disponível em: <http://www.seap.ba.gov.br/index.php/idades-capital/penitenciaria-lemos-brito> acessado em: 27 maio de 2015.

escravidão africana e o genocídio dos indígenas brasileiros. Porém, no Brasil, o patrimônio cultural encontra-se resguardado nas atitudes do povo brasileiro, não apenas em monumentos erguidos pelo homem, mas sim em homenagens aos povos europeus, em termos materiais, casas, esculturas, pinturas – sendo a Bahia o lugar que mais traduz a pluralidade cultural brasileira (NICOLIN, 2015). O conceito de patrimônio, nesse caso, pode ser tratado por uma lógica do poder material de um grupo cultural, o (luso-europeu, sobre outros povos, os indígenas, africanos e africano-brasileiros), mesmo que este grupo de poder econômico seja minoria populacional e de contribuição para formação, bem como a preservação da maioria do patrimônio civilizatório do Brasil (NICOLIN, 2015).

Enquanto o Cabula se moderniza, a educação africana no bairro preserva os lugares, modos e formas de linguagem da África, que são repassados aos baianos por meio de conversas entre homens mais velhos diante dos mais novos, renovando-se, no campo das profissões em desuso, de pedreiros, ferreiros e de pescadores, tais formas de educação continuam sendo muito fortes e presentes no Cabula do Beiru, da Engomadeira, da Sussuarana (NICOLIN, 2015).

Esse crescimento acelerado e desigual do Cabula se dá devido à expansão da cidade de Salvador. Atualmente, o centro não dispõe de espaço para tamanha demanda da população. Essa localidade, que sempre foi uma periferia social, vem sendo visada como espaço de especulação imobiliária. Dessa forma, a população vem sofrendo com o contraste de hábitos, costumes, com a chegada de *Shoppings Centers*, conjuntos habitacionais e condomínios de luxo.

O bairro Cabula, de acordo com o Censo (2010), a população era de 6.941,08 habitantes e, de acordo com informações de moradores da comunidade, limita-se ao Norte com São Gonçalo do Retiro; ao Sul com Pernambués e a Oeste com Pau Miúdo. O bairro dispõe de comércios com preços variados, sendo empreendimentos coordenados pela própria comunidade. Por outro lado, possui também grandes empresas, que estão localizadas no bairro e em seu entorno, atendendo às necessidades da população residente. Há ocupações residenciais regularizadas, a exemplo de conjuntos habitacionais, e não regularizadas, a exemplo de invasões, sobretudo, o Cabula conta com a presença da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) conforme contemplada na figura 2.

Figura 2 - Universidade do Estado da Bahia (UNEB).



Fonte: a autora, 2015.

De acordo com Censo (2010), a população do bairro de Pernambués era de 20.479,42 habitantes. Situa-se próximo aos bairros do Cabula, Pituba e Brotas. Suas conexões estão interligadas com a Avenida Luís Viana (Paralela) e com a Rótula do Abacaxi. Constituem-se por área nobre e carente os comércios variados, como clínicas, hospitais, supermercados, farmácias, casas lotéricas, *shoppings*, conjuntos habitacionais de luxo, dentre outros.

O bairro Estrada das Barreiras está localizado próximo à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), limitada pelos bairros Mata Escura, Engomadeira, Beiru e Cabula I. O bairro oferece diversos tipos de habitações, sendo a maioria constituída por casas, além de condomínios e construções irregulares. Possui um comércio variado, como mercados, mercearias, lojas de roupas, calçados e acessórios, barracas de hortifrúti e outros estabelecimentos.

São Gonçalo do Retiro está localizado entre a Estrada das Barreiras e a BR 324 e, segundo o site Cultura Todo Dia, é considerado como símbolo religioso africano, pois abriga o terreiro de Candomblé mais famoso da região: *Ile Axé Opô Afonjá*, sob o comando de Mãe Stella de Oxóssi. O terreiro é contemplado na figura 3.

Figura 3 – Terreiro *Ilê Axé Opô Afonjá*

Fonte: a autora, 2015.

Resgate localiza-se, de acordo com alguns moradores da região, “dentro do bairro do Cabula”, tendo em vista que a cidade do Salvador segue uma lógica de divisão de bairros, pois a mesma não possui uma regionalização de tais bairros em nenhum dos órgãos oficiais ou não oficiais da cidade. A população do bairro, de acordo com Censo de 2010, é de 15.142 habitantes. Dispõe de alguns comércios. Há ocupações residenciais, como por exemplo, conjuntos habitacionais e casas (SILVA; SÁ, 2012).

O bairro Doron apresenta uma população de 17.140 conforme o Censo (2010). Está localizado entre os bairros do Saboeiro e do Cabula VI, próximo à Avenida Paralela e Edgar Santos. O bairro dispõe de comércios, atendendo às necessidades da população residente. Há ocupações residenciais a exemplo de conjuntos habitacionais (SILVA; SÁ, 2012).

Fazenda Grande do Retiro recebeu esse nome porque realmente era uma fazenda, que pertencia ao Sr. Justino. Na década de 1940, esse senhor decidiu arrendar a sua propriedade e vender pequenos lotes às pessoas que queriam morar na região. Nesse bairro encontra-se a Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), onde é impresso o Diário Oficial da Bahia, bem como a fábrica MFX da Bahia, onde são fabricados acrílicos (SILVA; SÁ, 2012). O comércio informal do bairro é muito marcante, contando inclusive com uma feira que funciona de domingo a domingo no largo do farol (SILVA; SÁ, 2012).

O Arraial do Retiro, segundo o censo do IBGE de 2010, é composto por uma população de 3.413 pessoas, que habitam residências construídas em terrenos de propriedade alheia e com ausência de serviços públicos básicos ou fora dos padrões

de construção. São 1.105 domicílios nessa situação (SILVA; SÁ, 2012). Apesar dessa situação, o bairro possui ampla variedade cultural e articulação comunitária (SILVA; SÁ, 2012).

O Saboeiro inicia-se na Rua Silveira Martins, situada no Cabula, seguindo até o fundo dos lotes localizados em frente à Avenida Edgard Santos. Compreende, também, a área do Rio Saboeiro, perpassando a Avenida Luís Viana, bem como a Represa do Cascão, finalizando ao fundo dos lotes da Alameda Zulmira Ferreira (SILVA; SÁ, 2012). Sua população é composta, conforme Censo de 2010, de 6.562 habitantes. O bairro dispõe de alguns comércios. Há ocupações residenciais a exemplo de conjuntos habitacionais (SILVA; SÁ, 2012).

O Engomadeira faz parte do miolo de Salvador, localizado entre o bairro do Cabula, Estrada das Barreiras, Mata Escura e Beiru/Tancredo Neves (SILVA; SÁ, 2012).

Algumas de suas principais instituições públicas são a Escola Municipal Álvaro Franco da Rocha e a Escola Municipal da Engomadeira. O Arenoso fica próximo ao bairro Beiru/Tancredo Neves, Cabula VI, C.A.B, Sussuarana, Nova Sussuarana e Novo Horizonte. Conforme dados do Censo de 2010, sua população é de 30.186 habitantes.

O bairro de Saramandaia fica próximo ao bairro de Pernambués, perto de grandes shoppings. A localização permite aos moradores o acesso à Avenida Antônio Carlos Magalhães - ACM, Avenida Luís Viana, entre outras vias importantes (SILVA; SÁ, 2012). Sua população, conforme dados do Censo de 2010, é de 34.394 habitantes. Em termos de estrutura, o bairro possui uma praça conservada, comércio intenso com numerosos mercadinhos e lanchonetes, armarinhos e butiques, sorveterias e barbearias.

O Beiru/Tancredo Neves possui, conforme Censo de 2010, população de 31.469 habitantes. Localiza-se entre os bairros da Engomadeira, Sussuarana, Narandiba e a Avenida Paralela, portanto, no miolo de Salvador, no entorno do Cabula (FERNANDES, 1992). O bairro oferece diversos tipos de habitações, sendo a maioria constituída por casas, além de condomínios e construções irregulares. Possui um comércio variado, mercados, mercearias, lojas de roupas, calçados e acessórios, barracas de hortifrúti entre outros. (SILVA; SÁ, 2012).

A Grande Sussuarana é uma área formada pelos bairros Nova Sussuarana, Novo Horizonte e Sussuarana. Em sua extensão encontram-se loteamentos

configurados por conjuntos habitacionais e construções irregulares. Sussuarana encontra-se com o Centro Administrativo da Bahia (CAB), apresentando-se como um potencializador de iniciativas sociopolíticas e socioempreendedoras. Sua população é, de acordo com o Censo de 2010, de 18.630 habitantes.

O bairro Narandiba inicia-se na Rua Silveira Martins, até alcançar o muro do Hospital Geral Roberto Santos, por onde segue pela encosta até alcançar a Rua Paulo Jackson, alcançando o Rio Saboeiro, seguindo até a Rua Joana Rosa Teixeira. Fica próximo aos bairros Doron e Saboeiro. Sua população é, de acordo com o Censo 2010, de 14.133 (SILVA; SÁ, 2012).

O bairro Mata Escura localiza-se numa área denominada “Região do Cabula” e as antigas estradas rurais (Estrada das Barreiras, Mata Escura, Sussuarana, etc.) (SILVA; SÁ, 2012). Sua população é, conforme Censo de 2010, de 11.651 habitantes (SILVA; SÁ, 2012).

A partir de uma medida da prefeitura de Salvador, a qual criou 10 prefeituras bairros, (melhor explicada no subcapítulo 6.1.3 deste trabalho). A prefeitura bairro VIII denominada Cabula/Tancredo Neves, é responsável pela administração de 22 bairros do município de Salvador, além dos 17 bairros foco deste trabalho é responsável também pela administração dos bairros: Granjas Rurais Presidente Vargas, Calabetão, Jardim Santo Inácio, Novo horizonte e Cab.

Vale ressaltar que este trabalho optou em considerar a delimitação do projeto TBC, o qual considera o Cabula e entorno, apenas os 17 bairros, conforme já mencionados anteriormente.

Contudo, sobre a distribuição populacional das áreas de interesse deste estudo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PPDU, de Salvador, considerando o período compreendido entre 2010 e 2015, traz as seguintes informações, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – População e densidade populacional bruta segundo a prefeitura bairro

PREFEITURA-BAIRRO	Área km² *	Área ha*	População (Censo 2010)	hab/km²	hab/ha
Prefeitura-Bairro I - Centro / Brotas	18	1,783	285,295	16,001	160
Prefeitura-Bairro II - Subúrbio / Ilhas	53	5,339	279,252	5,230	52
Prefeitura-Bairro III - Cajazeiras	22	2,216	193,831	8,747	87
Prefeitura-Bairro IV - Itapuã / Ipitanga	94	9,438	339,498	3,597	36
Prefeitura-Bairro IX - Pau da Lima	20	1,991	184,963	9,292	93
Prefeitura-Bairro V - Cidade Baixa	8	838	178,818	21,340	213
Prefeitura-Bairro VI - Barra / Pituba	23	2,328	360,902	15,500	155
Prefeitura-Bairro VII - Liberdade / São Caetano	14	1,446	383,719	26,538	265
Prefeitura-Bairro VIII - Cabula / Tancredo Neves	26	2,573	371,304	14,432	144
Prefeitura-Bairro X - Valéria	25	2,533	86,213	3,404	34
TOTAL	304.85	30,484.79	2,663,795	8,738.11	87.38

Fonte: PDDU, 2015.

O quadro 1 apresenta que esta região sob administração da prefeitura bairro Cabula/Tancredo Neves, possui uma área/km² (calculada por cartografia digital): 26, área 2.573 ha. Com uma população de 371.304 (a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE), com distribuição Populacional bruta hab/km² segundo o IBGE: 14.432 e 144 hab/ha.

A partir de uma ação promovida pela atual gestão da prefeitura, por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do ano de 2015, e de uma construção participativa, com o intuito de discutir amplamente o desenvolvimento do município, a partir de diversos aspectos, como a sustentabilidade, o ordenamento e a melhoria de vida da população.

Em novembro e dezembro de 2014, a Escola Baiana de Medicina e Saúde e a Escola Municipal da Conceição Santiago Imbassahy receberam a Oficina de Bairros, que reuniu cerca de 82 moradores do Cabula e arredores, com intuito de realizar um diagnóstico dos bairros, a partir da discussão e participação dos moradores. Dessa forma, apresenta-se no quadro 2 o diagnóstico do Cabula e entorno.

Quadro 2 – Diagnóstico dos pontos fracos e ameaça do Cabula e entorno.

CAT.	PONTOS FRACOS	AMEAÇA
HABITAÇÃO & SANEAMENTO	<p>Construção de grandes empreendimentos sem contrapartida; Obras públicas com fiscalização inadequada; Obras públicas paradas; Problemas de infraestrutura (drenagem, pavimentação, iluminação) acessibilidade, espaços culturais; Falta de fiscalização em áreas públicas: invasão pelos empresários; Licenciamento inapropriado de construções; Falta de locais adequados para colocação de contêineres para descarte de lixo; Falta de Estudo de Impacto de Vizinhança; ocupação involuntária (invasão) e falta de fiscalização pela SUCOM (Resgate – final de linha, ao lado do Colégio Aroldo Costa com saída para Luiz Eduardo/Pernambués); existência de encostas com risco de deslizamento (CHOPMI/Pernambués); Falta de saneamento básico – abastecimento de água não atende 100% da região (Sussuarana Velha, nas baixadas e Saramandaia); Falta de conscientização da população acerca do descarte do lixo; Sistema de coleta de lixo é precário na estrada das Barreiras; Falta de macrodrenagem e cobertura dos canais na Estrada das Barreiras e Amazonas; Falta de limpeza das bocas de lobo (geral).</p>	<p>Crescimento imobiliário desordenado; Caos na mobilidade urbana; Problemas de saúde em função da ausência de drenagem; Aumento da violência nos locais com ausência de iluminação; Indisponibilidade de terrenos para construção de escolas; Implantação da “Linha Viva”; Aumento da insegurança pública; Desmatamento de áreas verdes (novos empreendimentos); Problemas de saneamento e poluição em função da ocupação irregular; Saneamento não é ligado à rede e locais que não obtém manutenção (Engomadeira, Saramandaia, Sussuarana – trechos possuem saneamento, outros não); Crescimento desordenado na construção de edifícios, excesso de licenciamentos de edificações ao longo da Rua Silveira Martins; Degradação ambiental (construções acarretando devastação das áreas verdes); Falta de coleta nas transversais, acarretando acúmulo de lixo nas vias principais – Cabula; Aumento da coleta na Sussuarana, a mesma é realizada apenas 2 vezes ao dia; Falta de coleta de entulho (Sussuarana); Caminhão como única forma de coleta – rua estreita impossibilitando o trânsito de veículos; Falta da coleta seletiva (Cabula); Falta de plano de urbanização integrada – ZEIS/ Zona Especial de Interesse Social; Problema de abastecimento de água (Sussuarana); Linha Viva” (Saramandaia), problemas para a comunidade: habitação/desocupação (Cabula); Perda das áreas verdes Crescimento urbano desordenado; Aumento da ocupação desordenada afetando as áreas verdes; Falta de rede pluvial (Silveira Martins, Estrada da Cachoeirinha); Crescimento desordenado das construções irregulares; Falta de saneamento básico e drenagem (Tancredo Neves); Limpeza do canal Nossa Senhora de Fátima, São José; Ausência de saneamento básico.</p>

<p style="text-align: center;">MOBILIDADE & TRANSPORTE</p>	<p>Ausência de mobilidade urbana; Congestionamento; Ocupação desordenada de vendedores informais nos espaços públicos; Falta de fiscalização sobre o trânsito; Carga e descarga em horários inadequados; Ausência de pavimentação asfáltica; Desapropriação da “Linha Viva”; Falta de integração entre ônibus e metrô; Ausência de fiscalização dos órgãos de trânsito nas escolas nos horários de pico; Uso da ciclofaixa como estacionamento; Falta de vias alternativas para desafogar o trânsito (Estrada das Barreiras); Problema de mobilidade urbana (falta de linhas de ônibus para atender a demanda) em toda a região; Problema de mobilidade causado pela implantação de Condomínio Bela Vista (Pernambúes e Saramandaia); Falta de acessos alternativos na região do Resgate – só possui uma saída; Inexistência de radares causando desrespeito e colocando em risco a segurança dos pedestres (CHOPM I); os motoristas não respeitam as sinaleiras Mau funcionamento dos radares (19 BC); Falta de fiscalização da Transalvador em relação às empresas que desrespeitam os pontos de final de linha (Resgate).</p>	<p>Rua Silveira Martins, recuperação asfáltica de baixa qualidade; Problemas com fluxo intenso de trânsito (Sussuarana, período integral e Silveira Martins, nos horários de pico); Inexistência de recuo nos pontos de ônibus, falta de abrigo (geral); Falta de fiscalização (carga e descarga); Ausência de fiscalização do transporte na estrada das Barreiras; Transporte não atende à demanda (Sussuarana, Engomadeira); Infraestrutura dos finais de linha de ônibus: Engomadeira, Tancredo Neves, Sussuarana, Pernambúes; Falta de integração dos transportes públicos; Caos urbano, aumento do congestionamento e dificuldade de locomoção; Aumento da precariedade da acessibilidade para pessoas com deficiência; Falta de acessibilidade no transporte público e nas vias; Falta de segurança no trânsito e sinalização; Ausência de faixa de pedestre defronte à Faculdade Baiana, UNEB, Pernambúes, porta de escolas; Falta de sinalização horizontal e vertical, principalmente, após a recomposição do asfalto; Falta de fiscalização da Transalvador para que os ônibus parem nas baias; Falta de iluminação nas vias e pontos de ônibus; Poucas linhas de transporte público; Falta de novas vias de acessos: da Rua São Carlos à Rua Direta do Arraial; São Gonçalo à BR (Rua Milton Gomes Costa); Rua Saturno para Luís Eduardo Magalhães; Falta de fiscalização dos estacionamentos nas calçadas e regulação da carga e descarga; Falta de passarelas na Luís Eduardo; Falta de estrutura no fim de linha de Tancredo Neves; Aumento de óbitos, atropelamentos pela falta de sinalização; Programa “Domingo é meia” com redução da frota de ônibus;</p>
----------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SERVIÇOS & EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	<p>Insuficiência de creches; Ociosidade do Centro Social Urbano; Ausência de unidades de saúde; Unidades de saúde sem equipamentos; Escolas públicas com problemas de infraestrutura; Falta de mais instituições de ensino público: Pernambuco, Sussuarana, Saramandaia, Amazonas de Baixo, Engomadeira e Estrada das Barreiras; Falta de creches (Estrada das Barreiras, Engomadeira, Amazonas e Resgate/Cabula); Serviços de saúde não atendem adequadamente a região; Falta de equipamentos de saúde em toda a região, exceto Pernambuco;</p>	<p>Iluminação (Tancredo Neves, Pernambuco, Sussuarana, Mata Escura, Engomadeira); Falta de equipamentos de esportes (Mata Escura, Engomadeira, Sussuarana) e de manutenção dos equipamentos existentes; Fechamento da Unidade Básica de Saúde (Sussuarana), falta de atendimento, baixa oferta de serviços de saúde: urgência e emergência; Falta de serviços odontológicos e pediátricos; Falta de infraestrutura total no Arraial do Retiro: escolas, segurança, transporte, saúde, equipamentos; Duplicação da Avenida Gal Costa (Desocupação – Sussuarana); Necessidade de passeio (calçamento) nas avenidas principais dos bairros do Cabula e adjacências; Desapropriação da pista de skate dos Barris Desapropriação da Escola Daniel Combene (1.200 crianças sem escola); Perigo de desabamento do prédio ao lado da 23ª Delegacia (Narandiba) ocupado pelo Detran; Espaço abandonado na entrada da Engomadeira / UNEB (antiga Base Comunitária usada por traficantes e moradores de rua); Intervenção para utilização do espaço no Cabula de toda a comunidade (invasão de pessoas que dominam as áreas); Alto índice de doenças endêmicas; Aumento da marginalidade e drogas; Melhoria na infraestrutura do posto de saúde da igreja católica, Paróquia de São Gonçalo do Retiro; Destruição da creche comunitária; Poucos postos de saúde para Pernambuco com a necessidade de novas UPAs; Ausência de campo de futebol, creches; Capacitação do atendimento da SAMU; Falta da parceria escola / família; Falta de educação, aumento da criminalidade; Aumentar a potência da iluminação pública; Implantação de iluminação pública: Morro do Saboeiro, Morro do Hospital Roberto Santos, bairros periféricos.</p>
ESPAÇOS PÚBLICOS & SEGURANÇA	<p>Ausência de espaços de lazer e interação; Poucos espaços esportivos (precariedade); Presença de áreas abandonadas; Problemas de segurança pública; Inexistência de espaços públicos (praças, parques, áreas para esportes): Estrada das Barreiras, Saramandaia, Sussuarana e Engomadeira; Falta de manutenção dos espaços públicos existentes: Resgate, Parque Jucélia II, Sussuarana, CHOPM I; Falta de segurança;</p>	<p>Espaços vazios que poderiam ser áreas de lazer; Ausência de praças (Beiru); Melhoria na segurança, principalmente, nas escolas e transporte público; Tratamento desigual da polícia nos bairros – falta de respeito; Melhorias na segurança com aumento do contingente policial; Perda dos espaços públicos como praças e escolas públicas para o crime; Falta de segurança.</p>
AMBIENTE & CULTUR	<p>Falta de comunicação da Prefeitura sobre suas ações e programas; Desmatamento das áreas verdes; Invasão do horto florestal;</p>	<p>Falta de espaços para a cultura; Desaparecimento das manifestações culturais das comunidades por falta de apoio do município; Ausência de eventos culturais; Ausência de formação de cidadania.</p>

EMPREG O & RENDA		Desorganização do comércio informal; Falta de comércio (Sussuarana).
------------------------	--	----------------------------------------------------------------------

Fonte: adaptado de PDDU, 2015.

O quadro 2 apresenta, a partir de relatos das comunidades, os problemas do Cabula e entorno em suas diversas instancias: saúde; educação; justiça social; ambiente de negócios; turismo e cultura; mobilidade urbana; ambiente urbano; ordem pública e serviços urbanos; gestão para entrega; e equilíbrio de contas.

3 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

Estudos apontam que, no Brasil, 84% da população vivem na área urbana. Dessa forma, as cidades ganham destaque no protagonismo do desenvolvimento global e, por outro lado, o espaço urbano se constitui cada vez mais complexo devido às diferentes dinâmicas que se correlacionam com este ambiente.

Assim, o planejamento e a gestão no âmbito do espaço urbano têm estado em pauta das discussões de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo das ciências sociais aplicadas, ciência política, sociologia, geografia, ecossistema de inovação, planejamento urbano e regional, das cidades e tecnologias, cidades digitais estratégicas, cidades inteligentes, *smart cities*, economias relacionadas ao desenvolvimento urbano e regional. Do mesmo modo nas áreas do conhecimento, economia solidária, economia limpa, modalidade urbana, sustentabilidade, empreendedorismo e inovação, cooperativismo, ecodesenvolvimento, políticas públicas, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento urbano baseado no conhecimento, redes, cadeias e sistemas de inovação, gestão de inovação, gestão do conhecimento, gestão ambiental e *knowledge, learning and urbanism*, cada qual analisando o espaço urbano sob diferentes perspectivas.

O urbano é caracterizado entre outros pela dimensão de disputa e de controle, todavia, o território a partir do viés geográfico serve de aparato operativo, pois pensar no território urbano possibilita pensar além de domínio e controle (CORREIA *et. al.*, 2014). O território é um local ocupado e usado, já a territorialidade é o ato de pertencer àquilo que nos pertence, ou seja, uma preocupação com o destino dentro da própria área de vivência e reprodução. O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se relacionam com estes objetos.

Sendo assim, o território é o limite físico-político-administrativo, podendo ser definido como uma superfície terrestre que agrega um conjunto de ícones, materiais ou não, caracterizado por um conjunto de projetos intenções e ações concretas, ou seja, a superfície terrestre pode ser entendida como territórios e cidades, que são resultados de anos de seleções cumulativas – cujos ícones materiais foram deixados por nossos ancestrais e serão deixados por nós (SECHI, 2000).

Por outro lado, para Schneider e Tartaruga (2004), território na perspectiva regional refere-se a um modo de tratar fenômenos, processos e situações que ocorrem em determinados contextos e espaço onde se produz e se transforma.

A região aparece como um espaço de conveniência, um quadro a utilizar para a reprodução das relações sociais. Lugares, subespaços, nada mais são de que espaços funcionais. Só a consideração do espaço total permite apreender o papel da paisagem no movimento global da economia e da sociedade.

Outra categoria do espaço de grande importância para a organização das sociedades atuais, sendo dotada de grande complexidade, é a região. Conforme Corrêa (1991), o termo região deriva do latim *regi*, que se refere à unidade político-territorial pela qual se dividia o Império Romano. O termo passou a designar uma dada porção da superfície terrestre que, por vários critérios, era reconhecida como diferente de outra. O conceito chave para os geógrafos e cientistas sociais tem sido empregado quando incorpora em suas pesquisas a dimensão espacial. Região: diferenciação de áreas, paisagem, espaço, lugar e território.

A partir de 1970, o conceito de região reaparece no interior de uma geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético. Novos conceitos de região foram produzidos por geógrafos e não geógrafos, ampliando, todavia mais, seu pluralismo conceitual. Nessa década, surgiram três conceitos: o primeiro refere-se à região como resposta aos processos capitalistas, sendo a região entendida como organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. O segundo relaciona-se ao conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares. O terceiro refere-se à região como meio para interações sociais. Trata-se de uma visão política da região com base na ideia de que a dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação das áreas.

Os diversos conceitos de região que os geógrafos desenvolveram constituem respostas aos múltiplos ângulos que eles observaram e observam do mundo real, já complexamente fragmentado e articulado. Com a globalização, este processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem foi acentuado. A particularidade traduz-se, no plano espacial, na região, resultando essa de processos universais que assumiram especificidades espaciais por meio da combinação do processo de inércia - ação das especificidades herdadas do passado ancoradas no espaço, de coesão ou economias regionais de aglomeração, o que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço.

O conceito de região, de acordo com Corrêa (1991), está conectado à percepção primordial de diferenciação de área, ou seja, aceitar a concepção de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si. Sua definição está diretamente relacionada à finalidade da geografia, que, por sua vez, se concentra em compreender as diferenças entre os lugares, derivadas das relações entre a cultura e a natureza. Segundo o autor, existe um denominador comum entre os paradigmas “a geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da *diferenciação* de lugares, regiões, países e continentes, resultado das relações entre os homens e entre estes e a natureza” (CORRÊA, 1991, p. 8). Se não existisse certa distinção entre as áreas, para usar expressões já consagradas, provavelmente a geografia não teria surgido.

Para Lefebvre (1999 p. 22-23), o espaço urbano torna-se “o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca, [...] a *cidade mercantil* tem seu lugar, no percurso, depois da cidade política [...] a troca comercial torna-se função urbana” dessa função surgem formas arquiteturais ou urbanísticas e, como consequência, emerge uma nova estrutura do espaço urbano, ou seja, o espaço urbano é um campo que privilegia a produção de ideologias, bem como a sobrevivência do capitalismo (LEFEBVRE, 1999; VILLAÇA, 1999).

Sampaio (2005b) reforça que, na lógica mercantil, característica da economia de mercado (capitalismo), existe uma prevalência da produção de demasia, além do valor “bem” ou “serviço” ter um custo acima do real de produção, ou seja, tem um valor de mercado, como mercadoria a ser comercializada, sendo esse o valor de troca.

Assim, de acordo com Lefebvre (1999), a sociedade urbana é aquela que nasce da industrialização e se constitui no processo que absorve a produção agrícola, sendo esse um dos processos de urbanização que completa a sociedade.

O termo urbanização, para Castells (2006), possui dois significados: o primeiro está na concentração espacial de uma população e, o segundo, está na cultura urbana, que compreende sistema de valores, atitudes e comportamentos - ancorando-se no termo técnico de produção, ou seja, na atividade industrial, no sistema de valores (o modernismo) e na forma específica da organização do espaço. É relatada pelo autor a complexidade da questão urbana vinculada a um espaço de produção social, sistema cultural, assim como a dicotomia existente entre urbano e rural, sociedade tradicional e sociedade moderna, bem como o desenvolvimento interligado à transformação de estrutura social (CASTELLS, 2006).

Essa transformação social é vista na cidade que se caracteriza como algo concreto, percebido pelo agrupamento de espaços edificados e espaços livres, infraestrutura, pessoas, meios de produção, que existem simultaneamente de acordo com a sociedade urbana (ULTRAMARI; FIRMINO, 2009; LEFEBVRE, 2003).

O urbano é o termo abreviado de sociedade urbana, cuja definição se relaciona à realidade atual, como horizonte, como virtualidade iluminadora, como um fenômeno que produz e é produzido pela sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999). O urbano está configurado na dimensão social que se relaciona com meios quantificáveis programáveis, geométricos e legíveis – em ação produzida e que produz o urbano (LEFEBVRE, 2003). A cidade é caracterizada da mesma forma, devido os aspectos materiais, que são frutos e produtos das relações sociais.

Não se pode pensar o urbano e a cidade sem planejamento, assim sendo, a etimologia da palavra planejamento emerge do latim *planus*, relacionado com outras línguas latinas – como o termo em espanhol *planeamiento* e em francês *planification* – e anglosaxãs – *planning*, em inglês, e *planung*, em alemão (SOUZA, 2006a). O termo planejamento e suas traduções constituem-se em um único sentido (TEIXEIRA, 2013).

O planejamento na concepção contemporânea estabelece um processo complexo, o qual remete ao futuro, sendo que “planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno [...], com o objetivo de melhor se precaver contra prováveis problemas ou com finalidade de aproveitar possíveis benefícios” (SOUZA, 2006a, p. 149).

Todavia, o planejamento é uma importante ferramenta administrativa, a qual possibilita compreender a realidade, avaliar os caminhos, construir parâmetros para o futuro, estruturando um processo compatível com os trâmites avaliativos de todo o método destinado ao planejamento, o qual trata-se da ação racional (OLIVEIRA JUNIOR, 2012). O autor complementa que o planejamento é um método prático, cíclico e contínuo, devido à realimentação de propostas, resultados e soluções, assim sendo, o planejamento é um processo dinâmico com base na multidisciplinaridade e interatividade no processo de tomada de decisão.

Pensando o planejamento na perspectiva do urbano – a forma urbana apresenta aspectos passíveis de observação e avaliação pelos usuários, por meio dos processos cognitivos, contudo, a dita forma urbana é constituída por um conjunto dos

elementos, a saber: “planejamento urbano e desenho urbano na participação do processo de produção social da cidade” (TEIXEIRA, 2013, p. 36).

Assim, o planejamento urbano é complemento da gestão urbana, os campos são complementares e dependentes, um do outro – nesse sentido, o planejamento seria a previsão de fenômenos futuros, caracterizado pela preocupação da gestão futura, a administração de situações presentes, com recursos disponíveis, contempla os problemas presentes (SOUZA 2006a). Cabe salientar que planejamento urbano e gestão urbana são termos que conduzem ação do contexto (OLIVEIRA JUNIOR, 2012).

Para melhor elucidação, o termo gestão significa administrar ou gerenciar algo na organização. Em linhas gerais, a gestão urbana possui diversas denominações, entre elas: administração e governança – de forma a colocar em prática a ação do planejamento na ciência administrativa, ao qual se vincula o conjunto de instrumentos destinados ao ato de gerir (OLIVEIRA JUNIOR, 2012).

Por sua vez, Rezende (2012) discute gestão urbana como aplicação da ciência da administração, ampliando-se como a gestão do município, prefeitura e de seus órgãos, institutos, autarquias e secretarias, estando relacionada com o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicada na gestão local por meio de seus servidores municipais. Contudo, a gestão municipal engloba o urbano e o rural, porém, quando não se tem o rural, denomina-se Gestão Urbana.

A diferença de gestão municipal da gestão urbana é que a última gere a cidade com a aplicação de um conjunto de recursos, ferramentas e instrumentos da administração, com objetivo de aplicá-las à dinâmica urbana no intuito de promover serviços, priorizando a qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos, incluindo a participação popular nas decisões e ações da governança pública municipal (REZENDE; CASTOR, 2006).

Na perspectiva do planejamento municipal, a gestão urbana prioriza o Plano Diretor Municipal. Por outro lado, o planejamento municipal prioriza a gestão municipal, evidenciando o planejamento estratégico do município, urbano e rural. O Plano Diretor Municipal é um instrumento capaz de adequar um processo de ocupação do solo de maneira a garantir uma melhor qualidade de vida a seus habitantes (REZENDE, 2012, ESTATUTO DA CIDADE, 2001). A função urbana pode ter assuntos municipais como legislação urbanística, paisagismo; parques e praças; saneamento; sistemas viários, entre outros (REZENDE, 2012). Dessa forma, o “Plano

Diretor Municipal tem foco no controle, desenvolvimento e expansão territorial urbana e está direcionando para as questões fiscais e territoriais do município” (REZENDE, 2012, p. 21).

Nessa perspectiva, o Estatuto da Cidade, possui instrumentos para que o município consiga intervir em questões, como por exemplo: planejamento, gestão urbana e territorial que são meios de se garantir a realização do direito à cidade (REZENDE, 2012).

De acordo com Maricato (2001), o Estatuto da Cidade é uma lei conquistada pela sociedade, cuja luta se estendeu por décadas, sendo, portanto, um exemplo de forças setoriais de diversos extratos sociais a exemplos de movimentos populares, entidades profissionais, sindicais e acadêmicas, pesquisadores, ONGs, parlamentares e prefeitos progressistas. Esta lei reúne, por meio de um aspecto holístico e em um mesmo texto, diversas expressões relativas ao governo democrático da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental. A autora complementa que o Estatuto da Cidade tem seu foco na questão urbana e a insere na agenda política nacional em um país, até pouco tempo, marcado pela cultura rural.

Em síntese, para Rezende, Klaus e Betini (2006, p. 2), a gestão urbana é um somatório de elementos diferentes e atores diversificados, que experimentam “transformações fundamentais que exigem um debate controvertido em torno dos possíveis caminhos da gestão pública das cidades na sociedade da informação que crescentemente vem se consolidando”.

O conceito de atividades de ação governamental pode ser entendido por Políticas Públicas, seus segmentos (ex.: políticas de saúde, educação, habitação, saneamento básico, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável, tecnológica, entre outros). A terminologia políticas públicas será melhor explicada no próximo intertítulo.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

A teoria política pode ser contada a partir de seus fundadores, os filósofos gregos, Sócrates (séc. V A.C.), Platão (séc. V e IV A.C.) e Aristóteles (séc. IV A.C.) (SAMPAIO, 2005a). Na concepção de Aristóteles, a política diz respeito à ética e lógica própria. A ética seria a política no contexto do indivíduo, enquanto a política é a ética no contexto do Estado, ou seja, a política aristotélica convém à diversidade de ideais. Para Sócrates, a sabedoria era aquela de saber que nada sabia – a consciência

da ignorância sobre coisas, o que era sinal e começo da autoconsciência (SAMPAIO, 2005a).

A política pública, como espaço para a ação concreta da administração, tendo a sua origem nos trabalhos clássicos, se fortalece, pois, “os fenômenos políticos foram temas de grande interesse para a Administração Pública” desde a sua origem, com suas obras clássicas, denominadas respectivamente *Politéia* e *Política*, as quais tratam da *polis* (PROCOPIUCK, 2013, p. 22).

Assim, a terminologia política originou-se da *polis* que significa cidade-estado, ou seja, refere-se tanto ao Estado quanto à cidadania (SAMPAIO, 2005a; PROCOPIUCK, 2013). Dessa forma, os termos *política* e o *politéia* fixaram-se na civilização ocidental com uma herança da cultura helênica. A *política*, para os gregos, era manifestada nas coisas ligadas a *polis*, enquanto a *politéia* dizia respeito à organização governamental específica nela instituída (PROCOPIUCK, 2013).

Contudo, a política pode ser considerada um composto de processos, métodos e expedientes utilizados por indivíduos ou grupos de interesse para persuadir, conquistar e manter o poder. “A conjuntura prevalece sobre a estrutura. Em vez de Aristóteles, é Maquiavel a figura emblemática nesta acepção. Entrar na política’ e no ‘submundo da política’ são expressões que traduzem esse sentido” (HEIDEMANN, 2009, p. 29).

Partindo para um conceito mais operacional da política, “entende-se como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções do Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade” (HEIDEMANN, 2009, p. 29). Assim, a política é concebida como uma teoria política e/ou o conhecimento dos fenômenos inerentes à regulação e ao controle da vida humana em sociedade, bem como, “à organização, ao ordenamento e à administração das jurisdições político-administrativas (nações, estados, municípios ou distritos especializados)”. (HEIDEMANN, 2009, p. 29).

De modo geral, pode-se dizer que a política representa todas as relações entre Estado e Sociedade. Dessa forma, para Ferreira (2003, p.640), o termo políticas públicas é definido como o “conjunto dos fenômenos e das práticas relativos ao Estado ou a uma sociedade” ou “arte e ciência de bem governar, de cuidar dos negócios públicos”.

O termo políticas públicas foi cunhado por quatro grandes nomes: o primeiro foi um cientista político e teórico da comunicação estadunidense, sendo Harold Dwight Lasswell (1902-1978) um dos fundadores da psicologia política.

Laswell, em 1936, cunhou o termo *policy analysis* (análise de política pública), no intuito de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, buscando estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006b).

Na literatura sobre *policy analysis*, diferenciam-se três dimensões da política, as quais são adotadas na ciência política, empregando os conceitos em inglês de *polity* para denominar as instituições políticas: *politics* para os processos políticos e *policy* para os conteúdos da política. Assim, a dimensão institucional *polity* refere-se “à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo, no quadro da dimensão processual” (FREY, 2000, p.216). O processo político denominado pela *politics*, normalmente de natureza conflituosa, ao tratar da imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição, a *policy* caracterizada pela dimensão material, “refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas” (FREY, 2000, p.217).

O segundo grande nome da política pública trata-se do economista estadunidense Herbert Alexander Simon (1916- 2001), pesquisador nos campos de psicologia cognitiva, informática, administração pública, sociologia econômica, e filosofia. Simon, em sua obra de 1957, concebeu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), com o argumento de que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional, sendo ela (a racionalidade dos decisores públicos) limitada por problemas, ao exemplo de informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores, entre outros, contudo, “a racionalidade, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadrem o comportamento dos atores e modelem esse comportamento na direção de resultados desejados”, impedindo, assim, a busca de maximização de interesses próprios (SILVA, 2005, p. 23-24).

O terceiro é Charles Edward Lindblom (1917), pioneiro na defesa da Teoria de Incrementalismo na política e na abordagem de processos de tomada de decisão. Lindblom, em suas obras de 1959 e 1979, de acordo com Silva (2005), questiona a

ênfase no racionalismo de Laswell e Simon, propondo a introdução de mais variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração relacionada às diferentes fases do processo decisório, o qual não teria essencialmente um fim ou um princípio - assim, as políticas públicas necessitariam agregar outros elementos à sua formulação e análise, sobretudo, das questões de racionalidade, a saber: o papel das eleições, burocracias, partidos e grupos de interesse.

O quarto estudioso responsável pela introdução das políticas públicas é o cientista político americano de origem canadense David Easton (1917-2014). Sua contribuição principal está guardada na obra do ano de 1965, com a definição da política pública como um sistema, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente e, da mesma forma para Easton, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos (SILVA, 2005).

Nesta proporção, as políticas públicas são entendidas por diversos politólogos de maneira diferenciada: Peters (1986) considera uma política pública a partir da somatória das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegações que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1972, p. 2) define política pública como “*anything a government chooses to do or not to do*”, ou seja, que o governo escolhe fazer ou não fazer, devido seu grande poder de síntese, acaba deixando a desejar a real compreensão do que é uma política pública. Na definição de Laswell (1936), trata-se de decisões e análises de política pública as respostas de quem ganha o quê, o porquê e que diferença faz.

Pasquino (2005) conceitua política pública ao disseminar autoridades governamentais. Meny e Thoenig (1991) alegam que uma política pública só pode ser resultado de uma ação autoritária promovida de poder público e de legalidade institucional.

Pasquino (2005) argumenta que nem todas as atividades são qualificadas como políticas públicas, sugerindo que algumas autoridades impõem atividades com o intuito de manter e aumentar seu poder pessoal, o seu prestígio, a sua visibilidade ou ainda sua aceitação pelos eleitores.

Dessa forma, as políticas públicas são a materialização do Estado por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades que tenham por fim atender às demandas da sociedade. São chamadas públicas para distinguir do privado, do

particular, do individual, considerando-se a ótica de que o termo público tem uma dimensão mais ampla, abrangendo o estatal e o não estatal (PASQUINO, 2005).

O autor ainda sugere que qualquer política pública trata-se de um assunto mais complexo do que uma simples decisão, mas que ela é, apesar de tudo, um produto de um ou mais atores públicos, que tanto podem ser titulares de cargos eletivos, como também detentores de cargos administrativos e burocráticos, como por exemplo: políticos e governantes, grupos de interesse, os serviços burocráticos e administrativos e as comissões parlamentares (PASQUINO, 2005).

A política pública diz respeito também à mobilização político-administrativa para articular e alocar recursos e esforços para tentar solucionar determinado problema coletivo. Nesse processo de solução de problemas, dependendo de suas extensões e dificuldades, pode haver a mobilização de grande número de recursos públicos, privados e da sociedade civil organizada. Existe, também, o envolvimento de diferentes grupos de profissionais e de interessados na resolução de problemas sociais, tais como: pesquisadores, profissionais da Administração Pública e políticos (PROCOPIUCK, 2013). Tais grupos podem ser observados no Quadro 3.

Quadro 3 – Atores de Políticas Públicas.

ATORES	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVO	ATUAÇÃO
Pesquisadores	Estão preocupados em estudar de modo sistemático e rigoroso a origem, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas.	O objetivo dos estudos é elevado o nível de conhecimento do comportamento político, dos sistemas de governança, dos aparatos administrativos, bem como da política pública em si.	Os estudos, nessa perspectiva, tendem a ser conduzidos de forma imparcial e objetiva.
Profissionais de Administração Pública	Atuam em carreiras como de gestores, de analistas ou de avaliadores de políticas públicas.	São praticantes que se utilizam de teorias e de modelos conceituais para tentar compreender e interferir para obtenção de resultados práticos eficientes nas políticas públicas executadas	A política pública, nesse caso, se constitui no objeto de atuação profissional.
Políticos	Utilizam-se dos conhecimentos de política pública para promover “boas políticas” e defender como elas “corretamente” resolvem problemas da sociedade.	Nesse caso, a noção do que é “bom” e “correto” normalmente dependerá de aspectos ideológicos que dão sustentação aos critérios de avaliações e de julgamento da política pública e de seus resultados.	A política pública, nesse caso, é avaliada em função dos interesses de políticos ou de grupos políticos.

Fonte: Adaptado de Procopiuck (2013, p. 139).

O quadro 3 apresenta, resumidamente, os atores envolvidos em políticas públicas, suas características, objetivos e atuação.

Na medida em que se esclarecem os objetivos para os diferentes interessados, as políticas públicas tornam-se instrumentos de estímulo de esforços para aplicação de recursos e competências para sanar problemas coletivos delegados ao Estado. As políticas públicas, na proporção em que passaram a fazer parte do conjunto de atividades rotineiras de diferentes âmbitos governamentais, exigiram, também, instrumentos conceituais e analíticos, os quais sejam atribuídos a uma identidade e a um meio para a sua gestão (PROCOPIUCK, 2013).

Dessa forma, a ação da Administração Pública se aperfeiçoou e os estudos sobre a ação político-administrativa do Estado se enraizaram, um elevado número de atividades e ações designadas a resolver problemas coletivos passaram a ser percebidas tematicamente e acompanhados, ou seja, “a segmentação temática do conjunto de atividades e ações governamentais, de acordo com a sua amplitude e consistência, ganharam identidade e passaram a ser definidos como políticas públicas” (PROCOPIUCK, 2013, p.140) entre os segmentos de políticas públicas são exemplos: a política de saúde, educação, habitação, saneamento básico, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável, tecnologia, assim por diante.

Assim, no intuito de uma melhor gestão, se fez viável a divisão de funções políticas e administrativas em várias posições de controle e coordenação, para propiciar a alocação eficiente de recursos na solução de problemas coletivos nesse processo, a uma parcela das políticas públicas que tiveram a sua estrutura de suporte administrativo institucionalizada, tendo passado do campo das articulações políticas abstratas para o campo das ações substantivas e permanentes do Estado (PROCOPIUCK, 2013).

No campo de articulação coletiva, na reflexão de Jacobi (1999), existe certa emergência de políticas públicas “pautadas pelo componente participativo, bem como as mudanças da matriz sociopolítica, por meio de um maior questionamento sobre o papel do Estado como sendo o principal agente e indutor das políticas sociais (p. 37)”, remetendo-se à construção do processo participativo desencadeado pela população.

O surgimento de políticas públicas pautadas pelo componente participativo está diretamente relacionado às mudanças da matriz sociopolítica. “A formulação está estruturada em torno do aprofundamento do processo democrático e do seu impacto na ampliação da capacidade de influência sobre os diversos processos decisórios, em todos os níveis da atividade social e das instituições sociais” (JACOBI, 1999, p. 37).

Deste modo, com a formulação sociopolítica, as diretrizes e procedimentos de ação do poder público e espaço de articulação e interlocução com a sociedade, deve-se assegurar a inclusão social, por meio de um conjunto de ações que viabilize o acesso aos benefícios da vida em sociedade, decorrentes da exclusão social: diferença de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais (MENEZES; CAMPOS, 2013).

A inclusão social oportuniza os desfavorecidos ao acesso a bens e serviços dentro de um sistema que beneficie a todos, implicando assim na adoção de estratégias de desenvolvimento que assegurem a toda a população o direito à cidade, ao trabalho e à qualidade a vida (MENEZES; CAMPOS, 2013).

Em busca de uma sociedade brasileira inclusiva, o Estado precisa ser permeável às necessidades sociais, um Estado que regule as instituições privadas de proteção social em suas posturas, concepções, objetivos e métodos de provisão social, de modo a atender às exigências das políticas sociais contidas no texto constitucional (SILVA, 2010).

Um Estado inteligente na área social não é um Estado ausente, nem de ações pontuais de base assistencial, mas um Estado que tenha uma “política de Estado” e não de partidos, de saúde, educação, nutrição, cultura, segurança entre outros, sempre voltado para a superação das iniquidades e disparidades, de modo a ter capacidade para impulsionar a harmonia entre o ambiental, social e econômico, além de promover a sociedade civil (SILVA, 2010).

Assim, emergem processos coletivos de participação, materializando-se em formato de arranjos institucionais, tal como estratégia comunitária, no intuito de promover o desenvolvimento territorial local.

3.1.1 Arranjos institucionais como instrumento de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento local

O cenário urbano nas grandes cidades destaca a situação dos municípios que, em décadas, serão motivados a favorecer o desenvolvimento territorial. Segundo Sampaio et al. (2008), o arranjo institucional com base comunitária é um grande diferencial de cunho estratégico para o desenvolvimento de municípios, principalmente em áreas carentes, traduzindo-se por processos coletivos de

participação, como por exemplo: associações, assembleias, conselhos e fóruns de desenvolvimento locais, municipais, regionais e estaduais. Dessa forma:

A participação legítima deve ser medida pelo poder de iniciativa adquirido pela comunidade, pelo espaço disponível para a realização de experiências, pelo grau de simetria existente nas relações entre os cidadãos e os diversos órgãos governamentais, pelos mecanismos instituídos para a elaboração e a resolução de conflitos, pela natureza dos processos de planejamento, pelo grau de acesso aos meios de comunicação e também pela capacidade de as entidades comunitárias encontrarem um equilíbrio entre suas funções de críticas do regime e de proponentes de soluções construtivas (SACHS, 2007, p. 169).

Atualmente, os estudos das Ciências Sociais enfatizam a relevância das instituições para a compreensão dos processos sociais, considerando importante nas classes sociais e aos grupos de interesse encontrados no cenário político (MARQUES, 1997, p.76). Para o autor, as instituições englobam regras formais, ou seja: “procedimentos consentidos, práticas operacionais padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades de política e da economia”.

De forma que, as instituições ditam as regras do jogo em uma sociedade e a mudança institucional desenha a forma das sociedades com o passar do tempo, ou seja, as instituições moldam as interações humanas, na medida em que as sociedades evoluem ao longo do tempo (NORTH, 2002). O papel das instituições em uma sociedade é diminuir os problemas sociais por meio de ações em uma estrutura estável (NORTH, 2002). As instituições são compostas por elementos cognitivos e um arcabouço de normas, regulamentações e de ações que instituem certa estabilidade e sentido para o comportamento social (SCOTT, 2008).

As instituições englobam a cultura, estruturas e rotinas, que atuam em vários segmentos de jurisdição. A articulação das instituições incide sobre as esferas política, econômica, social e educacional (MARQUES, 1997).

É entendido por arranjos o conjunto de elementos articulados na composição de ações concretas para serem tratadas analiticamente, dessa forma, os arranjos emergem do entrelaçamento de relações interativas individuais que acabam por determinar o que ocorre com os outros indivíduos que participam da ação (PROCOPIUCK, 2013).

Assim, o termo arranjo institucional está associado à sociologia e à política, ou, conforme considerado na atualidade sociopolítica, os arranjos institucionais são estudados nas ciências políticas e no planejamento do desenvolvimento regional

urbano (SAMPAIO, et.al. 2008). Arranjos institucionais para Fox (1976, p.743) “*defined as an interrelated set of entities and rules that serve to organize societies activities so as to achieve social goals*”, ou seja, trata-se de um conjunto de entidades e normas legislativas que se relacionam entre si com a finalidade de organizar as atividades societárias de modo a alcançar objetivos sociais.

Os arranjos institucionais ou sociopolíticos são de grande importância para a formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de forma que, para uma construção adequada de arranjos institucionais, faz-se necessária a existência de políticas públicas estruturadas (FIANI, 2013).

De acordo com Hollingsworth (2000), são exemplos de arranjos institucionais: mercados, redes, hierarquias privadas e associações. Esses elementos se fundem e se relacionam com os sistemas sociais de produção que são decisivos para o desempenho econômico. Segundo o autor, essa configuração é responsável por governar o comportamento dos atores em sociedade específica, sendo difícil sua transferência para outra sociedade.

Hollingsworth (2000) estabelece quatro segmentos para analisar arranjos institucionais, a saber: Instituições, sendo normas, regras, convenções, hábitos e valores; Organizações, que englobam empresas, associações, partidos, escolas etc.; Setores institucionais, como por exemplo: o sistema financeiro, educação, pesquisa social e de produção e; Resultados e desempenhos: estatutos, decisões administrativas, desempenho setorial e social.

Os atores sociais articulados em arranjos institucionais ou sociopolíticos são caracterizados como oportunidades promissoras de captar realidades, as quais se pretende expressar por meio de conceito da temática ‘governança’ (*governance*), que tem sido abordada com ênfase nas novas tendências de administração pública e de gestão de políticas públicas, especialmente com a “necessidade de mobilizar todo o conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da performance administrativa e da democratização dos processos decisórios locais” (FREY, 2007, p.138).

A governança territorial é entendida por um processo institucional-organizacional destinado a construir uma estratégia, alinhando os diferentes modos de coordenação entre atores sociais, no intuito de atender as demandas da comunidade (FUINI, 2010). Sua caracterização é composta por um conjunto de vários “atores e instituições que permitem apreciar as regras e rotinas que outorgam a

especificidade de um lugar em relação a outros lugares e em relação ao sistema produtivo nacional que os engloba” (GILLY; PECQUEUR, 1997, p. 116).

Sob a perspectiva da teoria da regulação, Boyer (1990), o termo governança abrange, especificamente, as estruturas de coordenação e a tomada de decisões da rede de relações entre produção e fornecedores-compradores, envolvendo a combinação de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, “atmosfera” (ou âmbito), agências públicas e parapúblicas, de cooperação em tecnologias, etc. (BENKO, 1996).

De acordo com Dallabrida (2003), o termo governança é entendido por iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente em administrar demandas públicas, por meio de um esforço em conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

O autor ressalta que a governança territorial acontece de maneira cíclica com a interação de alguns elementos. O primeiro elemento aborda a dinâmica territorial, sendo um agrupamento de ações vinculadas ao processo de desenvolvimento, empreendido por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente. O segundo é o socioterritorial, sendo um agrupado de atores com proximidade histórica e territorialmente comprometida com a promoção de novas formas de desenvolvimento do território, por meio de processo de concertação público-privada. O terceiro é a concertação social, sendo este um processo pelo qual os diferentes representantes de redes de poder socioterritorial assumem a prática da gestão territorial, de forma descentralizada, por meio de procedimentos voluntários de conciliação e mediação. Por sua vez, o quarto elemento é a rede de poder socioterritorial: Trata-se de cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados cada qual por suas lideranças, o que constitui uma estrutura de poder. Por fim, o elemento de pactos socioterritoriais, que são os acordos entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente, relacionados à definição de projeto de desenvolvimento futuro (DALLABRIDA, 2003).

De acordo com Procopiuck (2013), a governança significava governar sistemas políticos que tinham identidade concreta, um limite claro e uma aparência definida, sendo fundada em direitos e deveres específicos formalmente instituídos, o que atualmente pode significar um novo modo de governar de forma mais cooperativa.

Assim, busca-se uma governança de forma descentralizada, transparente e compartilhada entre os diversos atores: Estado, empresas e sociedade civil, para as demandas coletivas, tornando assim o Estado moderno mais cooperativo (MARTINS; CKAGNAZAROFF; LAGE, 2012; MAYNTZ, 2005).

De acordo com Procopiuck (2015), o delineamento teórico traçado a partir do campo dos estudos organizacionais e das articulações de forças sociopolíticas regionais e locais é uma importante implicação dos pressupostos a partir dos estudos da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, cujo intuito é de estabelecer relações entre indivíduos e estruturas organizacionais, destacando-se a capacidade de resolução de problemas, viabilizada pela articulação de conceitos como *habitus*, campo e capital, a partir da prática.

Considerado um elemento nuclear na Teoria da Prática, o *habitus* é entendido como um sistema de disposição durável e transponível que, integrando todas as experiências passadas, funciona como uma matriz de percepções, de avaliações e de ações. Ele torna possível a execução de uma variedade ilimitada de tarefas a partir de transferências analógicas de esquemas e de metáforas práticas, que permitem a heurística com constituições similares, mas com incessantes correções em função dos resultados obtidos previamente (BOURDIEU, 1973, p. 67, *apud*. PROCOPIUCK, 2015, p. 22), a partir dos fundamentos de *habitus*, chama-se de campo “a apreensão e a representação da complexidade de relações sociais, o que se faz possível a partir de esquemas de percepção, pensamentos e ação, enquanto a sua contextualização ocorre em espaços ou estruturas sociais mais amplas”, da mesma forma, o capital, *per se*, é o elemento simbólico que funciona para analisar a atribuição de poder em dado campo, assim, “a distribuição do capital resulta de relações prévias objetivadas em instituições e disposições, influenciando as estratégias e as possibilidades objetivas dos diferentes agentes ou instituições nas relações presentes” (p.22), o capital objetivado, material ou simbolicamente, e acumulado durante o tempo, representa poder em dado momento no campo, dentre outras possibilidades, o capital pode se configurar em capital econômico, capital cultural, capital social, capital simbólico.

Ainda segundo o autor, tais conceitos, entendidos como inter-relacionadamente:

Permitem a ampliação de focos de análise para contemplar a complexidade relacional interna, das organizações ou de espaços geográficos organizados, associada aos efeitos complexos de ações estratégicas exercidas ou sofridas

de contextos relacionais externos. Nesse ponto surgem, por exemplo, importantes implicações para o estudo de estruturas de governança e de posicionamento de organizações públicas, privadas e do terceiro setor em diferentes contextos sociopolíticos espacialmente situados, estruturados sob a lógica de cooperação ou de competição em redes de políticas. (PROCOPIUCK, 2015, p. 31-32).

Para que essas políticas tenham maior força, a sociedade civil se organiza em redes. De acordo com Börzel (1998), "rede" é um termo da moda em diversos campos das ciências políticas e em diversas disciplinas científicas, nas ciências sociais contemporâneas, onde as redes são estudadas como novas formas de organização social no campo da sociologia da ciência e tecnologia, na economia das de redes industriais e redes tecnológicas, na administração de negócios e nas políticas públicas.

As redes, também denominadas como arranjos, são consideradas complexos organizacionais que são conectados uns aos outros, devido à dependência de recursos que cada membro possui (CABAN, 2008). As redes possuem várias características: cooperação que se sustenta mediante os acordos entre os atores; aprendizado e disseminação da informação – transformação de ideia em ações; abertura (*open-ended*) utilizada em ambientes com recursos escassos e; utilização e fortalecimento de ativos intangíveis, relacionado com o conhecimento tácito e inovação tecnológica (POWELL, 1990; RHODES; MARSH, 1990; 1992). Reforça Mayntz (2005): “[...] como as redes normalmente emergem onde o poder está disperso [...] no domínio da política, [...] é necessária a cooperação para alcançar a eficácia” (p.88).

As redes de políticas públicas têm origem alemã e surgiram como alternativa de governança em relação à hierarquia e ao mercado, tal concepção tem sido desconsiderada pela literatura anglo-saxônica, na qual as redes de políticas são consideradas como modelo de relacionamento entre estado e sociedade em determinada área de estudo (BÖRZEL, 1998).

Redes de políticas é a tradução da terminologia utilizada em inglês para *policy network*, cujas relações referem-se ao envolvimento de diferentes instituições e grupos do poder executivo, legislativo e da sociedade civil desde o nascimento até a implementação da política, ou seja, “*policy networks*” de redes de relações sociais que se repetem periodicamente, mas que se mostram menos formais e delineadas do que

relações sociais institucionalizadas, nas quais é prevista uma distribuição concreta de papéis organizacionais” (MILLER, 1994, p. 379).

Sobre a natureza das redes de políticas, Börzel (1998) afirma que estas envolvem vários atores e os resultados do processo político parecem confirmar o juízo de que redes de políticas podem ser consideradas como uma caixa de ferramentas úteis para analisar as políticas públicas. Por outro lado, existe um número crescente de trabalhos empíricos, especialmente no campo de políticas europeias, que demonstram a proliferação de redes de políticas, em que os diferentes atores envolvidos na formulação e implementação de políticas coordenam os seus interesses, são exemplos os estudos de: Peterson (1992); Marcas (1992), (1993); McAleavey (1993); Grande, (1994); Heritier, Knill e Mingers (1996); Bressers, O'Toole e Richardson (eds.) (1994); Schneider, Dang-Nguyen e Werle, (1994); Rhodes 1997; Smyrl (1995).

Para Börzel (1998), tais redes, além de fornecerem uma ferramenta analítica que permita identificar e descrever mudanças para uma governança não hierárquica, pode-se oferecer explicação para proliferação de coordenação não hierárquica em redes de políticas. Assim como apontado por Max-Planck e outros, a coordenação hierárquica e a desregulamentação do mercado sofrem com problemas de eficiência e legitimidade em um contexto complexo e dinâmico de formulação de políticas públicas. Contudo, a abordagem de rede política teoricamente enfrenta dois grandes desafios: primeiro, as redes de políticas estão presentes e são relevantes para o processo de política e seus resultados, por exemplo, no aumento ou na redução da eficiência e da legitimidade das decisões políticas; segundo, empiricamente, as redes de políticas fazem a diferença, porém as incertezas das redes de políticas precisam ser enfrentadas, pois são condições específicas em redes que podem reforçar a eficiência e a legitimidade das decisões políticas.

Dessa forma, é possível chegar aos arranjos produtivos locais (APLs), também conhecidos como: *clusters* ou cadeias produtivas – tais como os arranjos institucionais (HOLLINGSWORTH, 2000).

3.1.1.1 Arranjos Produtivos Locais (APLs)

A atribuição de pequenas e médias empresas (PMEs) para o desenvolvimento era constantemente debatida na teoria econômica, porém, a partir do ano de 1970, com o desenvolvimento econômico que aconteceu nas regiões do centro e do

nordeste da Itália, conhecido na atualidade como Terceira Itália, motivou pesquisadores e agências governamentais de diferentes países a refletir o papel das pequenas e médias empresas e as possibilidades de elaborar políticas públicas adequadas, assim, surge o Arranjo Produtivo Local (APL), pensado como estratégia econômica às formas de produção (NORONHA; TURCHI, 2005).

O debate no Brasil teve destaque com a formalização do Programa Nacional de apoio, que atualmente atende pelo nome de Arranjos Produtivos Locais, assim como o Grupo de Trabalho Permanente (GTP-APL), com o intuito de integrar ações de órgãos governamentais e outras agências para a promoção do ambiente governamental (NORONHA; TURCHI, 2005).

O conceito de grupo de empresas foi desenvolvido por Michael Porter, da universidade de Harvard, originalmente denominado por *cluster*, disseminado no Brasil como Arranjo Produtivo Local, que vem sendo tratado na literatura internacional, também nominado como aglomerados. Da mesma forma, a discussão dos *clusters*, cadeia produtiva ou APLs, para os economistas brasileiros, diz respeito à compreensão de que as pequenas empresas, no formato de aglomerações em um espaço competitivo, podem compor parte significativa na questão do desenvolvimento nacional, regional e local (BRUNA, 2012; NORONHA; TURCHI, 2005).

Por outro lado, para Cavalcante (2006) o *cluster* pode ser um pólo de crescimento, sendo composto por empresa matriz e afiliadas ou por um conjunto de empresas produtivas de bens ou serviços comuns a elas, de caráter descentralizado, no qual forma rede com fornecedores ou empresas terceirizadas.

Na concepção de Albagli e Brito (2002), os *clusters* são formados por concentrações geográficas de empresas equivalentes, conectadas e complementares, com atuação em uma mesma cadeia produtiva com a obtenção de vantagem competitiva devido a sua localização e, eventualmente, da especialização, compartilham além da infraestrutura, o mercado de trabalho especializado e as oportunidades e ameaças em comum.

O que diferencia os *clusters* do APL é que o primeiro é considerado como um aglomerado de empresas que despontam nesses agrupamentos em regiões com sucesso surpreendente em determinado setor de atividade econômica, na qual, muitas vezes, há influência de grandes empresas (PORTER, 1998; ALBAGLI; BRITO, 2002). Enquanto o segundo concentra-se em micro e pequenas empresas por meio de aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com ênfase

em um composto de atividades econômicas com condições de fomentar a interação, cooperação e aprendizagem, direcionadas à consolidação da capacitação inovativa, as quais são indispensáveis à competitividade empresarial e para a capacitação social. Normalmente engloba a participação e a interação de empresas (produtoras: bens e serviços, fornecedores: insumos e equipamentos, prestadores: consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros), bem como as diversas formas de representação e associação, as quais podem ser compostas por instituições públicas e privadas que auxiliem na formação e capacitação de recursos humanos, a exemplo das escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (MALUF, 2005; JIA; LIU; XIE, 2010).

De acordo com Nascimento (2008), estudos apontam que os principais aspectos diferenciadores dos APLs estão relacionados à questão da cultura do local, tal como a combinação e interação entre as empresas do mesmo setor ou de setores complementares. Assim, o foco deixa de ser apenas econômico e passa a considerar aspectos socioculturais, o protagonismo dos atores locais e os apoios institucionais que fomentam a inovação.

De acordo com a autora, a formação do APL se dá por meio da criação da identidade histórica que vai ao encontro com a governança local, a qual possui o papel preponderante no desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Os APLs são beneficiados, sobretudo, pelo engajamento das comunidades locais na troca de saberes, além das instituições públicas e privadas que fomentam o capital social, que é um dos elementos que compõem um APL.

Para Robert Putnam (1996, p. 177), o capital social diz respeito “às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Putnam (2006) sugere que o capital social é configurado por laços de confiança, reciprocidade, cooperação, solidariedade entre pessoas interligadas por histórias, normas, valores, objetivos obrigações e fluxos de informações. Ainda segundo o autor, o retrocesso ou avanço econômico pode ser entendido pelo grau do capital social apresentado na sociedade, pois trata de um mecanismo coletivo ou comunitário, com tarefas associativas capazes de impactar o desenvolvimento econômico e a riqueza das comunidades.

Por outro lado, segundo Bourdieu (2003, p. 67), o capital social pode ser definido por um:

Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Ainda segundo o autor, é destaque a criação do capital social por meio “do conceito de *habitus* – as atitudes, concepções e disposições compartilhadas pelos indivíduos pertencentes à mesma classe – que configura redes sociais de relacionamentos entre os agentes” (BOURDIEU, 1980 *apud* COSTA; COSTA, 2005, p. 5).

Com as variáveis de confiança compartilhada entre pessoas, cooperação, sociabilidade, reciprocidade entre outras, é possível potencializar a eficiência das ações em conjunto dos arranjos, além do que tais elementos favorecem categorias de confiança, interação e aprendizado dos indivíduos.

O capital social é configurado pela confiança compartilhada entre pessoas, cooperação, sociabilidade, reciprocidade, a qual compõe também hábitos, normas, valores, expectativas, obrigações, instituições formais e informais, que o diálogo entre indivíduos na comunidade (MACKE; GENARI; FACCIN, 2012).

Os APLs normalmente constituem-se em espaço propícios para cooperação, devido ao trabalho em grupo ou em comum, com relações de confiança mútua e coordenação, sendo consequências de intercâmbios, organização de informações e incorporação de competências em projetos comuns (VECCHIA, 2006). Essa interação e confiança entre diversos agentes ou atores sociais, econômicos e políticos que participam e interagem; comunidade, empresas, universidades, instituições de pesquisa, órgãos de consultoria, assistência técnica - fazem parte de comunidades, ONGs, órgãos públicos articulados para oportunidades de inovação e aprendizado interativo (SAMPAIO; ALVES, 2013).

É afirmado por alguns autores que esses arranjos podem impulsionar o desenvolvimento local e regional por meio de suas estruturas organizadas (VECCHIA, 2006; BÜTTENBENDER, 2010).

O Capital social é desmembrado em três dimensões (estrutural, relacional e cognitiva) que se conectam entre si, passíveis de troca de saberes, contudo, as dimensões podem aparecer em graus diferentes, passíveis de interdependência. A primeira trata da mensuração a exemplo da densidade, conectividade, hierarquia e

adequação entre os atores e sua conexão entre tais elementos, a dimensão estrutural possui influência das dimensões relacional e cognitiva. A segunda está relacionada com elementos a exemplo da identificação, confiança, normas, sanções, obrigações e expectativas, sendo estes elementos ativos criados e atingidos por meio do relacionamento. Contudo, a dimensão cognitiva trata de elementos que representam aspectos compartilhados, interpretações e sistemas de significados a exemplos da linguagem, códigos e narrativas (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998; GENARI, 2010; MACKE *et. al.*, 2012).

Assim, os APLs são considerados como potencializadores que promovem o desenvolvimento econômico territorial, fomentando a atividade econômica local. Sobretudo, é importante que exista um ambiente empreendedor favorável que estimule os indivíduos a empreenderem. No entanto, faz-se necessário entender que o conhecimento é mais do que informação e inclui elementos tácitos parcialmente incorporados em indivíduos, firmas e outras organizações, por meio de seus hábitos e rotinas, não sendo facilmente transferível de um espaço para outro (SENRA, 2007).

Sachs (2003) considera os APLs como gestão interorganizacional de um espaço territorial sociopolítico-econômico que estimula uma ação de diálogo entre cooperação e competição, com base em um conjunto peculiar de atividades econômicas.

O seu sucesso estaria principalmente relacionado a diferentes formas de cooperação entre as empresas ou o alinhamento adequado entre competição e cooperação (NORONHA; TURCHI, 2005). Bruna (2012, p. 862) afirma que para “o sucesso de desenvolvimentos similares é preciso que o governo apoie essas inovações, estimulando a aplicação do conhecimento gerado por estruturas de ensino e pesquisa”, de maneira a gerar desenvolvimento com grande oferta de emprego e renda, tal apoio precisa ser integrado em parceria com o governo no intuito de acompanhar esse desenvolvimento na produção e inovação (BRUNA, 2012).

Karlsson (2008) aponta três modelos de APLs: o primeiro, denominado como clássico, refere-se a uma aglomeração que oportuniza emprego e serviços econômicos e cresce no mercado local; o segundo é denominado de complexo industrial, o qual possui um *link* para vendas e compras entre empresas, com o intuito de redução de custos; e o terceiro é denominado como modelo-clubes, podendo estar associado a uma rede social, tendo por base uma ligação de confiança e facilitadores de cooperação e formação de inovação, o que cria uma sinergia em sua produção,

apontando resultados significativos. Essas aglomerações espaciais englobam também as universidades, centros de pesquisas, treinamento, financiamentos e gestão comum ao APL (BRUNA, 2012).

Isso fortalece a sociedade, principalmente no que tange à organização da sociedade civil nos espaços sociopolíticos, como é o caso das associações civis e movimentos sociais - e socioprodutivos, a exemplo das cooperativas e empresas comunitárias. Tendo assim, arranjos institucionais compatíveis ao modelo de desenvolvimento territorial sustentável (SAMPAIO et.al. 2008).

A consolidação do desenvolvimento territorial é definida por intermédio de processos participativos, estratégias de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), sendo o destaque para tal processo o envolvimento das comunidades no âmbito de instâncias coletivas de participação, tais como conselhos e fóruns de desenvolvimento (estadual, municipal, regional e local) (SACHS, 2003).

Contudo, as políticas públicas e a sustentabilidade social e ambiental são resultados do processo dos APLs, pensados como impulsores do desenvolvimento regional e local, os quais possibilitam a qualidade de vida e sustentabilidade para as comunidades, com foco nas estruturas urbanas existentes (BRUNA, 2012).

Dessa forma apresenta-se a ecossocioeconomia, a qual vai em direção de um desenvolvimento territorial sustentável.

4 ECOSSOCIOECONOMIA PARA UM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A Revolução Industrial iniciada a partir da segunda metade do século XVIII resulta no processo de desenvolvimento da sociedade, sendo este um marco na história da sociedade, pois desencadeou uma série de mudanças, ressaltando: os processos produtivos, relações de trabalho e apropriação da natureza.

O processo de urbanização e desenvolvimento das áreas urbanas ocorreu de forma acelerada, ocasionando grande impacto ambiental decorrente em especial da grande concentração de pessoas em espaços que não as comportavam (TUCCI, 2005). Sendo este o resultado da sociedade industrial, de consumo e distribuição, o qual se deu por meio da utilização de máquinas na indústria e no campo, esse processo ocasionou desemprego no âmbito rural, levando a população para as indústrias, onde teve início a produção em massa, culminando em mudanças substanciais da economia, da política, da sociedade e do meio ambiente (TOFLER, 1980). Neste período, com a utilização das máquinas automatizadas, o mercado crescia e a demanda por produtos era cada vez maior (CARAVANTES; PANNO; KLOECKNER, 2005).

A produção em massa intensificou os processos produtivos, as relações de trabalho e apropriação da natureza, recebendo a denominação de modelo de produção capitalista, em ascensão desde meados do século XVII.

A contínua evolução impactou e continua tendo reflexos, sobretudo na exploração ambiental, o que ocasiona erosões dos solos, inundações, desabamentos, desmatamentos e poluição das águas e do ar, problemas estes que, somados aos fatores, como por exemplo: a escassez de serviços públicos, as desigualdades sociais, estas podendo ser evidenciadas nas condições de moradia, segregação espacial, iniquidade, pobreza, desemprego e vulnerabilidade econômica, acentuam a complexidade das estruturas da administração pública responsável pelo fornecimento de serviços urbanos, em especial os ambientais. Os efeitos afetam, em especial, as áreas ocupadas pela população de baixa renda, os quais sofrem diretamente os efeitos gerados, a exemplos das inundações, doenças e falta de qualidade de vida (GARCIAS; AFONSO, 2013).

Tais problemas são decorrentes também da ausência de infraestruturas adequadas e planejamento urbano que, somados ao descaso ou despreparo do homem para com a utilização de recursos naturais, na maioria das vezes, não mede a capacidade que o meio ambiente possui de ser sustentável. A partir da percepção do homem e mediante os graves problemas ambientais percebíveis até hoje, fez com que se aguçasse uma preocupação maior de se compreender os fenômenos naturais e como reverter tais consequências ambientais, que são geradas pelas atividades humanas, ou seja, a cadeia de efeitos que se produzem no meio natural e social, como consequência de uma determinada ação (TUCCI, 2005).

No período pós-industrialização, início dos anos 70, as consequências e impactos gerados pelo processo de urbanização decorrentes da industrialização começaram a ser pensados a partir do surgimento de movimentos de resistência a exemplo dos ambientalistas (OLIVEIRA, 2013). Com a contínua deterioração e crescente pressão da degradação ambiental, emerge um novo padrão de desenvolvimento, denominado de Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável. Tal padrão considera os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, ambientais de forma sistêmica, interdependentes e permeáveis entre si. Este padrão de desenvolvimento leva em consideração os aspectos econômicos, porém não dissociados das demandas sociais e ambientais (MONTIBELLER, 1993).

De acordo com Silva e Rauli (2009), sobre o processo de avaliação deve permear a ótica da pobreza e da riqueza, ampliando, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, relacionando as dimensões existenciais, bem como dimensão material relacionada ao poder de consumo. Sendo esta descrita por Montibeller (1993) como uma posição ética fundamental, ou seja, um desenvolvimento direcionado a uma visão mais holística das necessidades sociais, com foco na melhoria da qualidade de vida da população, bem como o respeito, consciência e cuidado com a preservação ambiental e responsabilidade para com as gerações futuras.

Tal concepção é reforçada por Paulista, Varvakis e Montibeller (2008), ao perceberem que, na atualidade, visualiza-se concordância pertinente às proposições conceituais de Desenvolvimento Sustentável, a qual se traduz em viabilidades de crescimento equânime das condições de bem estar da espécie humana e se garante a preservação de recursos naturais necessários, para que as gerações futuras usufruam das mesmas condições de sobrevivência.

A discussão sobre desenvolvimento sustentável necessita de alinhamento aos diversos fatores, conforme apontados por Winchester (2006): a escassez de serviços públicos, as desigualdades sociais evidenciadas nas condições de moradia, a segregação espacial, iniquidade, pobreza, desemprego, vulnerabilidade econômica e a deterioração ambiental acentuam a complexidade das estruturas da administração pública responsável pelo fornecimento de serviços urbanos ambientais.

A discussão sobre ecodesenvolvimento diz respeito a princípios éticos sob a perspectiva da solidariedade diacrônica e a solidariedade sincrônica. A solidariedade diacrônica se relaciona com a responsabilidade que a geração atual necessita de se pensar nas gerações futuras, enquanto a solidariedade sincrônica diz respeito à responsabilidade com a geração presente, com o postulado na equidade entre as nações (SACHS, 1986).

De acordo com Sachs (2007), o ecodesenvolvimento designa mudança de estilo de vida com foco na participação de planejamento e gestão, orientado por um composto interdependente de princípios éticos, em especial relacionado ao atendimento de necessidades humanas fundamentais: alimentação, habitação, saúde e educação, ou seja, materiais e intangíveis, bem como a “promoção da autoconfiança (*self-reliance*) das populações envolvendo vidas e cultivo da prudência ecológica” (p.12)

Historicamente, o processo co-evolutivo interconectado à biodiversidade e à sociodiversidade (Sachs, 2000) conduz à produção de sinergias quanto às complementaridades e trocas destas duas dinâmicas (SHIKI & RUA, 2006). Os serviços ambientais prestados pela natureza são partes integrantes de processos socioeconômicos, como o grau de insolação que é favorável para determinado cultivo agrícola ou espécie de gramínea para alimentação de criação animal, ou que ainda é captado e transformado em energia solar. Quando há abundância de determinado recurso, como o exemplo dado de insolação, o produto resultado desse processo produtivo, a princípio, possui valor mais baixo do que aqueles originados de processos onde há investimento de tecnologia, ou de insumos, que não são provenientes da própria localidade, o que acarreta custo de transporte. Sob esta lógica, o preço dos produtos é calculado pelo custo de produção, o que se pode chamar de valor de uso. No entanto, na perspectiva capitalista, surge um indicador denominado valor de troca, na qual o preço do produto decorre de fatores da economia capitalista, como lei da oferta e procura, mercado monopolizado ou oligopolizado, impregnada de lógica

instrumental baseada na máxima: privatizam-se lucros de curto prazo e socializam-se prejuízos socioambientais de médio e longo prazo (SAMPAIO, 2009; SACHS, 2007). Sugere-se que, para que o valor de uso se revigore, é imprescindível um ambiente no qual seja possível fortalecimento de instituições reguladoras ou de Estado, que privilegiam o bem comum, distanciadas da patologia de se privatizar a coisa pública.

A partir de impactos sociais e ambientais, denominados como crises históricas que ocorreram durante todo o processo de desenvolvimento, parecem indicar que tal modelo de sociedade insiste em não considerar o respeito às formas de apropriação, usos e costumes tradicionais e de novas ideias de sustentabilidade, indicados por organizações governamentais, meio técnico-científico e pela sociedade civil organizada. Ao considerar que as indicações propostas por lideranças políticas e tecnocráticas sejam de crescer e se desenvolver, em um sistema que necessita de efetividade (eficiência e eficácia contínuos), a tendência é que surjam novas crises e, conseqüentemente, agravem-se as condições de vida humana e da biosfera como um todo. É possível e mencionado de forma ampla que o processo de crescimento econômico não tenha contemplado os ideais de sustentabilidade durante o desenvolvimento ocorrido. A sociedade contemporânea começou a ser caracterizada a partir de várias inovações ocorridas na esfera da economia, cultura, política e organização social, surgindo problemas de caráter socioambiental, manifestados como crises da civilização.

As causas da crise ambiental fundamentam-se nas palavras de Vieira e Weber (1997), os quais alegam que as modalidades de desenvolvimento predominantes nas sociedades, vistas por meio das curvas exponenciais de crescimento demográfico, não estariam favorecendo a internalização de dimensões do meio ambiente no contexto das políticas públicas, seja como fornecedor de recursos, seja como espaço de interações naturais e socioculturais.

Assim, apresenta-se a ecossocioeconomia, a qual surge como alternativa para tratar dos aprendizados apontados por iniciativas populares. A origem do termo se deu pelo economista alemão Karl Willian Kapp (1963), ao tratar dos impactos ambientais relacionados às organizações. O termo é difundido pelo economista polonês naturalizado francês Ignacy Sachs, devido sua visão de desenvolvimento imbricado na concepção de equidade no crescimento econômico e social, bem como no cuidado com a questão ambiental.

Outros autores abordam em suas obras a essência da ecossocioeconomia, embora não utilizando tal termo, a exemplo do economista alemão Ernest Schumacher, em sua obra do ano de 1983, intitulada de “O negócio é ser pequeno”; bem como o economista e banqueiro bengali, ganhador no Prêmio Nobel da Paz do ano de 2006, Muhammad Yunus, em sua obra “O banqueiro dos pobres”, publicado no ano de 2006. E, por fim, o economista chileno-alemão, ganhador do Prêmio Nobel Alternativo, em 1983, o Manfred Max-Neef, ao tratar do desenvolvimento a escala humana.

Os autores que vêm trabalhando com a temática ecossocioeconomia apontam que a dinâmica capitalista é causadora de patologias socioambientais, socioeconômicas e socioespaciais, e a economia de mercado é geradora das patologias sociopolíticas e socioculturais⁷.

Assim, a alternatividade apontada por Ignacy Sachs (2007) à ecossocioeconomia possui o desafio de superação como ação possível, evidenciando que há experiências propositivas em curso.

A ecossocioeconomia tem a intenção de dar visibilidade às experiências propositivas em curso, oriundas do cotidiano, neste caso, em especial de âmbito urbano, com a preocupação em buscar aprendizagens socioeconômicas e ambientais em contexto sistêmico, interinstitucional, co-evolutivo e interdisciplinar, por meio de uma dinâmica posta em dado território e na qual se deseja promover a sustentabilidade de seu desenvolvimento (SAMPAIO et al., 2008). A ecossocioeconomia aponta alternativas de planejamento e gestão para pensarem o bem viver territorial de maneira sistematizada, parametrizadas nos postulados de um desenvolvimento sustentável, sustentado e includente.

A ecossocioeconomia, em sua vertente organizacional, caracteriza-se por três modalidades de agir. O primeiro é o agir extraorganizacional, que é aquele que releva na ação organizacional o impacto da decisão sobre o entorno territorial. O segundo é o agir interorganizacional, que espacializa e temporaliza a organização dentro de um arranjo sociopolítico e socioeconômico. O último é o agir extrarracional, que valoriza

⁷ Socioambiental: privatiza lucros de curto prazo e socializa prejuízos socioambientais de médio e longo prazo; socioeconômico: trabalho desumano, exclusão social e consumismo; socioespacial: setorializa o planejamento e a gestão, privilegiando o uso e a gestão privada dos recursos; sociopolítico: privilegia interesses oligopolistas e corporativistas; sociocultural: padronização da cultura e trabalho humano repetitivo e alienado (SAMPAIO, 2009; SACHS, 2007).

a dimensão tácita do conhecimento dos atores envolvidos no dado território (SAMPAIO, 2009).

O agir extraorganizacional com olhar territorial privilegia, além dos atores envolvidos na rede interorganizacional, os que estão espacializados no território. São os impactos da ação de tomadores de decisão sobre o entorno territorial.

A ecossocioeconomia se interessa pela complexidade do cotidiano em sua faceta interorganizacional, representada por arranjos institucionais e socioprodutivos no território, reproduzindo lógicas instrumentais de caráter mais coletivo, criando opção ao modelo economicista, utilitarista, materialista e individualista. A ideia não é se criar outro modelo hegemônico, de maneira a substituir por um decadente, mas sim propor alternativas de desenvolvimento que sejam, ao mesmo tempo, criadas no território e que estabeleçam seu próprio padrão de bem viver (SAMPAIO et al., 2014a).

O agir extrarracional possui dimensão tácita do conhecimento, a qual é exteriorizada no espaço territorial, por meio da identidade, vínculos estabelecidos pela dinâmica socioambiental e os saberes que ficam marginalizados diante da racionalidade, muitas vezes científica, quando esta desconhece padrões de conhecimento. No entanto, se diferencia de prática inspirada sob ideário subjetivo ou mesmo intersubjetivo messiânico, desprovido de justificativa pré-racional (SAMPAIO; DELLABRIDA, 2009; SACHS, 2007).

A ecossocioeconomia pode ser traduzida por formas distintas de se pensar e agir nas relações socioeconômicas e ambientais. Normalmente são experiências que surgem pela ausência do Estado, constituindo grupos participativos bem organizados que conseguem dar respostas sistêmicas a problemas por eles próprios apontados, conservando padrões de economia territorial. Quando estas experiências se destacam nas suas diferentes modalidades, agenda 21 local ou objetivos do milênio, turismo de base comunitária, economia solidária, movimento *slow*, ecovilas, gestão de unidades de conservação, responsabilidade social empresarial entre outras, governos municipais e agências do Estado aproximam-se, apoiando-as ou transformando-as em políticas públicas com capacidade de replicação (SAMPAIO, 2009).

De acordo com Sampaio, Santos e Ribeiro (2014b) a ecossocioeconomia refere-se às experiências do cotidiano, comunitárias, organizacionais e territoriais que, muitas vezes, ficam relegadas a um mundo invisível ou descalço, nas palavras de Manfred Max-Neef (2012).

A acepção das relações ecossocioeconômicas está em proximidade com as que vivenciam a maioria das pessoas, aproximando-se da realidade e criando alternativas ao combate das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, ao descaso com a natureza (SAMPAIO, SANTOS, RIBEIRO, 2014b).

4.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO EXPRESSÃO DA ECOSSOCIOECONOMIA

Decorrentes do processo de urbanização e dos impactos por ele causados emergiram os movimentos de resistência a exemplo dos ambientalistas. No Brasil, a economia solidária surge no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho, resultado das mudanças políticas e estruturais que afetaram o cenário econômico.

As alternativas apontadas por Boaventura Sousa Santos (2011) à economia solidária ou à ecossocioeconomia apontada por Ignacy Sachs (2007) possuem o desafio de superação como ação possível. Assim evidencia-se que há experiências propositivas em curso e que existem outras maneiras de se viver (SAMPAIO, SANTOS, RIBEIRO, 2014b).

A Ecossocioeconomia se manifesta de diversas formas, conforme mencionado anteriormente. Neste trabalho de pesquisa não serão trabalhadas todas as vertentes, mas apenas a economia solidária, sendo considerado também o turismo de base comunitária.

A economia solidária, como uma manifestação da ecossocioeconomia, privilegia as pessoas que vivem em dado território. O lugar possui histórias e estórias próprias. O trabalho possui significados, seja reprodutivo, produtivo e redistributivo, não sendo necessariamente sinônimo no seu conjunto de atividades repetitivas e alienantes (SAMPAIO; SANTOS; RIBEIRO, 2014b).

Os postulados da economia solidária baseiam-se no humanismo, na solidariedade e na cooperação materializadas na propriedade coletiva dos meios de produção e autogestão, preservando-se ainda o direito à liberdade individual (SINGER, 2002).

Analisando-se a literatura, é possível perceber que os estudiosos da área têm voltado seu olhar principalmente para três aspectos da economia solidária: a autogestão; seu novo modo de produção; e enquanto prática pedagógica, sobretudo, destacando-se entre as características essenciais da economia solidária, a prática da autogestão.

Buzzatti (2007) entende a economia solidária como uma estratégia de movimentos populares e trabalhadores que contraria o desemprego, distribuição de renda e exclusão social. A economia solidária é denominada pelo conjunto de atividades socioeconômicas organizadas e realizadas solidariamente por indivíduos sob a forma de autogestão (MARINHO, 2007).

Para Nascimento (2011), não existe economia solidária sem autogestão e vice e versa. Para Nascimento (2011, p. 91), a economia solidária é “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”, enquanto a autogestão é “um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracteriza um novo modo de produção” (NASCIMENTO, 2011, p. 92). O “ideal” tem sido, ao longo da história da humanidade, o modo encontrado pelos trabalhadores para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Razeto (2011, p. 5):

A economia de solidariedade constitui-se pondo solidariedade na economia, manifestar-se-á em diversas formas, graus e níveis segundo a forma, o grau e o nível em que a solidariedade se faça presente nas atividades, unidades e processos econômicos. Destarte, podemos diferenciar nela e no processo do seu desenvolvimento, duas grandes dimensões. De um lado, haverá economia de solidariedade na medida em que, nas diversas estruturas e organizações da economia global, cresça a solidariedade pela ação dos sujeitos que a organizam. Do outro, identificaremos economia de solidariedade numa parte ou setor especial da economia: naquelas atividades, empresas ou circuitos econômicos em que a solidariedade tenha-se feito presente de modo intensivo, e onde esta opere como elemento articulador dos processos de produção, distribuição, consumo e acumulação.

A economia solidária se organiza de duas formas: Atividades econômicas - produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo, consumo solidário e organizações solidárias – cooperativas, associações, empresas autogestoras, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca etc. (BRASIL, 2005).

Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na economia solidária (BRASIL, 2005).

Reconhecendo que a cooperação é a melhor estratégia para atingir objetivos comuns de uma sociedade, Börzel (1998) enfatiza que redes de políticas públicas sociais para a governança, que se define por várias ações “relativamente estáveis, de natureza não-hierárquica e interdependentes, conecta variedade de atores que compartilham interesses relativos a política e que trocam recursos com o objetivo de atingir esses interesses” (p. 220).

Rodhes e Kooiman, citados por Sáenz (2012) respectivamente referem-se à governança como redes Interorganizacionais autogovernadas, que complementam a hierarquia e as estruturas de governo, com o padrão ou estrutura que emerge em um sistema sociopolítico como resultado comum das intervenções interativas de todos os atores envolvidos.

A estruturação de sistemas de governo em rede ganhou visibilidade para formação de redes de governança, a qual em diferentes contextos se constitui em arcabouço interpretativo onde os atores envolvidos são localizados e ligados na sua interação em um domínio de política (PROCOPIUCK, 2013).

Assim, as redes de governança quando compostas por múltiplos atores, produzem uma ordem parcialmente estabilizada na contínua construção de cadeias de mediação ao fazer estratégia, esta noção é reforçada por Rhodes (2006) ao destacar a importância de se compreender os aspectos da governança de acordo com os movimentos, interações e mudanças que ali ocorrem, pois esta pode ser a forma mais coerente para entender os procedimentos diferenciados das lógicas hierárquicas e de mercado, ou seja, uma governança participativa e democrática.

De acordo com Sáenz (2012), a governança democrática confia na sua capacidade de intermediar conflitos sociais que possam existir no interior de suas redes, em resposta a questões que possam surgir como a articulação em rede, o fortalecimento de sua intermediação e a distribuição de poder, em consonância aos valores e percepção dos próprios atores.

De acordo com Sabourin (2002) na terminologia do desenvolvimento local, os atores são os agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então, mantêm relações num determinado território.

Os atores podem ser classificados em duas formas: estatais, representado pelo Governo – que são eleitos pela sociedade para determinados cargos políticos para executar funções públicas no Estado, ou exercendo atividades permanentes, a exemplos dos servidores públicos. Os atores privados são representados pela

Sociedade Civil, que possuem elo com a estrutura administrativa do Estado, a exemplos das instituições, sindicatos, partidos políticos, imprensa, igrejas e associações da sociedade civil organizada.

Os atores sociais à luz da economia solidária se expressa no Brasil como sujeito coletivo, formado por uma diversidade de representações que se reconhecem como tal. Os atores da economia solidária são os empreendimentos econômicos solidários, suas entidades representativas, os agentes externos desdobrados em entidades de apoio e poder público. Apresenta-se, na figura 4, a forma de organização da economia solidária no Brasil.

Figura 4 - A Rede de governança da Economia Solidária no Brasil



Fonte: SENAES, 2005.

A figura 4 apresenta a estrutura da economia solidária enquanto políticas públicas em rede de governança, para a articulação, criação, implementação e avaliação de políticas Economia Solidária. Envoltas nesta estrutura encontram-se as instâncias governamentais, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ligas ou uniões e entidades de apoio, na definição de políticas de Economia Solidária e no apoio e suporte aos empreendimentos econômicos e solidários.

É possível destacar os empreendimentos econômicos solidários, cuja organização se dá por meio de: coletivos suprafamiliares de trabalhadores/as dos meios urbano e rural que exercem a gestão coletiva do empreendimento; permanentes (difere de práticas eventuais); podem dispor ou não de registro legal; realizam atividades econômicas de produção, prestação de serviços, crédito popular,

comercialização e consumo solidário; são organizações singulares ou complexas (BRASIL, 2005).

Vale destacar as entidades de apoio e fomento, que são entidades cujo apoio é direto em forma de capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e gerencial a empreendimentos econômicos e solidários, são elas: Organização Social (OS); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); fundação privada; ONG com natureza jurídica de associação; Serviço Social autônomo; incubadoras universitárias ou núcleos de extensão universitária.

A economia solidária no Brasil, com mais de dez anos de existência, apresenta um significativo crescimento por meio da disseminação da ideia em diversos espaços. Apresenta inúmeras dificuldades e problemas a exemplo de não pertencer a uma agenda de governo, contudo, os avanços são perceptíveis em especial na sua organização que hoje conta com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e mais 27 fóruns estaduais (FBES, 2013).

Na perspectiva das políticas públicas, em âmbito Federal, o destaque se dá pela criação da Secretaria de Economia Solidária em 2003, sendo este um marco na história do movimento. Ainda que inexista uma lei federal que a reconheça, regule e fomente, é perceptível que o tema vem ganhando espaço nas agendas de governos, alguns estados e municípios já dispõem de regulamentação e muitos em processo de aprovação.

Assim, a economia solidária em formato de redes de governança tem como objetivo a geração de trabalho e renda para os envolvidos, além de formar outras relações de produção e aperfeiçoar o modelo de produção, consumo e distribuição, sem a exploração humana e de recursos naturais (MANCINI, 2003).

Pode-se dizer que a rede de governança segue em direção ao desenvolvimento sustentável, pois segundo Paulista, Varvaki e Montibeller (2008, p.187) encontra-se em concordância os conceitos de desenvolvimento sustentável, em relação ao crescimento equânime das condições de bem-estar da espécie humana, garantindo a preservação de recursos naturais necessários para oferecer as mesmas condições às gerações futuras.

No sentido de desenvolvimento sustentável, pensando um melhor uso dos recursos naturais para se conquistar, em especial, a qualidade de vida, destaca-se neste trabalho de pesquisa a motivação que as comunidades possuem para se organizar coletivamente para suprir dificuldades a exemplos socioambientais,

socioculturais, socioeconômicos. Tais iniciativas ganham visibilidade por meio da ecossocioeconomia em suas diversas formas de viabilização, a exemplo de turismo de base comunitária, que se manifesta por meio dos princípios da economia solidária.

4.1.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O Turismo é um dos itens previstos no Plano Diretor (PD), que pode ou não existir em função da importância que a atividade tem para determinado local. O PD:

[...] previsto na Constituição Federal e disciplinado no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01), define os critérios de ordenamento das cidades e das áreas de expansão urbana, como também as regras básicas de zoneamento urbano, parcelamento do solo urbano, ordenação do sistema viário e proteção ambiental. Cabe ao Plano explicitar a função social da propriedade urbana, como elemento norteador de toda a política. Ou seja, o PD é amplo (PARANÁ, 2008, p. 34).

O planejamento urbano para Santos (2008, p.35), destaca as diversas funções, em especial: comerciais, administrativas, industriais, residenciais, entre outros, contudo, é percebido “que a maioria dos esforços do poder público é voltada para atender essencialmente as necessidades da população local e não especificamente ao turismo”. Assim, a atividade turística e a população de determinada localidade fazem uso de um mesmo território, decorrendo a necessidade da integração do turismo no PD dos municípios.

Existem duas maneiras de se abordar o turismo no PD. A primeira, com a participação de um turismólogo na equipe consultora responsável pela elaboração do mesmo, e a segunda, caracterizada pelo conteúdo técnico resultante de cada etapa, o qual está baseado na participação da iniciativa privada e dos órgãos públicos, ambos sendo representantes da atividade turística no município (SANTOS, 2008).

Assim, o turismo se insere na agenda da cidade. Antes de tratar de turismo de base comunitária, serão apresentados conceitos de turismo convencional. Os quais são considerados como atividades práticas de lazer, o que se tornou recorrente e utilizado por pessoas de diversas classes sociais, sobretudo com a institucionalização das linhas férreas no período pós-industrialização, entre os séculos XIX e XX (DIAS, 2003).

A etimologia do termo “turismo” origina-se da concatenação de dois termos, a saber: *grand* e *tour*, a primeira tem origem inglesa enquanto a segunda de origem

francesa significa circuito, ou seja, “o grande circuito”. O qual fazia referência às viagens do século XVIII, realizadas por jovens da aristocracia europeia, cuja motivação era a necessidade educacional. Seguindo as transformações da sociedade ao longo dos séculos, outras concepções e significados foram se configurando ao termo turismo (RICCO, 2013 p.4).

De forma global, nas últimas décadas, as cidades se destacam devido às iniciativas sociais no âmbito da vida cotidiana dos cidadãos, na recuperação do patrimônio, na promoção e transformações urbanísticas, criação de empregos, serviços básicos etc. Nas relações internacionais e nacionais, estão atraindo investimentos, para “o turismo e grandes eventos, participando ativamente de fóruns mundiais etc. A cidade assume definitivamente centralidade na criação e dinamização de bens simbólicos e no bem-estar de sua população” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 152).

De acordo com Padilha (1994, p.19) o turismo pode ser definido como:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultural ou saúde, se deslocam de seu lugar de residência habitual a outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

O turismo, tendo a sua natureza cultural, pode ser entendido como um fenômeno social, o qual se revela em um processo de interações contínuas entre diferentes comunidades ocupantes de espaços sociais distintamente construídos, tornando-o dessa forma atraente para o conhecimento do outro. Atualmente, a prática da atividade turística pode ser entendida como um mecanismo relevante na promoção e interação de pessoas sobre diversas culturas e lugares, a nível mundial, o que decorre do processo de globalização (RICCO, 2013 p. 2).

Sampaio (2009, p. 71) afirma que existem diversas modalidades de turismo conhecidas, entre elas, o turismo comunitário, o qual pode ser confundido com três

delas: “turismo cultural⁸ ou etnoturismo (incluindo o turismo indígena)⁹, ecoturismo¹⁰ e agroturismo¹¹”.

O turismo comunitário tem como eixo norteador a integração de vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, os mesmos princípios fazem parte das modalidades acima mencionadas. Sampaio (2009, p. 72) descreve três características que distinguem o turismo comunitário das demais modalidades citadas acima:

Entender a atividade turística como subsistema interconectado a outros subsistemas, como, por exemplo, educação, saúde e meio ambiente. [...] **o turismo comunitário é pensado como projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável), a partir da própria comunidade, o que poderia ser destacado como segunda característica.** [...] a terceira característica, a convivencialidade entre população originária, visitantes e residentes (inclusive, não descartando os domiciliados não-residentes e migrantes), incrustada em um arranjo socioproductivo de base comunitária, fomentando a relação social entre modos de vida distintos, na qual congregam os conhecimentos formal e tradicional e que, na sua essência, supera a mera relação de negócio (baseada na maximização do ganho individual), resgatando e reconstituindo o interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pelo autêntico, enfim, pela interconectividade entre os sistemas sociais e ecológicos (grifo da autora).

O turismo comunitário, segundo o autor supramencionado, tem se destacado devido o potencial de municípios sul-americanos em desenvolver atividades econômicas em pequena escala com baixo investimento, a qual gera trabalho, sem a necessidade de especialização e com baixo impacto ambiental.

De acordo com Alves e Santos (2013), a prática do turismo de base comunitária (TBC) tem origem a partir das comunidades rurais com a denominação de Turismo Rural Comunitário (TRC), com decorrências isoladas a partir dos anos 80 na América Latina, tendo a sua inserção devida às necessidades de construção de tendências no mercado turístico, sendo preconizados por comunidades indígenas e rurais com carência de recursos econômicos, em situação de extrema pobreza.

Alves e Santos (2013), ressaltam que a discussão sobre a definição do TBC pode ser entendida a partir de diferentes aspectos, pautados, sobretudo, nos

⁸ Segundo Barretto (2004), o turismo cultural se baseia na observação e no convívio de estilos de vida tradicionais.

⁹ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (Ilo) (1991), o turismo indígena conserva sua autonomia limitando-se à observação ou convívio com povos de nações minoritárias com base nas histórias coloniais.

¹⁰ Para Scheyvens (1999), a ideia principal do ecoturismo tem a ver com os ecossistemas em estado natural (vida selvagem e a população nativa).

¹¹ Para os autores Scharrer, Dirven, (2001) o agroturismo é o conjunto de serviços solicitados por visitantes e turistas, para a aquisição de conhecimento e experiência da vida em pequena propriedade rural.

princípios da sustentabilidade e economia solidária, logo: cooperação e autogestão. O TBC é uma maneira diferenciada de turismo que se caracteriza por um modelo de desenvolvimento local, sob a perspectiva da economia solidária, associativismo, com vistas à apropriação da comunidade aos benefícios adquiridos por meio da atividade turística (BRASIL, 2008).

De acordo com Irving (2009, p. 113), o TBC é entendido como uma “proposta de desenvolvimento local, através da valorização da cultura e identidade, dos modos de vida, respeitando as dimensões de uma sociedade em seus aspectos sociais, políticos, culturais e humanos”.

Assim “pressupõe que a atividade turística desenvolve o local de forma sustentável, onde há o respeito aos costumes da população receptora em face da valorização da forma como ela se constitui” (ALVES; SANTOS, 2013, p. 83).

Da mesma forma, o TBC é entendido como:

[...] uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, que deverão estar articuladas e em diálogo com os setores públicos e privados, do terceiro setor e de outros da cadeia produtiva do turismo, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades” (SILVA; SÁ., 2012, p. 11)

Assim, os moradores atuam efetivamente como protagonistas na produção de bens e serviços, promovendo assim a atividade turística por meio de redes de autogestão, sob a perspectiva sustentável, solidária, colaborativa e coletiva, considerando a diversidade cultural e preservando os recursos naturais, sendo assim, os integrantes da comunidade, os atores principais na articulação e na construção da cadeia produtiva, levando como base os princípios e práticas já mencionados (ALVES, 2013).

O espaço urbano é um principal atrativo para o TBC, devido ao modo de vida da comunidade local:

A sua memória social, cultural e histórica enriquecida pelos saberes, sabores e fazeres comunitários como a histórica oral, legado histórico, heranças culturais, origens do bairro, conhecimento popular, comidas típicas, festas e outras manifestações culturais e religiosas, músicas, danças, grupos culturais e recreativos, festivais, memoriais, arquiteturas, feiras livres, projetos sociais, atividades econômicas, os aspectos naturais e tudo mais que seja autêntico e capaz de fornecer experiências significativas ao visitante (SILVA; SÁ, 2012, p. 13).

Os autores complementam que os serviços ofertados pelos protagonistas do TBC são geralmente de guiamento de visitantes, alimentação, apresentações

culturais, festas populares, “contação de causos” (ou relatos de ocorridos, muitas vezes fictícios e/ou folclóricos), circuitos e caminhadas, fornecimento de hospedagem familiar e comunitária, venda de artesanatos, aluguel de espaços para realização de eventos, oportunidades de trabalho voluntário nas áreas de lazer, educação, saúde, entre outros. Os serviços são prestados em sinergia com a cultura local e o meio ambiente, bem como a aplicação do preço justo pelos serviços prestados.

Dessa forma, o turismo de base comunitária é um fenômeno que contribui para a junção entre a ecossocioeconomia e a gestão do desenvolvimento local. Contudo, no campo turístico é possível apontar os fenômenos de natureza interorganizacional¹², que possuem característica com a relação entre as organizações microespaciais (organizações localmente concentradas), o que gera um ambiente propício às tipologias de redes associativistas.

Contudo, é necessário entender tal atividade como um subsistema interconectado a outros, como educação, saúde e meio ambiente, já que deve ser pensada como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico e sustentável na própria comunidade (SAMPAIO, 2009).

O autor complementa que as experiências de turismo de base comunitária não focam somente na igualdade da distribuição econômica a condição se dá na capacidade que se tem para acolher todos os visitantes turistas e não com resguardo cultural, o que possibilita conhecer outras culturas, outros modos de vida, diferentes do padrão urbano consumista.

Desse modo, destaca-se que:

[...] a convivência solidária é potencializada nas relações ecossocioeconômicas entre turistas conscientes (pessoas simpatizantes a outros modos de vida, independentemente do grau de consciência) e membros da comunidade que primam por um desenvolvimento que lhes é próprio, colado ao seu território e à sua cultura (SAMPAIO, 2009, p. 109).

De acordo com Sampaio, Dallabrida e Pellin (2005) reforçam que a ecossocioeconomia, como meio de desenvolvimento territorial sustentável com

¹² De acordo com Sampaio (2009) e Sachs (2007), a participação interorganizacional de arranjo institucional e socioprodutivo são fundamentais para se estabelecer ações coletivas de forma democrática, participativa, associativa e ambientalmente sustentável. Esta participação deve ficar ao redor do espaço mediado pelo público e pela iniciativa privada. O espaço público representado diante do confronto de opiniões presente no cotidiano.

ênfase associativa comunitária, vem sendo a expressão do arranjo socioprodutivo de base comunitária ou rede de economia solidária.

Contudo, a ecossocioeconomia compreende uma força de governança em rede, que pretende dar visibilidade à experiência demonstrativa, oriunda do cotidiano, com a preocupação em buscar aprendizados socioeconômicos e ambientais em contexto sistêmico, interinstitucional, co-evolutivo e interdisciplinar por meio de uma dinâmica posta em dado território e no qual deseja promover a sustentabilidade de seu desenvolvimento (SAMPAIO et al., 2008).

5 METODOLOGIA

Utilizam-se as palavras de Gil, (1999, p. 42) para explicar que “a pesquisa tem um caráter pragmático” sendo considerado “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. O método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 1999; MARCONI; LAKATOS, 1993). No caso deste trabalho de pesquisa, o método utilizado foi o indutivo.

Adota-se o estudo de caso para aprofundar a experiência da ecossocioeconomia sob a perspectiva da economia solidária no Território do Cabula/BA. O estudo de caso, segundo Severino (2007, p.121) é uma “pesquisa que se encontra em um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Yin (2005, p. 19) reforça que:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Sobre as técnicas de pesquisa do ponto de vista da abordagem do problema, as autoras Silva e Menezes (2005, p. 20) classificam como pesquisa quantitativa ou pesquisa qualitativa:

Pesquisa quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.). **Pesquisa Qualitativa:** considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e de técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

São utilizadas, como técnica de pesquisa neste estudo, as abordagens qualitativa e quantitativa. Estas abordagens servirão para coletar e para a

interpretação dos dados, a fim de construir cenário de análise da área de estudo. A abordagem de pesquisa quantitativa será utilizada para medir opiniões, atitudes, preferências, interesses e comportamento do fenômeno de estudo. A pesquisa bibliográfica concentrou-se nos temas planejamento e gestão urbana, políticas públicas, arranjos institucionais e socioproductivos, ecossocioeconomia para um desenvolvimento territorial sustentável e economia solidária como manifestação da ecossocioeconomia.

A coleta de dados é realizada mediante instrumentos que propiciem uma interação entre o pesquisador e o fenômeno, sobre este processo as autoras Silva e Menezes (2005, p. 34) dizem que:

Para facilitar o processo de tabulação de dados por meio de suportes computacionais, as questões e suas respostas devem ser previamente codificadas. A coleta de dados estará relacionada com o problema, a hipótese ou os pressupostos da pesquisa, objetivando obter elementos para que os objetivos propostos na pesquisa possam ser alcançados.

As principais técnicas de pesquisa para coleta de dados são: documentos, observação, entrevista, questionário, formulário, medidas de opiniões e de atitudes, técnicas mercadológicas, testes, análise de conteúdo e história de vida. A coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A entrevista, segundo Vergara (2009, p. 3), “é uma interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo”. Para Severino (2007, p. 125), a “observação é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É a etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”. Referente a técnica de coleta de dados por meio de entrevistas, Barros e Lehfeld (2007, p. 109) comentam que, com essa etapa, “há oportunidade de obter dados relevantes e mais precisos sobre o objeto de estudo”.

De acordo com Yin (2005, p. 43) a unidade de observação “pode ser constituída por um ou vários indivíduos, podendo ser também um evento ou entidade, ou ainda um sistema ou uma mudança organizacional”.

A unidade de observação para a presente pesquisa é composta por uma parcela da população do Território do Cabula – Salvador/BA, a qual abrange 17 bairros. A observação e entrevista foram realizadas com os atores sociais das

entidades de apoio e fomento aos empreendimentos de economia solidária, a saber: Secretaria de Emprego, Trabalho e Renda (SETRE), Centro Público de Economia Solidária (CESOL) e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares / Universidade Estadual da Bahia (ITCP/UNEB), além da Subprefeitura do Cabula e Beiru/Tancredo Neves, sendo este um recorte espacial para a coleta de dados. A partir dessas entrevistas chegou-se aos empreendimentos que se relacionam com as entidades de apoio acima mencionadas, e as entrevistas se estenderam aos empreendimentos e iniciativas que foram identificados nas entrevistas que se seguiram e assim sucessivamente. A partir de entrevistas realizadas com empreendimentos e entidades de apoio pré-definidas, identificou-se demais organizações que se relacionam com estes, desenhando com isso o arranjo institucional e socioproductivo local, conforme proposto nos objetivos desta pesquisa.

Com todo o material coletado foi possível realizar um tratamento dos dados elencando-as de forma qualitativa e quantitativa. A partir das entrevistas observações, documentos, sites, livros etc., foi realizado um tratamento de dados qualitativos, ocorrendo a análise quantitativa por meio da mensuração de alguns dados em formato de percentual para melhor compreensão dos mesmos.

5.1 FASES DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em 4 fases e subdivididas em algumas etapas. As fases e etapas são contempladas no quadro 4.

Quadro 4 – Fase e etapa da pesquisa

Fases da pesquisa	Etapas da pesquisa
Fase 01 - Preparação da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação do problema • Questões norteadoras • Tema da dissertação • Conceitos fundamentais • Formulação dos objetivos • Delimitação da pesquisa
Fase 02 – Metodologia da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Seleção dos métodos e técnicas • Elaboração da matriz analítica • Definição dos primeiros entrevistados • Elaboração de roteiro para entrevista 1 e 2
Fase 03 – Coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação das ferramentas de coleta de dados • Coleta de dados • Análise e interpretação dos dados
Fase 04 – Documento de dissertação	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação • Revisão e ajustes finais • Defesa

Fonte: a autora, 2015.

Na fase 01, de preparação da pesquisa, primeiramente foi realizada uma reflexão do estudo, a partir de uma questão-problema surgiram questões norteadoras no intuito de chegar a uma área de abordagem propícia à investigação científica, assim surgiram os primeiros indícios de tema, objetivos gerais e específicos, em seguida foi realizado uma estruturação com esses elementos, decorrendo de uma delimitação da pesquisa pelo objeto empírico de estudo.

Na fase 2 da metodologia da pesquisa, buscou-se identificar a existência de governança e se esta favorece a articulação entre as iniciativas do Cabula e entorno relacionadas aos arranjos institucionais e socioprodutivos locais, sob a perspectiva da Economia Solidária. Em uma segunda etapa, ocorreu a escolha dos objetos de análise, que incluíram o recorte para o mapeamento com foco nos arranjos institucionais e socioprodutivos de economia solidária a serem mapeados neste território, bem como os instrumentos metodológicos adequados à coleta e representação dos dados. Da mesma forma, buscou-se selecionar algumas categorias e subcategorias analíticas, conceituais e empíricas, por meio do estudo, cujo nome se deu de Matriz Analítica, sendo este a parte de métodos e instrumentos utilizados, a partir daí foram elaborados os roteiros de entrevistas 1 e 2. Nesta fase também foram definidos os primeiros atores a serem entrevistados.

Na fase 3 de coleta de dados, primeiramente ocorreram adequações das ferramentas e instrumentos. Buscou-se identificar, dentro do Território do Cabula, lideranças que se enquadrassem aos parâmetros estabelecidos, ou seja, dentro dos postulados da economia solidária. A coleta de dados ocorreu por meio de visitas a campo, com técnicas de observação, descritivas e analíticas, entrevistas estruturadas por meio de um roteiro de coleta de dados, registro fotográfico e gravações das entrevistas quando autorizado pelos atores. A partir das informações levantadas em nível teórico e prático, efetuou-se uma análise individual e integrada dos arranjos institucionais e socioprodutivos do local.

Na fase 4, de formulação do documento de dissertação, realizou-se a qualificação, após uma revisão geral e ajustes do trabalho de pesquisa, visando estabelecer uma síntese não conclusiva do estudo realizado, retomando a problemática inicial e aproximando a mesma dos resultados alcançados. Novos questionamentos serão esperados a partir da interpretação dos resultados.

5.2 COLETA DE DADOS

De acordo com Yin (2005) o embasamento teórico para tal estudo de caso se dá mediante a combinação de múltiplos métodos de coleta de dados somados a seus instrumentos são de fundamental importância para o protocolo de validação do estudo de caso, devido a utilização de múltiplos métodos de coleta de dados favorece a fundamentação nos construtos, análises e discussões, sendo essa combinação altamente sinérgica.

Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas com os atores diversos, na construção de conhecimento conforme proposto nos objetivos deste trabalho de pesquisa, as entrevistas ocorreram de forma estrutural por meio de um roteiro de coleta de dados.

Para a elaboração do roteiro de coleta de dados, anteriormente, foi elaborado um instrumento denominado de Matriz Analítica, denominada pelo Yin (2005) por protocolo de pesquisa, conforme contemplados no quadro 5.

Quadro 05 - Matriz Analítica da Pesquisa

MATRIZ ANALÍTICA						
Pergunta:	Quais são as prerrogativas para estabelecer governança nos arranjos necessários para promover iniciativas socioeconômicas?					
Objetivos	Geral: analisar a governança das iniciativas de economia solidária do Cabula, conjunto de 17 bairros, localizado no município de Salvador-BA.					
Específicos	Categorias	Subcategorias	Variáveis relacionadas	Questões relacionadas as coleta de dados	Critérios de avaliação Dados Primários	Critérios de avaliação Dados Secundários
a) mapear as iniciativas socioprodutivas e sociopolíticas relacionadas à ECOSOL desenvolvida no Cabula e entorno	Políticas Públicas ECOSOL	Arranjo institucional e socioprodutivo	1- Dimensão pública do AI e socioprodutivo; 2 Econômica; 3 Social; 4 ambiental;	1- No Cabula e entorno, existe iniciativa de ECOSOL bem estruturada?	1 – Quem são essas iniciativas de ECOSOL DO Cabula e entorno? 2– Onde estão localizadas essas iniciativas? Observação, análise de campo (anotações) e entrevistas	Livros, artigos, teses, dissertações, sites, ata, registros e documentos (Prefeitura, universidade e incubadora)
b) identificar a estrutura da governança do arranjo sociopolítico e socioprodutivo das iniciativas de economia solidária no local;	Governança Arranjo Institucional e socioprodutivo	1- O papel da governança urbana no Cabula e entorno; 2-Estrutura; 3- Articulação institucional da governança urbana; 4 - O papel dos atores.	1- Motivação dos atores na participação das iniciativas de ECOSOL; 2-Papel políticas públicas de ECOSOL.	1 – Como se dá a participação dessas iniciativas?	1 - Quem coordena as iniciativas? 2 - Quem participa? 3 - Quem se beneficia? 4 - Existe processo coletivo de participação (associação, assembleia, conselho, fórum e etc.)? 5 - Qual a importância	

					das decisões tomadas no coletivo?	
c)	analisar a governança das iniciativas de economia solidária do Cabula e entorno.	Governança; Arranjo Institucional; Arranjo Socioproductivo; Políticas Públicas; ECOSOL.			1 – Há relatórios ou monitoramento formal dos resultados das Políticas Públicas de ECOSOL? 2 – Quais as principais deficiências das políticas públicas?	
d)	analisar os resultados que favoreçam o desenvolvimento dos empreendimentos solidários	Governança; Arranjo Institucional; Arranjo Socioproductivo; Políticas Públicas; ECOSOL;	1- Resultados positivos das Políticas Públicas de ECOSOL; 2- Deficiências das políticas públicas de ES;		1 – Quais são os resultados efetivos das iniciativas apoiadas pelo arranjo?	

Fonte: a autora, (2015).

A Matriz Analítica representada no quadro acima sintetiza todos os elementos-chaves que compõem a pesquisa, a exemplo da questão problema e objetivos gerais e específicos. Assim, a partir da Matriz Analítica, buscou-se selecionar algumas categorias e subcategorias analíticas, conceituais e empíricas, por meio do estudo, sendo este a parte de métodos e instrumentos utilizados, servindo de suporte para a construção do 1º e 2º roteiro de coleta de dados.

O 1º roteiro de coleta de dados¹³ foi elaborado no intuito de aplicá-lo às entidades de apoio e fomento aos empreendimentos de economia solidária: Centro Público de Economia Solidária (CESOL), Secretaria do trabalho, renda e emprego (SETRE) e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP's). Identificaram-se os empreendimentos de economia solidária que fazem parte do Cabula, por meio destas entidades.

A ideia de entrevistar esses atores foi além de mapear e identificar o arranjo institucional e sociopolítico, de acordo com os objetivos deste trabalho, foi para

¹³ Disponível no apêndice A.

identificar os primeiros empreendimentos de economia solidária que fazem parte do Cabula e entorno, por meio destas entidades.

A partir desta identificação, foi realizado um contato com os empreendimentos listados pela CESOL, sendo estas algumas iniciativas que são acompanhados pela entidade de apoio no Cabula, algumas dessas iniciativas são: Belladecor, Bete alimentos, Criando com as mãos, Grupo cultural fazendo com as mãos, Amor divino lanches, Ágape e Sarau da Onça.

A partir das iniciativas indicadas pelo CESOL, iniciaram-se as entrevistas com os atores sociais que fazem parte dessas experiências. Para a realização dessas entrevistas, utilizou-se o 2º roteiro de coleta de dados¹⁴, este teve como base o instrumento denominado “formulário qualitativo de coleta de dados”¹⁵. O qual passou por diversas versões: (2002; 2005; 2008-2010; 2011-2013) e, na atual vigência, 2014-2017, chegou-se ao termo Arranjo Socioprodutivo de Base Territorial Sustentável (SANTOS; GRAGNANI; SAMPAIO, 2015).

Este contempla algumas informações como, por exemplo: dados do entrevistado; modalidade em que se enquadra a experiência pesquisada; gênese, problemática e objetivo da experiência; território (sede e arredores) e suas respectivas características naturais, culturais, sociais e econômicas; organizações coordenadoras e participantes da experiência, assim como centros de pesquisa que prestam assessoria; financiamentos; produção científica sobre a experiência; oportunidades, pontos fortes, ameaças e pontos fracos; cultura organizacional predominante e conhecimentos tradicionais/ populares considerados no projeto; metodologias de trabalho, principais ações implementadas, resultados atingidos e impactos que ocorreram; encadeamentos entre os atores importantes; atores sociais e políticos com sede no território; atores sociais e políticos do território; descrição das relações do *trade* (com empresas, cooperativas ou consumidores) socioeconômico; descrição das relações sociopolíticas (como Estado, organizações da sociedade civil ou cidadãos); descrição sintética da relação entre ambiente rural e urbano, e suas relações

¹⁴ Disponível no anexo A.

¹⁵ Tal formulário de coleta de dados surgiu inicialmente a partir da metodologia de Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável - SiGOS (SAMPAIO, 2000). A partir da contribuição do projeto de pós-doutorado da Dr. Thaise Guzzati junto ao Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, enfatizou-se no arranjo socioprodutivo a dimensão do consumo de base territorial sustentável (SANTOS; GRAGNANI; SAMPAIO, 2015). Disponível no anexo B.

(infraestrutura e relações sócio-político-produtivas); e as propostas e intenções futuras.

Além dos roteiros de coleta de dados, fez-se uso de observação de caráter descritivo (por meio de anotações por escrito) e gravação das conversas, quando estas foram autorizadas. A partir destes instrumentos se deu a coleta de dados.

As entrevistas ocorreram no período de junho a julho do ano de 2015, abrangendo 52 (cinquenta e duas) pessoas entrevistadas no total, os quais se identificaram 23 (vinte e três) organizações, entre elas de caráter mais sociopolítico ou socioproductivo, e que possuíam entrelaçamentos, o que caracteriza um arranjo. Com a realização das primeiras entrevistas foi identificado outras iniciativas a serem investigadas.

As formas de agendamento de entrevista foram por meio de contato telefônico, envio de e-mail e visita direto no endereço do empreendimento. O e-mail não foi nada eficaz, não foi agendada nenhuma entrevista por meio deste mecanismo. Por telefone foi agendado 19% das entrevistas. Mas o método que se apresentou mais eficaz, foi a procura pelos empreendimentos direto no endereço deles e por indicações, com 81% das entrevistas efetivadas por meio destes métodos. Contudo, em alguns casos houve a necessidade de visitar o empreendimento por mais de 4 vezes, para assim conseguir a entrevista.

O deslocamento para as entrevistas se deu em 2% de carro, 3% de moto taxi, 29% com a utilização de transporte coletivo. 63% das entrevistas foram realizadas por meio de visitação a pé até as iniciativas e os outros 3% dos entrevistados vieram até um local onde a pesquisadora estava hospedada.

A duração média de cada entrevista foi de 60 minutos. Antes de cada entrevista, era perguntado ao entrevistado se poderia ser gravado, esse método foi apenas utilizado como precaução para que nenhum ponto apontado pelos atores passasse despercebido, assim, foi realizada a transcrição das entrevistas, para que todas as informações fossem levadas em consideração, complementando assim as anotações realizadas no momento em que a mesma acontecia.

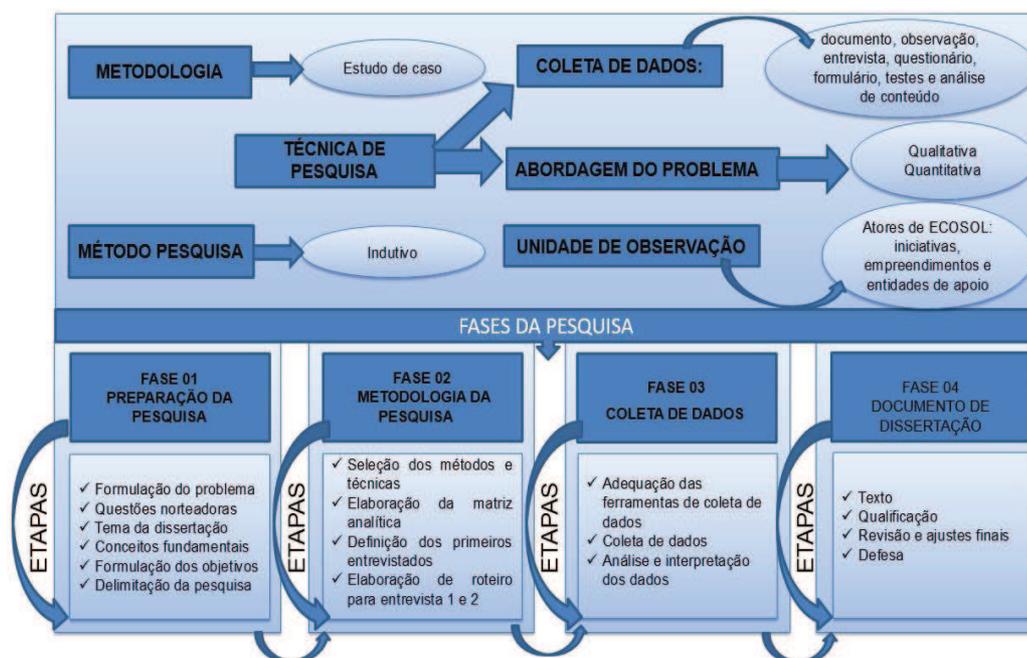
O registro fotográfico foi demasiadamente pequeno, foram registradas apenas algumas imagens quando essas eram autorizadas pelos atores no local da entrevista, apenas para fazer parte da documentação digital, não se tem a intenção de analisar essas imagens.

Durante a entrevista, fazia parte do roteiro a pergunta se o ator teria outra iniciativa para indicar, no caso positivo, este informava os dados como nome, telefone e endereço, e na maioria dos casos, era solicitado que este ator entrasse em contato com sua indicação, para agendar a entrevista, facilitando assim o contato.

No início de cada entrevista era apresentado aos atores o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual compunha a informação de que estava sendo convidado a participar desta pesquisa, com dados sobre o título do trabalho, objetivos e informações sobre o orientador e orientação. No final de cada entrevista era solicitado aos entrevistados que assinassem o Termo de Consentimento, além de autorizações de imagem, voz e vídeo.

A figura 5 sintetiza a metodologia da pesquisa.

Figura 5 – Síntese da metodologia da pesquisa



Fonte: a autora, 2016.

A partir da metodologia de pesquisa, são apresentados no quadro 6 abaixo todos os atores que fizeram parte da presente pesquisa. Ressalta-se que informações pessoais dos entrevistados serão mantidos em sigilo.

Quadro 6 – Mapeamento das iniciativas sociopolítica e socioprodutiva de economia solidária identificadas no Cabula e entorno

ARRANJO	ATORES
SOCIOPOLÍTICO - SOCIOPRODUTIVO	Secretaria de Emprego Trabalho e Renda – SETRE
	Superintendência de Economia Solidária – CESOL
	Centro de Economia Solidária – CESOL de Sussuarana
	Prefeitura Bairro – Cabula/Tancredo Neves
	Universidade do Estado da Bahia – UNEB
	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNEB
	CULTARTE
	Cooperativa de Múltiplas Fontes – COOFE
	Espalhafatos Cooperativa Baiana de Comunicação
	Domingo Alternativo
	Cozinha Comunitária Tempero de Mãe
	Centro de Pastoral Afro Pe. Heitor Frisotti – CENPAH
	Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini – CEDHU
	Centro Afro Promoção, Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin – <i>Motumbá – Motumbaxé</i> – CAPDEVER
	Sarau da Onça
	Grupo Ágape
	Associação de Moradores – Amazonas de Baixo
	Terreiro de Candomblé – <i>Ilé Asé Ominijá</i>
	Criando com as Mãos
	Grupo Cultural Fazendo com as Mãos
Belladecor – Artes em flores	
Bete Alimentos	
Amor Divino Lanches	

Fonte: a autora, 2015.

O quadro acima ilustra o mapeamento dos atores institucionais e socioprodutivos de economia solidária identificados e confirmados durante a pesquisa de campo.

A análise dos dados parte do conceito de arranjo institucional ou sociopolítico e socioprodutivo, interligados com princípios da economia solidária e das ideias da ecossocioeconomia. Assim, surge uma metodologia interorganizacional composta por uma rede de esforços sociopolítica e socioprodutiva de ação participativa e associativa a qual valoriza o conhecimento tradicional comunitário (ALVES; LENZ; HENRIQUEZ, 2012).

Neste trabalho serão tratados de arranjos em especial socioprodutivo, privilegiando grupos organizados ou quase organizados articulados chamados de iniciativas ou empreendimentos compartilhados, que se sobressaem utilizando outra economia com base na economia solidária e na ecossocioeconomia, presenteando a lógica comunitária. Tal arranjo pode ser considerado como uma estratégia que fomenta as comunidades tradicionais a protagonizar seus modos de vida próprios, o

que a torna como uma alternativa a sociedade de consumo menos hegemônica (SAMPAIO et. al., 2006, p. 1).

Na figura 6, é apresentado a matriz que sintetiza o arranjo institucional e socioprodutivo.

Figura 6 – Matriz de arranjo institucional ou socioprodutivo.

E H n o c r a i d z e o a n m t e a n l t o	Encadeamento Vertical		
	Local	12.1 Fornecedores de insumos/provedores de informação	
	12.3 Organizações de apoio	Projeto Demonstrativo	12.4 Organizações terceirizadas
	Estadual	12.2 Distribuidores/consumidores dos produtos/informações	Nacional/Inter

Fonte: adaptado de Sampaio, 2010.

A matriz de arranjo institucional e socioprodutivo sintetizam e esquematizam toda a rede institucional e cadeia produtiva envolvida com a iniciativa. No Encadeamento Vertical, em destaque pela cor amarela, deve ser identificado o local, sendo composto pelo município e bairro ou outra informação que considere pertinente. Nos campos estadual e nacional/internacional informar o estado e a nacionalidade. (Ainda neste encadeamento identificar nos tópicos: 12.1 Fornecedores de insumos se houver relação produtiva e provedores de informação, quando tiver relações políticas; 12.2 Distribuidores e consumidores dos produtos, quando há relação produtiva e de informações quando tiver relação política).

Já no encadeamento horizontal são identificados os seguintes pontos: no tópico 12.3 as organizações de apoio, sendo iniciativa, empresa, empreendimento ou outros, sendo essas as instituições que influenciam, a exemplos do Estado e organizações do terceiro setor; tópico 12.4 está relacionado às terceirizações que ocorrem no foco central do arranjo (empresas). De posse dessas informações é possível esquematizar o arranjo em torno do projeto, conforme apresentado a matriz na figura 6, como uma estratégia para agregar valor aos pequenos empreendimentos, cujas chances de se manter na economia atual são reduzidas.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa deste trabalho a partir dos objetivos específicos.

6.1 MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS SOCIOPRODUTIVAS E SOCIOPOLÍTICAS RELACIONADAS À ECOSOL DESENVOLVIDA NO CABULA E ENTORNO

A partir de pesquisas preliminares realizadas por vários instrumentos, a exemplo da internet e pela rede de contato local, o ponto de partida do mapeamento e entrevista com atores das organizações do Cabula e entorno foram com a Secretaria de Emprego Trabalho Renda e Esporte (SETRE), Superintendência de Economia Solidária (SESOL), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da BAHIA (ITCP-UNEB) do Cabula e o Centro Público de Economia Solidária (CESOL) de Sussuarana. A partir do contato com essas organizações foram identificadas outras iniciativas de ECOSOL.

6.1.1 SECRETARIA DE EMPREGO TRABALHO RENDA E ESPORTE (SETRE)

A SETRE é coordenada pelo Governo do Estado da Bahia. Localizada no Centro Administrativo da Bahia (CAB), inaugurado em 1973, no bairro de Sussuarana, município de Salvador no Estado da Bahia. O CAB de uso predominantemente institucional, onde se localiza a maior parte das secretarias e órgãos de Governo do Estado da Bahia, como a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça. O CAB foi inaugurado em 1973, em uma área cuja maioria das terras era propriedade particular. Segundo Ivan Barbosa, engenheiro civil, coordenador de fiscalização e supervisor geral das obras de edificação do CAB, a implantação do Centro Administrativo na Avenida Luiz Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela justificou-se na década de 70, porque o Centro da Cidade dava sinais de fadiga.

Segundo a prefeitura de Salvador, o bairro de Sussuarana é desmembrado em nova e velha (Sussuarana velha e Sussuarana nova). De acordo com dados do Censo (2010) Sussuarana velha possui uma população de 23.423 habitantes, o que corresponde a 0,96% da população de Salvador, concentra 0,92% dos domicílios da cidade, estando 25,03% dos chefes de família situados na faixa de renda mensal de

1 a 2 salários mínimos. No que se refere à escolaridade, constata-se que 33,02% dos chefes de família têm de 4 a 7 anos de estudos.

Nova Sussuarana possui uma população de 11.015 habitantes, o que corresponde a 0,45% da população de Salvador, concentra 0,39% dos domicílios da cidade, estando 31,07% dos chefes de família sem rendimentos. No que se refere à escolaridade, constata-se que 36,48% dos chefes de família têm de 4 a 7 anos de estudos.

A SETRE emerge mediante a Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966, a partir daí várias alterações ocorreram entre elas, nas leis 7.435, de 30 de dezembro de 1998, 9.424, de 27 de janeiro de 2005, sua última modificação em termos de nomenclatura e estrutura organizacional ocorreu perante a Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006.

Tem por finalidade:

[...] planejar e executar as políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de economia solidária e de fomento ao esporte. A sua missão é promover o trabalho decente, o emprego, a renda, o artesanato e o esporte, por meio de políticas públicas, dentro de uma perspectiva emancipatória, visando o desenvolvimento humano. Seus principais objetivos são: fortalecer os mecanismos de participação e controle social; desenvolver a Agenda Estadual do Trabalho Decente; fortalecer o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda; desenvolver e Fortalecer o Sistema Público Estadual da Economia Solidária do microcrédito e do artesanato; desenvolver e Fortalecer o Sistema Público Estadual do Esporte e Lazer. A Setre aderiu a convocação da Organização Internacional do Trabalho – OIT e desenvolve as suas ações tendo como referência a Agenda do Trabalho Decente que reconhece o trabalho como cerne do desenvolvimento e de inclusão social. Dessa forma a Setre, se propõe não só criar de meios para geração de ocupação e renda, mas também, estimular que as ocupações desenvolvam-se em condições tais que representem meios efetivos de alcance de condições dignas de vida. Isso é trabalho decente. (ESTADO DA BAHIA, 2016, s/n).

De acordo com os entrevistados na atual vigência, os integrantes da SETRE, não medem esforços para avançar na proposta da secretaria, cuja finalidade é de planejar e executar as políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de economia solidária e de fomento ao esporte. A sua missão é promover o trabalho decente, o emprego, a renda, o artesanato e o esporte, por meio de políticas públicas, dentro de uma perspectiva emancipatória, visando o desenvolvimento das pessoas.

Para corroborar com o seu propósito esta conta com o vínculo entre tantos da Superintendência de Economia Solidária, conforme contextualizada abaixo.

6.1.2 SUPERINTENDÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SESOL)

A partir da aproximação com atores da SETRE foi identificado que a mesma se relaciona com a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), que surge em 2007, sendo resultado de movimentos sociais, por meio em especial de uma manifestação encaminhada por intermédio de carta do Fórum Baiano de Economia Solidária ao recém-eleito governador, Jaques Wagner, solicitando a institucionalização de um órgão no estado a fim de complementar política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia (SETRE/SESOL, 2007).

A carta em questão foi pronunciada na Assembleia Legislativa do Estado, na abertura da 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 2007: “Em consonância com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) do Governo Lula e, seguindo exemplo de outros estados da Federação, o Governo da Bahia buscará nos próximos anos, realizar sua Política Pública” de ECOSOL, consolidando um marco legal para atender a milhares de iniciativas espalhadas pelos seus territórios. A ECOSOL, que vem se constituindo em uma alternativa estratégica de desenvolvimento sustentável, está fortemente presente no estado.

Dessa forma a SESOL teve sua criação mediante a Lei. 10.549/2006, tendo como princípios a construção democrática das suas ações estratégicas. Mediante as políticas de geração de renda para a inclusão dos menos privilegiados da sociedade, para que esses possam exercer seus direitos de cidadão com dignidade (ESTADO DA BAHIA, 2016).

Vinculado a SESOL está a Coordenação e Fomento à Economia Solidária (COFES), Coordenação de Formação e Divulgação (COFD) e a Coordenação de Micro finanças (COMFIS), Centro Público de Economia Solidária (CESOL); Secretaria de ciência Tecnologia e Inovação (SECTI); Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJCDH); além dos programas CREDISOL (financiamentos, investimentos e empréstimos); CREDIBAHIA (microcréditos); Vida Melhor e Bahia Solidária.

6.1.3 Centro Público de Economia Solidária – CESOL de Sussuarana

O Centro Público de Economia Solidária (CESOL) é uma das ações desenvolvidas pela SETRE-SESOL. A Bahia conta com várias unidades de CESOL's, uma delas com

abrangência estadual, em Salvador, localizado no Comércio e oito com abrangência regional/territorial, sendo elas: na Região Metropolitana de Salvador nos bairros Mares, Barra e Sussuarana; no Sertão Produtivo-Guanambi; Litoral Sul-Itabuna; Bacia do Jacuípe-Pintadas; Sertão do São Francisco-Juazeiro e Recôncavo-Cruz das Almas; Chapada-Seabra; Irecê; Itaparica-Paulo Afonso; Litoral Norte-Mata de São João; Médio Rio de Contas-Gandu; Piemonte Norte de Itapicuru-Monte Santo; Portal do Sertão-Serrinha.

As unidades são estruturas que desenvolvem diversas atividades com foco a fomentar a economia solidária e o comércio justo através do atendimento a empreendimentos de economia solidária da Bahia, sendo esses na forma de grupos produtivos organizados no formato de cooperativas, associações ou grupos em processo de formação.

O CESOL é uma organização governamental, que surge por meio e para atender demandas do Fórum Baiano de Economia Solidária, com base nas diretrizes da SENAES e da Rede Brasileira de Gestores Públicos da Economia Solidaria e mantidas por meio de parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada.

A unidade de interesse deste trabalho foi localizada no bairro de Sussuarana. Acompanha iniciativas do Cabula e entorno, com a intenção de propiciar que por meio dos princípios da ES, a exemplo da autogestão, cooperação e comércio justo, os atores locais desenvolvam ações estratégicas para a resolução dos problemas na produção e comercialização, desenvolvendo assim a ECOSOL.

São várias as atividades desenvolvidas pelas unidades com as iniciativas por eles acompanhadas, entre elas é possível citar: consultoria organizacional; difusão de tecnologia e incubação; microcrédito e finanças solidárias; cursos de qualificação; espaço de ensino-aprendizagem de comércio justo e solidário; orientações para comercialização e divulgação dos produtos dos empreendimentos; atividades culturais e de fortalecimento da identidade; formação tecnológica.

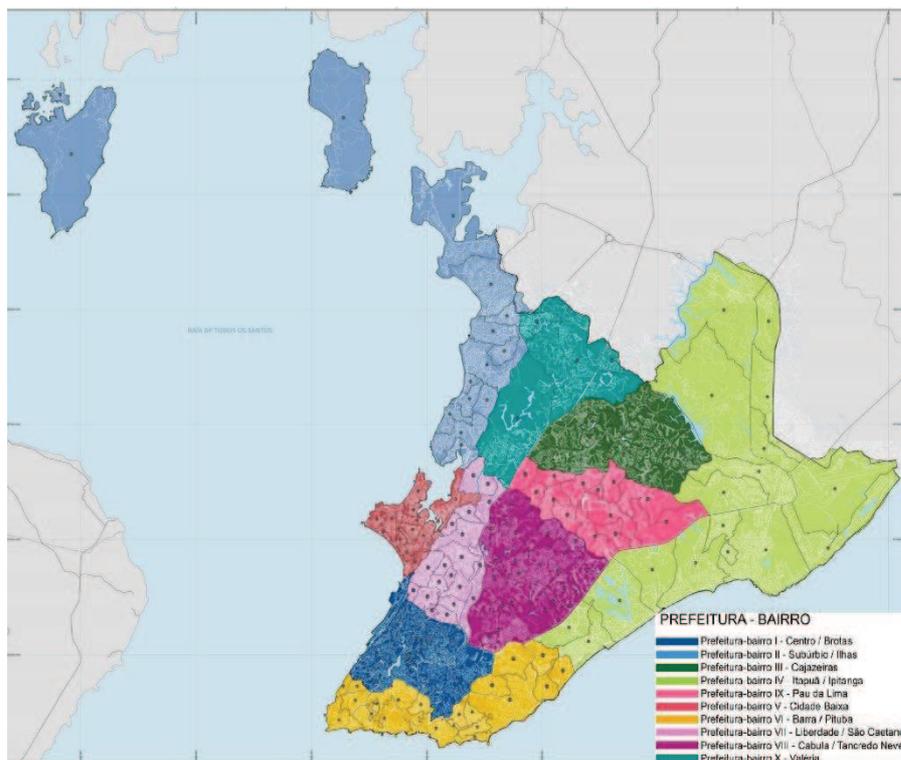
Cada unidade da CESOL é operada por uma organização social contratada pela SETRE-SESOL. O CESOL de Sussuarana e outras duas unidades eram operados pelo Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA), sendo este uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (OSCIP), de utilidade pública estadual e municipal. A instituição executa projetos com cooperação internacional desenvolvendo programas socioambientais em áreas urbanas e rurais do Brasil. Possuem também convênios de cooperação técnica com importantes entidades de

organizações não governamentais italianas nas áreas de desenvolvimento sustentável, reciclagem de resíduos, educação ambiental, gestão de recursos hídricos, realizando ainda, estágios de formação técnicos de instituições estrangeiras interessadas na problemática socioambiental. Existe convênio com o Governo Federal para desenvolver programas de conservação e manejo sustentável do meio ambiente, apoio a redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, programa de educação ambiental e sanitária, participação comunitária (PANGEA, 2015).

6.1.4 Prefeitura Bairro – Cabula/Tancredo Neves

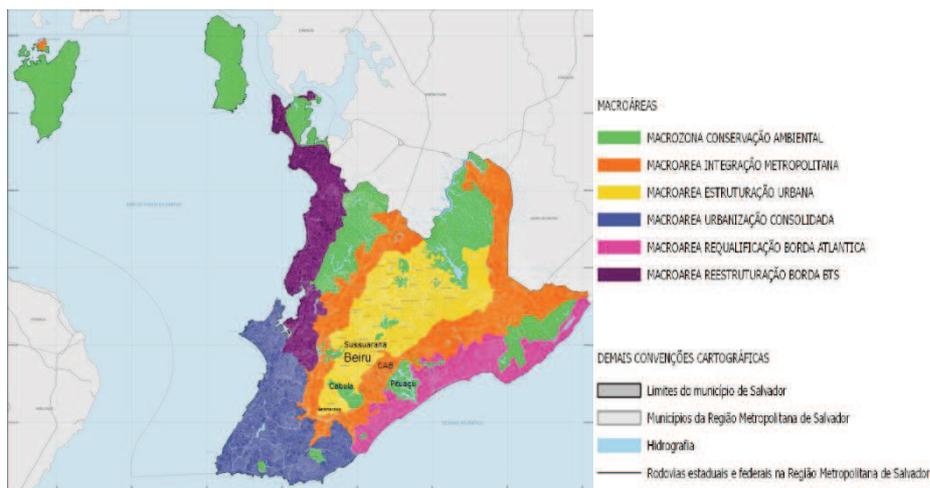
O município de Salvador conta com a institucionalização de 10 Prefeituras Bairro, a partir da Lei nº 8.376 do Art. 13 datada de 21 de dezembro de 2012, distribuídas no território municipal com as seguintes especificidades: Prefeitura Bairro I – Centro/ Brotas; Prefeitura Bairro II – Subúrbio/ Ilhas; Prefeitura Bairro III – Cajazeiras; Prefeitura Bairro IV – Itapuã/ Ipitanga; Prefeitura Bairro V – Cidade Baixa/ Lobato; Prefeitura Bairro VI – Barra/ Pituba; Prefeitura Bairro VII – Liberdade/ São Caetano; Prefeitura Bairro VIII – Cabula/ Tancredo Neves; Prefeitura Bairro IX – Pau da Lima; Prefeitura Bairro X – Valéria (PDDU, 2015). A delimitação das prefeituras-bairro são apresentadas na figura abaixo.

Figura 7 – Delimitação Prefeitura bairro do município de Salvador



Fonte: adaptado PDDU, 2015.

Figura 8 - Macroáreas



Fonte: adaptado PDDU, 2015.

A área de interesse dessa pesquisa é administrada pela prefeitura bairro Cabula/Tancredo Neves. Tancredo Neves é outra denominação dado pela prefeitura de Salvador para o bairro Beiru.

A prefeitura Bairro tem o objetivo de articulação entre as secretarias e entidade da administração municipal a execução dos serviços públicos, fiscalização, manutenção urbana, atendimento ao cidadão, e deve assegurar a participação da comunidade na gestão pública, contando com sistema interligado de informações de serviços prestados pelos diferentes órgãos municipais, o que facilita o atendimento e o acesso regionalizado dos serviços municipais prestados à população (PDDU, 2015).

Serviços prestados pela Prefeitura Bairro: marcação de consultas e exames; emissão de cartão SUS; Distribuição de medicamentos; pesquisa de vaga de emprego. INSS; Minha Casa, Minha Vida; balcão de justiça; SEFAZ; SUCOM; SEMOP e agendamento do passe do idoso.

Os provedores de informação da relação política podem ser considerados a prefeitura de Salvador, as diversas secretarias e Ministério do Estado da Bahia. As informações de relação política são disseminadas por meio das atividades desenvolvidas pelos atores das secretarias que prestam serviços a comunidade.

Relaciona-se com diversos órgãos e secretarias: A Comissão de Defesa Civil do Salvador (CODESAL), Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil (SINDEC) a qual possui seu quadro funcional composto por equipe multidisciplinar. Cujos serviços são: vistorias para identificação de situações que envolvem riscos a população; fiscalização de imóveis em situações de risco; orientação técnica à população nas questões relativas a defesa civil; liberação e colocação de lona em

encostas com risco de deslizamento de terra; atendimento às famílias desabrigadas; monitoramento do tempo para a emissão de boletins de alerta e alarme; capacitação de lideranças comunitárias e moradores de áreas de risco para ações de defesa civil; formação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC). Igualmente se relaciona com o Diário oficial do Município; Conselho Municipal de Tributos (CMT); Controladoria Geral do Município (CGM); Limpeza urbana de Salvador (LIMPURB). Programas do governo como Minha Casa, Minha Vida.

Sua relação abrange também a Superintendência de Conservação e Obras Públicas do Salvador (SUCOP), a qual realiza serviços de manutenção e ampliação do sistema de micro e macrodrenagem. Unidades de pronto atendimento (UPA); Hospitais (Hospital geral Roberto Santos); Delegacia de polícia. Conselho municipal de saúde CMS e Secretaria de Urbanismo (SUCOM).

6.1.5 Universidade do Estado da Bahia – UNEB

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi fundada no ano de 1983. Localizada no bairro do Cabula, trata-se de uma instituição pública, gratuita, mantida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Educação.

A missão da instituição é a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber, com o objetivo de formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, a luz dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social, pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público.

A partir de uma estrutura multicampi, relacionado não apenas com maior número de campi, mas em complexidade, estrutura, gestão, administração acadêmica e metodologia pedagógica. A universidade multicampi atua gerando maior produtividade, satisfação, reconhecimento e qualidade de vida, já que atua em diversas regiões de um Estado e como instituição de educação superior, é impulsionada a partir do tripé de ensino, pesquisa e extensão no seu arrojo de universidade, indo muito além desses âmbitos porque impulsiona uma transformação regional.

A UNEB conta com 29 departamentos distribuídos em 24 campi, sendo que um na capital do estado, onde se localiza a administração central da instituição, e os demais distribuídos em 23 importantes municípios baianos de porte médio e grande.

Oferece mais de 150 cursos em nível de graduação e pós-graduação presencial e de educação a distância (EaD), nos níveis de graduação e pós-graduação, oferecidos nos 29 Departamentos (UNEB, 2015, s/n):

Além dos Campi, a UNEB está presente na quase totalidade dos 417 municípios do estado, por intermédio de programas e ações extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas, que beneficiam milhões de cidadãos baianos, a maioria pertencente a segmentos social e economicamente desfavorecidos e excluídos. Alfabetização e capacitação de jovens e adultos em situação de risco social; educação em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas; projetos de inclusão e valorização voltados para pessoas deficientes, da terceira idade, GLBT, entre outros, são algumas das iniciativas que aproximam a universidade da sociedade.

Ainda de acordo com informações da fonte acima, a universidade atua com pesquisas em todas as regiões, por meio de programas de iniciação científica e de concessão de bolsas de monitoria. Alguns desses trabalhos foram premiados e obtiveram reconhecimento nacional e internacional a exemplo das pesquisas nas áreas de robótica e de jogos eletrônicos pedagógicos. O corpo discente da instituição é estimulado a participar das pesquisas por meio de programas de iniciação científica e de concessão de bolsas de monitoria. Para a UNEB continuar assumindo seu compromisso de trilhar o caminho que alia a excelência acadêmica à sua missão social, contribuindo, assim, para o desenvolvimento socioeducacional e econômico da Bahia e do país, ela conta com o apoio de sua comunidade acadêmica, dos muitos parceiros e da sociedade.

A UNEB tem várias organizações de apoio a exemplo do Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Educação, ITCP-UNEB, além dos órgãos administrativos da UNEB: Órgãos de Administração Superior: a) Órgãos Superiores Deliberativos; e, b) Órgão Superior Executivo. Órgãos de Administração Setorial: a) Órgãos Deliberativos; e, b) Órgãos Executivos. III - Órgãos Suplementares; Órgãos de Apoio Acadêmico-Administrativo; bem como seus órgãos deliberativos da Administração Superior: Conselho Universitário (CONSU); Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); e, Conselho de Administração (CONSAD).

A de interesse deste trabalho é a ITCP/UNEB, que será abordada na sequência.

6.1.6 INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULAR - ITCP – UNEB

A incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP) da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), conhecida pela sigla ITCP/UNEB, iniciou suas atividades no segundo semestre do ano de 1998. Com objetivo de assessorar a formação e estruturação de cooperativas populares para a promoção de trabalho na Região Metropolitana de Salvador e em outros municípios do Estado, contribuindo para o fortalecimento das populações socialmente excluídas com a oportunidade de acesso à renda e a organização em formas solidárias de produção. Inicialmente era um programa de pesquisa e extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão dessa Universidade. No mesmo ano foi montada a infraestrutura básica da ITCP já com recursos da FBB, para os equipamentos e mobiliário, e da UNEB, com a disponibilização da equipe inicial e do espaço físico.

Iniciou suas atividades com a tentativa de mobilização e formação de uma equipe composta por técnicos do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED) participantes do Programa de Tecnologia da Habitação (THABA), para a concepção e estruturação do projeto. O THABA:

[...] caracterizava-se pelo desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, priorizando a utilização de insumos locais, de materiais renováveis, de resíduos agroindustriais buscando novos usos para os materiais endógenos na identificação de alternativas apropriadas para a habitação popular. A transferência desse programa para a UNEB, em setembro de 1993, possibilitou a sua atuação em projetos de extensão, ainda na área de habitação, voltados para as comunidades de baixos recursos (MATTOS, 2012, p. 15).

Este trabalho de extensão teve continuidade em 1999, a partir do apoio do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC)¹⁶, por meio de incubação de cooperativas populares. Em junho do mesmo ano as ações do projeto foram efetivamente implementadas a partir do repasse dos recursos da FINEP.

Contudo, apenas em julho de 2000 ocorreu o lançamento da ITCP/UNEB com a realização de um seminário que abriu espaço para o debate sobre Extensão

¹⁶ O PRONINC resultou de uma articulação do Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida/COEP envolvendo a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro/COPPE-UFRJ, a Financiadora de Estudos e Projetos/FINEP, a Fundação Banco do Brasil/FBB, o Banco do Brasil, o Programa Universidade Solidária e o Ministério da Agricultura tendo, como instituições de fomento, a FINEP e a FBB.

Universitária e sobre as perspectivas e limites dos projetos de geração de trabalho e renda.

A ITCP da UNEB tem seu quadro funcional com considerável rotatividade. No período da entrevista o quadro estava em 20 colaboradores, composto por técnicos, professores da Universidade, bolsistas, alunos e voluntários que dão conta das atividades propostas pela incubadora.

A incubadora se organiza de maneira autogestionária, sendo a gestão coletiva uma de suas características. Pois se trata de uma prática metodológica a qual o projeto está inserido, onde todas as atividades e estratégias da ITCP são discutidas e elaboradas coletivamente, desde a mais simples até a mais complexa.

Os avanços da incubadora em termos de gestão coletiva:

[...] têm se verificado na mesma medida em que se desenvolve, nos grupos, o aprendizado da autogestão. O processo de incubação, dialético, tem fornecido à equipe elementos para reflexões constantes e aprimoramento da própria prática de autogestão da ITCP. Os princípios de participação e de decisão coletiva, que fundamentam o cooperativismo popular, norteiam a gestão da própria incubadora que, através da atuação multi e interdisciplinar da equipe junto aos grupos incubados, busca atender às demandas apresentadas (ITCP/UNEB, 2005, p. 5).

Existe um diálogo com a Fundação Gregório de Mattos; ITCP/UNEB. Pretende-se estabelecer parceria de negócio com as organizações não governamental (ONG).

6.1.7 CULTARTE

O Coletivo Arte e Cultura do Cabula (CULTARTE) é formado por um conjunto de artistas locais dos bairros do Cabula e entorno, formado por artesões, poetas, cantores, pintores, escultores, culinárias, entre outras.

Surge em 2011 como resultado da atuação do Projeto TBC, Cabula e entorno, por meio dos eventos que acontecem todos os anos desde 2011 na comunidade. Nessas ocasiões ocorrem oficinas articuladas pelo próprio TBC nos bairros, onde houve a percepção de diversos seguimentos de artistas e artesãos. Nesses eventos também ocorrem feiras, palestras e apresentação dos produtos que os artesãos (moradores da região) confeccionam, também são apresentados números artísticos como cantores, ternos de reis, poetas e poetisas. Dessa forma que os integrantes do Projeto TBC, Cabula e entorno perceberam que a partir da junção de diversos artistas poderia nascer um grupo, esse grupo ganhou o nome de CULTARTE.

Desde então o grupo vem sendo incubado pela Incubadora ITCP/UNEB, no intuito geração de renda, por meio da produção coletiva e comercialização dos produtos, seguindo os princípios a economia solidária, a saber: cooperação, autogestão, comércio justo, preço justo, assim por diante.

O grupo possui ações articuladas com a Assessoria Especial de Cultura e Artes (ASCULT), e com os cursos de Desenho Industrial/Design, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET), e Turismo e Hotelaria, do Departamento de Ciências Humanas (DCH), ambos do Campus I, em Salvador.

O coletivo se reúne quinzenalmente na sede da UNEB para partilhar conhecimento, apresentar os produtos que confeccionaram nestes dias e programar que feiras irão participar para comercializar, quais produtos irão expor, o que precisa ser produzido entre outros. Normalmente o coletivo expõe em feiras no espaço da UNEB, Cabula, no CAB E Sussuarana e em eventos na região.

6.1.8 Cooperativa Múltiplas Fontes – COOFE

A partir de ações estabelecidas pela ITCP/UNEB, que em 1999 realizou uma oficina de cooperativismo envolvendo a comunidade do bairro da Engomadeira, surgiu a Cooperativa Múltiplas Fontes – COOFE, que foi fundada em assembleia em fevereiro do ano de 2000. Após a sua fundação os cooperados se reuniram para discutir o ramo de atuação da cooperativa, entre as alternativas apontadas estavam na área de costura, serviço de limpeza e produção de alimentos.

Os integrantes da cooperativa em conjunto com os integrantes da ITCP, definiram que a COOFE iria trabalhar com produtos voltados a panificação.

No início de suas atividades a cooperativa teve dificuldades com relação à inadequação de espaço de produção e comercialização, bem como com equipamentos. Os equipamentos básicos, para a produção dos produtos comercializados pela cooperativa foram disponibilizados por meio de um contrato de comodato pela UNEB.

A situação veio a melhorar apenas depois do lançamento e aprovação de um projeto no edital do Programa Petrobras Fome Zero, em outubro de 2004. Com a aquisição de equipamentos e mudança de endereço, o coletivo pode ampliar sua área de produção e venda, para o bairro Engomadeira, Salvador, BA.

A COOFE atualmente não é mais incubada pela ITCP/UNEB, este processo ocorreu no ano de 2013, sendo considerado um projeto pioneiro de longa duração

com resultados relevantes. Desde então a cooperativa tem desenvolvido suas atividades sem a formalidade da incubação. Contudo, mantém a parceria com a ITCP/UNEB bem como com o projeto TBC, Cabula e entorno.

A cooperativa atua também nas atividades do movimento da economia solidária, sendo integrante do Conselho de Economia Solidária da Bahia, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (CONSEA), a Rede de Alimentação de Economia Solidária da Bahia e a coordenação do Fórum Baiano de Economia Solidária.

Participa também de eventos para o fortalecimento das cooperativas. O exemplo da audiência pública iniciando com a palestra Marco Legal das cooperativas da economia solidária, comandada pelo professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR), José Antônio Gediel. Sobre o tema: incidência de tributação nas cooperativas populares e demais empreendimentos econômicos solidários.

6.1.9 Espalhafatos Cooperativa Baiana de Comunicação

O Espalhafatos Cooperativa Baiana de Comunicação é do seguimento de comunicação. A cooperativa surge em 2013 a partir de um projeto chamado Moinho Solidário. O Moinho Solidário foi um projeto da Associação de Desenvolvimento Sócio Educativo e Cultural da Bahia (ADESC), de institucionalização da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O objetivo do projeto foi de promover o desenvolvimento econômico, social e comunitário das localidades, por meio da economia solidária, em um processo de autogestão.

Com a ajuda do Moinho, o coletivo conseguiu equipamentos de trabalho, como câmera filmadora, ilha de edição, gravador, e assim surge o grupo, com maiores oportunidades efetivas de trabalho concreto.

A sede do grupo foi cedida temporariamente, pela mãe de um dos integrantes. Atualmente composto por catorze integrantes, de diversas áreas e desempenhando diversas funções: profissionais de filmagem, som, áudio, fotografia, designer, publicitário, comunicação social, relações públicas, ator de teatro, projeto social, cultural e redes sociais. As reuniões do grupo são ocasionalmente agendadas de acordo com as demandas e trabalhos da cooperativa.

A área de atuação é em eventos diversos como, casamentos, formatura, debutante, aniversários. Porém, todas as atividades foram desenvolvidas em parceria, sem fins lucrativos.

Alguns integrantes do grupo já tinham contato com a economia solidária, por meio de disciplinas na UNEB. Mas optaram por se aproximarem da CESOL, e participar de oficinas e palestras de finanças solidárias, economia solidária e outras.

Ainda na informalidade, a iniciativa tem por intenção futura de iniciar uma *web* rádio e as produções de eventos. A *web* rádio é uma nova tecnologia no mercado de comunicação digital, ao qual realiza suas transmissões de áudio e som via internet, podendo ser programa gravado ou em tempo real.

Essa tecnologia já vem sendo utilizada fora do Brasil até mesmo pelas estações de rádio tradicional AM e FM, que possui alcance e sinal limitado, cuja transmissão é analógica por ondas de rádio, com o auxílio da *web* rádio conseguem expandir o seu alcance. O que parece ser uma boa proposta considerando que se vive na era digital.

A proposta será voltada ao entretenimento: música, humor, informação *web*/jornalismo e redes sociais. Com a transmissão de rádio e outras mídias de apoio, a exemplo do *Facebook*, *Twitter* e outras redes sociais para a produção e transmissão dos conteúdos.

Para a concretização desta proposta, a *web* rádio conta com a parceria de um rádio de autofalantes em Santo Inácio, que possui uma estrutura completa com o estúdio. Por meio de reuniões vai se definindo os acordos da parceria, com relação a programação, se será em conjunto ou cada um terá uma programação.

Os parceiros da cooperativa são: Projeto TBC, Cabula e entorno; cozinha comunitária; Domingo Alternativo; Parceria com uma rádio em Santo Inácio; CESOL; existe um diálogo com a Fundação Gregório de Mattos; ITCP/UNEB. Pretende-se estabelecer parceria de negócio com as organizações não governamental (ONG).

6.1.10 Domingo Alternativo

O Domingo Alternativo é um movimento pensado por moradores da comunidade do Beiru durante muito tempo, mas só veio a se concretizar em fevereiro do ano de 2014. Trata-se de um grupo que em fase de formação constante. Na ocasião da entrevista o coletivo era formado por quinze integrantes de diferentes

áreas de atuação em sua grande maioria por artistas culturais: administradores, comunicadores, dançarinos, bailarinos, atores, poetas, grafiteiros, músicos, técnicos de som, áudio, filmagem.

O objetivo é fazer com que a própria comunidade conheça e acolha seus filhos e filhas artistas e que esses possam se sentir acolhido fazendo com que eles se unam em prol de fortalecer a comunidade.

Por se tratar de um grupo sem fins lucrativos, estão tentando se organizar para formalizar o grupo, e tentar participar de editais, e conseguir firmar parcerias. Como não possuem espaço próprio para reuniões, essa acontece em lugares diversos, mas a maioria das reuniões é sediada pelo Colégio Estadual Edivaldo Fernandes. Nas reuniões fazem um planejamento: o que irão fazer, o que conseguiram de avanços desde o último encontro, o que cada um vai se responsabilizar e fazem um cronograma de atividades a serem executadas até determinado período.

Como no período das entrevistas estavam em momento de organização do grupo e também contribuindo para com a organização de um grande evento ETBC, Cabula e entorno que foram sediadas pela comunidade do Beiru, as reuniões estavam sendo semanais, na UNEB, Escola Zumbi dos Palmares e Escola Edivaldo Fernandes.

Nesta comunidade carente não existem espaços de lazer, anfiteatro, centro cultural onde as crianças, adolescentes, jovens e adultos possam mostrar o seu talento, possam se distrair, entre outras atividades. Assim, o Domingo Alternativo na tentativa de trazer algum diferencial para a comunidade acontece. O coletivo não possui equipamento próprio para a execução do evento. Este ocorre mediante a sensibilização de seus membros e cada integrante contribui levando o equipamento que possui, assim como, a força de vontade, compromisso, garra e trabalho. Também não possui espaço para o desenvolvimento de suas atividades, este acontece no meio da rua em um local denominado pela comunidade de fim de linha, pois é o fim do percurso do transporte coletivo. Neste local acontecem as seguintes atividades: música, grafite com pintura de telas na hora e exposição da mesma, apresentação de *break*-dança de rua, capoeira, poesia, exposição de fotografia, teatro, dança, discotecard, acrobacia, *sleck line*, e existe a ideia de trazer outras atrações. Mas o espaço ainda está limitado.

Como a comunidade é carente entre tantos de atividades culturais no bairro, quando acontece o evento organizado pelo Domingo Alternativo é um sucesso. Quem tem algo a mostrar quer participar expondo e os demais querem participar prestigiando os artistas. O evento é bom inclusive para as crianças que se identificam com as atrações e podem a partir de então surgir novos talentos.

Contudo, eles não possuem autorização para exercer essas atividades neste local, correndo o risco de perderem todos os equipamentos causando danos para muitas pessoas. Assim, os integrantes do grupo estão na busca de autorização da SUCON e da PREFEITURA, para a utilização do espaço público, onde acontece o evento. Esse impasse tem dificultado o desenvolvimento e continuidade deste trabalho.

Além da tentativa de articulação com a SUCON e a Prefeitura, outras tentativas de apoio também foram realizadas com algumas secretarias da prefeitura, até o momento sem resultados positivos.

Enviaram também uma proposta solicitando auxílio da Fundação Gregório de Matos vinculada à prefeitura, na tentativa de captar recursos e apoio para dar continuidade nas atividades inclusive agregar uma nova ideia que é informativa, trazer uma faixa cultural, uma agenda cultural para a comunidade. Mas até o momento, só tem conseguindo apoio de alguns comerciantes locais.

6.1.11 Cozinha comunitária Tempero de Mãe

A iniciativa Cozinha comunitária denominada no projeto de *Africa's Bahia*, de seguimento alimentício atua na área de restaurante. Fundada em outubro de 2014, como cozinha comunitária Tempero, localizada na Mata Escura.

A ideia surgiu a partir da união dos produtores em parceria com o *projeto Wá Jeun Imó ki Nibó* – que significa venha comer cultura que alimenta - financiado pela secretaria de cultura no edital de economia criativa, com objetivo de realizar oficinas nas áreas de estética negra, amarrações e turbantes, receptivos afros e culinárias afro baianos e africanos. Como parte da avaliação para certificação dos cursistas eles teriam que realizar coletivamente um evento, foram formados três grupos com participantes de todas as oficinas e foram realizados três eventos: *Bahia som e sabor*, *Awojó das yabas*, *Ajeun dos Ibejis*.

Contaram com público que superou todas as expectativas dos organizadores, tendo até superlotação. Em um deles a coordenadora do Moinho Solidário, outro projeto que estava em andamento financiado pelo edital do Ministério do Trabalho, participou e se encantou com a proposta e convidou uma das integrantes para transformar a ideia do projeto em um empreendimento de economia solidária, como já havíamos conversado durante a formação sobre a possibilidade de constituirmos ao término do projeto uma associação de empreendedores culturais, a fim de promover a cultura africana na Bahia a partir da produção de projetos autorais, oferecendo serviços nesta área.

O desafio foi aceito, apesar de haver coisas diferentes, a proposta dialogava perfeitamente com as ideias iniciais. Então eles cederam equipamentos de uma cozinha industrial para o início do *Buffet Afro*. Porém, dentro da proposta do Moinho, o projeto deveria ser desenvolvido na região do cabula, por isso a sede ficou na Mata Escura, em um espaço locado. Contudo faltou planejamento e recurso para giro de caixa, aluguel, água luz e comprar material. Foi investido o mínimo possível para manter o espaço e iniciar a vender marmita na comunidade para manter o espaço funcionando enquanto buscavam alternativas para expandir o negócio.

Buscaram outros possíveis parceiros e atualmente estão em diálogo com o CESOL, a qual orienta para a formalização do empreendimento, presta suporte nessa transição para *Africa's Bahia* que será um restaurante especializado em comida africana e afro baiana, mas também um núcleo de empreendedores que desenvolverão eventos e pesquisa nessa área e com os princípios da economia solidária.

O empreendimento é composto por 12 pessoas, as atividades e ações estão em desenvolvimento, mas a princípio é composto por: administrativo, cozinheiro, garçom, registro de informações, planejamento, captação de recurso, divulgação entre outros. Mas ainda estão agregando novos membros. Todos os integrantes são moradores do cabula e entorno: Mata escura, Engomadeira, Beiru e Pernambués.

Atualmente dialogam com a cooperativa Espalhafatos, para realizar produções cooperadas e eventos, no intuito de fluir outras ações ligadas a culturas. Buscam também outros parceiros que desenvolvam produtos na linha de estética afro. E em processo de incubação pela CESOL pensam em mudança de ponto de comercialização.

6.1.12 Centro de Pastoral Afro Pe. Heitor Frisotti – CENPAH

O Centro de Pastoral Afro Pe. Heitor Frisotti (CENPAH) está localizado em Sussuarana. O centro ainda não é jurídico, assim não tem como pleitear recursos. Até então é mantido pelos padres. E essa realidade precisa ser mudada urgentemente segundo a coordenação.

Este núcleo tem por objetivo a articulação de ações que despertem o sentimento de pertença a partir da construção identitária dos afrodescendentes, o combate à intolerância religiosa e a construção da cidadania afrocentrada. A coordenação é mista, realizada por meio de um conjunto composto por três núcleos (educação, cultura e política) para se pensar o macro das ações, sendo doze pessoas na coordenação, pois contempla todos os grupos.

Os membros que coordenam e utilizam este espaço têm a liberdade como orientadora para o processo de tomada de decisão, sendo esta totalmente coletiva. Os encontros deste núcleo ocorrem periodicamente uma vez ao mês em conjunto com os integrantes da Pastoral Afro, responsável pela articulação do Centro com a Paróquia São Daniel Comboni de Sussuarana.

O bairro de Sussuarana sempre foi área pastoral dos missionários combonianos, mesmo antes da divisão da paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, o padre Heitor percebeu o desafio de promover uma ação de resgate histórico e empoderamento da população afrodescendente.

Após uma trajetória de ações formativas como oficinas culturais afro, cursos para professores e líderes negros, curso de capacitação para ensinar, nas escolas do ensino fundamental o tema transversal: pluralidade cultural e afrodescendentes hoje o centro abriga diversas ações.

O núcleo educacional tem a ação “Quilombo Educacional Santa Bakhita”, oferece educação complementar, na forma de pré-ENEM, com aulas de segunda a sexta, à noite como forma de incentivar a continuidade dos estudos de moradores do bairro e do entorno, o foco é a inserção e permanência dos afrodescendentes nas universidades públicas.

As ações em conjunto dos núcleos político e cultural vem por meio de parcerias para realização de outras atividades, a saber: Caminhada da Consciência Negra e Marcha Contra o Extermínio da Juventude Negra.

Para a eficiência e eficácia das diversas ações do centro várias parcerias são firmadas, com instituições privadas são: Editora Galinha Pulando; Escola Cantinho do Saber; as instituições públicas: Escola Municipal Manoel Francisco do Nascimento Brito; Fundação Gregório de Matos; Escola Municipal Professora Maria José Fonseca; SMED-CRE Cabula; outras: CAPDEVER; Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra; Núcleo de Incubadora de Projetos; CAAPA.

O CENPAH também faz parte da Comissão Organizadora de Sussuarana (COS), a qual é composta por um conjunto de entidades, a saber: Associação de Mulheres de Sussuarana (AMS), Grupo Artístico e Cultural Oloruns da Arte (GACOA), Grupo de Apoio às Causas Culturais e Sociais de Sussuarana (GAACSS), CEDHU, Grupo de capoeira Sempre Alerta, Grupo de Valsa Embalos de um Sonho, Terreiro Tumba Jussara, Terreiro Ilê Axé Ominijá, Grupo de poesia Ágape, Associação de Capoeira Educapoeira, Paróquia São Daniel Comboni, Grupo de Percussão Urbanidade.

6.1.13 Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini – CEDHU

O Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini (CEDHU) é uma Associação Privada de natureza jurídica de status ativa. Localizado em Sussuarana.

O CEDHU teve como idealizador o italiano Padre Franco Pellegrini, que sempre se preocupou e lutou em defesa dos direitos humanos em especial da população carente. No entanto, não conseguiu concretizar em vida sua vontade de ter um centro que defendesse o direito de todos. Em 1º de dezembro do ano de 2011, vítima de acidente de carro, faleceu aos 66 anos o Padre Franco, que há 40 anos desempenhava trabalho no sacerdócio e foi pároco da Paróquia São Daniel Comboni, em Sussuarana, Salvador, por sete anos.

Assim, em sua homenagem o centro leva o seu nome. Fundado no dia 23 de março do ano de 2013 em uma Assembleia que ocorreu no Centro de Pastoral Afro (CENPAH), que é um local de encontro para a valorização da cultura afro brasileira.

Como extensão do centro Franco Pellegrini foi criada o Observatório Social da Grande Sussuarana (OSGS), cuja função está em acompanhar o desempenho da Câmara Municipal da administração da Prefeitura da cidade de Salvador; ouvir e observar o que a comunidade da Grande Sussuarana está falando e precisando e apresentá-lo na Câmara Municipal por meio dos vereadores.

A OSGS é composta por cidadãos voluntários, entidades de todas as categorias sem qualquer vínculo político partidário ou religioso disposto a corroborar para com o bem estar da população para uma vida digna e justa. Assim, o observatório se faz presente na Câmara Municipal de Salvador ouvindo e observando a atuação dos vereadores e informará a comunidade dos acontecimentos por meio de boletim mensal.

6.1.14 CAPDEVER – Centro Afro Promoção, Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin – Motumbá – Motumbaxé

O Centro Afro Promoção e Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin, CAPDEVER *Motumbá-Motumbaxé*, situado no bairro de Sussuarana. Fundado em 2003, em homenagem ao Pe. Ezequiel Ramin, que foi assassinado durante uma missão de paz em favor dos sem-terra e índios e em Zumbi dos Palmares (herói inspirador das lutas de todos os Afrodescendentes do Brasil), no ano de 1984 em Rondônia. O centro é constituído pelos sócios fundadores efetivos e colaborativos composto atualmente por 15 membros, com assembleias Ordinárias para aprovar as ações e contas submetidas ao conselho fiscal.

Motumbá-Motumbaxé significa “Deus te abençoe com, Axé, Vida, Paz”. A palavra é de língua africana *Yorubá*, falada nos terreiros de Candomblé da Bahia.

O centro tem a missão de: Conscientizar e lutar pela emancipação, sobretudo dos Afrodescendentes; Promover alternativas econômicas de solidariedade e de geração de renda; Promover o reforço escolar, com intervenções nos planos biológico, psicológico, cultural e espiritual, a partir das raízes afro e cristãs, para manter a criança na escola, evitando, assim, a marginalização e promover ações educacionais, artísticas e culturais para crianças, adolescentes e jovens, de modo a melhorar a autoestima e tornar plena a cidadania e a consciência étnica e Incentivar e capacitar a Comunidade para sua organização civil, oferecendo orientação jurídica para os direitos sociais, civis e políticos, sobretudo das Comunidades Afrodescendentes (CAPDEVER, 2016).

O CAPDEVER é uma das ações do projeto Agata Smeralda, que trabalham com jovens carentes deixando longe da droga, prostituição e crime. O CAPDEVER é um espaço importante para o esporte, oferecendo oportunidades, apoio,

acompanhamento e atenção aos jovens. Com grande empenho em ação de prevenção às drogas com metodologias trabalhadas por meio de educação.

Está envolto do CAPDEVER e do projeto Agata Smeralda o projeto Motumbaxé: contra o extermínio de Jovens Negros.

6.1.15 Sarau da Onça

O Sarau da Onça é um projeto criado por um grupo de jovens, a partir da necessidade de modificar a visibilidade da comunidade perante a sociedade. Composto por crianças, jovens e adolescentes do bairro de Sussuarana, o grupo cultural se apropria em especial da poesia para se expressar e protestar contra a violência, a desigualdade social e racial e o preconceito enfrentado por moradores da comunidade.

O grupo surge em 2011 na tentativa de contrapor um documentário, exibido na época pela TV Bahia, sobre o bairro, o qual apresentava uma média de 25 mortes por final de semana, considerado pela mídia um dos bairros mais violentos da capital baiana. Assim, o Sarau da Onça, por meio de seus representantes viram neste grupo um potencial de reverter essa imagem negativa do bairro, na tentativa de mostrar para a mídia e aos próprios moradores o outro lado da comunidade, valorizando e criando uma sociedade democrática.

Assim o Sarau da Onça tem por missão mostrar e intensificar a produção cultural da comunidade e dar visibilidade aos diversos grupos culturais e educacionais existentes e adormecidos do bairro.

Em entrevista foi comentado que todos os integrantes têm o papel de coordenar as diversas atividades do grupo: saraus, apresentações musicais, leituras poéticas e canjas de hip hop e outras atividades culturais. Como a comunidade não conta com um centro cultural, os eventos promovidos pelo grupo ocorrem quinzenalmente aos sábados, às 19 horas, no bairro de Sussuarana, sede do CENPAH. Neste espaço a comunidade debate questões da afirmação da negritude e do orgulho de ser negro.

6.1.16 Grupo Ágape

O grupo recital Ágape nasceu em julho de 2011, a partir dos integrantes de um grupo de jovens da Igreja Católica da Paróquia São Daniel Comboni de

Sussuarana. O objetivo do grupo foi de trabalhar a arte em suas diversas expressões dentro do espaço religioso, com a articulação dos jovens por meio de oficinas de música, dança, teatro e poesia.

Participantes do grupo Sarau da Onça também são integrantes deste grupo e disseminam suas poesias em apresentações em diversos espaços, bairros, cidades, suas apresentações, recitações e performance ocorrem até mesmo dentro do transporte coletivo em horário de trabalho. Atuam também como facilitadores em oficinas realizadas em escolas públicas, privadas, universidades e demais instituições.

O seu principal produto foi o livro “A poesia cria asas” o qual foi abordado por meio de poesias inéditas de autoria dos integrantes do grupo Ágape, temas como: saúde, autoafirmação, identidade, preconceito, racismo, violência policial, genocídio, corrupção e valorização da mulher. Os jovens conhecem a realidade local que gira entorno de falta da educação básica e de qualidade, segurança pública, saneamento básico, água, luz, energia, rede de esgoto, iluminação pública, transporte público de qualidade, falta de perspectivas para os jovens como trabalho e futuro. As poesias relatam e expressam essa realidade vivenciada e tão conhecida dos moradores do bairro e observadas pelos visitantes.

O grupo se faz presente nas atividades desenvolvidas pelo Sarau da Onça, as ações do CENPAH, CDHU, CAPDEVER, são integrantes da Comissão Organizadora de Sussuarana, além de seus integrantes participarem de assembleias e fóruns como sociedade civil organizada.

6.1.17 Associação de Moradores Amazonas de Baixo – AMAB

Amazonas de Baixo é uma rua no bairro do Cabula, denominado comunidade do Amazonas de Baixo, onde reside cerca de 9 mil habitantes. É uma comunidade carente com carência de infraestrutura, mobilidade urbana, transporte público; saneamento básico (esgoto sanitário); Irregularidades na coleta de lixo e sem equipamentos públicos: Ponto de ônibus; posto de saúde; creche, áreas de lazer etc.

Essa comunidade conta com a Associação de Moradores Amazonas de baixo (AMAB), fundada no de 2005. A associação conta com toda uma estrutura hierárquica tendo presidente, vice, tesoureiro, presidente patrimonial entre outros cargos. Contudo, por se tratar de uma organização sem fins lucrativos parte de seus membros não conseguem manter a agenda da associação, assim, a associação encontra

parcialmente fechada. Parcialmente, pois devido a força de vontade e a pró atividades de alguns moradores, que vendo a necessidade de certa governança na comunidade, estão desenvolvendo ações em formato de solicitações e projetos para a melhoria da comunidade.

A comunidade encontrou na AMAB, por meio de seus representantes a confiança de lutar pela causa da comunidade. Essas trazem as demandas e eles correm atrás de seus direitos enquanto cidadão. A associação possui diversos documentos de solicitações que são repassadas ao poder público reivindicando melhorias para o bairro entre os órgãos acionados estão: a Prefeitura Bairro; CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia); CODESAL responsável por restaurar áreas alagadas e obras irregulares; SUDECON; EMBASA (água e esgoto); SUCOP (infraestrutura); Energia – SEMOP, entre outros.

As solicitações realizadas por representantes da associação são as mais diversas. Por exemplo, a entrega de correspondências para a comunidade que estão totalmente prejudicados com estes serviços. Neste caso, foi solicitado que a entrega das correspondências fosse realizada na casa do presidente da associação, na sequência repassado para os moradores. Outras solicitações tratavam de: avaliação técnica para a implementação de uma linha de transporte para a comunidade; fiscalização para obra irregular com invasão da área pública arredor da lagoa; limpeza de canal na rua Campo Largo; estabilização de encosta na rua Amazonas; vistoria técnica para troca de equipamentos aumento de potência e instalação de novos pontos de iluminação para diversas ruas, pois a que tem não atende a demanda da comunidade. Reunião com o Prefeito para tratar dos seguintes itens: regularização de posse conforme protocolo 12800-201 acionadas junto à prefeitura municipal de Salvador; revitalização da lagoa; alagamento da pista de acesso ao local; construções de quadra poliesportiva; plantios de arvores; preservações do meio ambiente que fica na Margem do Condomínio Recanto do Cabula; linhas regulares de transporte e outros benefícios que se fizerem necessários; solicitação de acesso aos serviços de trabalho sócio educativo, referente ao sistema de coleta de lixo, como separar, armazenar, reciclar até mesmo como uma fonte de renda, conscientizar os moradores para evitar jogar entulhos e destroços no canal existente; roçagem nas laterais da pista de acesso a comunidade; capinação; implementações de varrição; limpezas diversas e outros benefícios; solicitação para resolver em caráter de emergência o lançamento de esgoto das edificações situadas na parte alta da comunidade na rede

de drenagem que vem causando alagamento em muitas casas do nosso bairro; necessita da construção de creche e posto médico.

Contudo, a comunidade possui o desafio de solucionar problemas contemporâneos como: violência, carência de infraestrutura urbanística de mobilidade de acessibilidade, socioambiental; focar no trabalho em grupo e desenvolver capacidade crítica e de articulação das lideranças locais, para buscar projetos que possam solucionar problemas de forma ética e participativa; promover ações de educação ambiental, evitando o descarte incorreto do lixo defendendo a preservação ambiental e a redução na geração de resíduos sólidos; aproveitar o potencial turístico e produtivo da lagoa Amazonas de baixo, buscando capacitação para geração de renda e sustentabilidade econômica.

6.1.18 Terreiro de Candomblé – Ilé Asé Ominijá

Trata-se do Terreiro de Candomblé *Ilé Asé Ominijá*, sob a coordenação da Mãe Cremilda. Localizado no bairro de Sussuarana. Que desenvolve atividades religiosas e de ação socioeconômica.

O candomblé é um movimento de resistência da cultura negra e, sobretudo uma religião de Matriz Africana que acredita no invisível que habita no corpo humano. Os invisíveis são os orixás deuses do candomblé, esses são cultuados por meio de rituais denominados de festas que ocorrem em espaços sagrados, normalmente acoplados a casa da mãe ou pai de santos denominados por terreiros ou roça. Cada membro na casa do candomblé tem a sua função, a exemplo da *laxô* que é responsável pelos trajés dos membros da casa em especial na preparação das vestes usadas nas festas; *Oxodun* é responsável por realizar as oferendas e todos os rituais de iniciação de pessoas no candomblé; a *labacê* é a mulher responsável pela cozinha, *Pejigá* é o *ogan* responsável pelos locais sagrados (axés) da casa; o *Oganabe* é responsável por tocar os instrumentos (atabaques) e cantar durante as cerimônias; *Ekedis* é responsável por servir o orixá - *ogan* e *ekdis* não incorporam seus orixás, mas ainda assim são médiuns¹⁷. E a condução da festa é de responsabilidade do pai

¹⁷ Os médiuns que não incorporam, tem a visão, o sentimento, sentem a presença do orixá, mas eles não incorporam, o orixá não toma o corpo e a consciência dos que estão nesta função.

de santo, ou mãe de santo. A festa acontece por meio de cantos, danças, batidas de tambores, oferendas e as entidades se manifestam por meio dos filhos de santo.

O terreiro tem trinta e dois anos de fundação e a mãe de santo da casa tem mais de cinquenta anos que iniciou a sua primeira obrigação¹⁸, ela tem amor pelo candomblé, respeito, dedicação, admiração e fé.

A mãe de santo possui alguns projetos de vida, abdicou de sua casa e pretende tombar, no intuito de deixar um bem para a comunidade – um espaço onde crianças, jovens e adultos, possam utilizar como um ponto de encontros para, teatro, música, dança, oficinas, seminários, recitar poesias, ou seja, um centro social, educacional, cultural e de lazer. A documentação está em andamento.

Já o projeto de economia solidária Mãos do Axé, surge a partir de um editar lançado pela SETRE no ano de 2014 sobre Matriz Africana. O projeto foi inscrito e submetido pelos filhos de Santo da mãe da casa. Tem como finalidade, resgatar os costumes dentro dos terreiros. Fazer com que os terreiros voltem aos costumes de práticas de costura. Antigamente as vestes deste terreiro, e de tantos outros, eram confeccionados na própria casa pelos seus membros. Na atualidade, devido a muitos fatores inclusive o avanço da idade, isso não ocorre mais, perdendo um pouco da história e cultura dos terreiros.

O projeto está previsto para execução de dois anos, com possibilidades de continuidade. Tem como um de seus objetivos o resgate da cultura, tradição, praticas, história e símbolos. Uma das ações previstas neste projeto é a oficina de corte e costura para 30 alunos. A partir de uma intervenção dos membros do terreiro, foram articuladas parcerias com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) sendo está uma instituição de ensino da República Federativa do Brasil. A contribuição do IFBA foi disponibilizando os profissionais facilitadores para as oficinas. Sendo assim, o recurso que estava previsto para essa finalidade foi revertido para outros fins, a exemplo do aumento das oficinas ofertadas aos membros da comunidade, bem como o número de vagas.

Assim, as oficinas ofertadas além de corte e costura serão: manutenção de máquinas, segurança do trabalho, relacionamento interpessoal, empreendedorismo, designer, história da moda africana, significado dos símbolos e segredos, a exemplo

¹⁸ Obrigação no axé (casa) é você cuidar, zelar, representar o orixá, oferecer a oferendas, canta, rezar, fazer comidas gostosa e servir o povo em homenagem ao orixá.

das vestes, a pessoa que está sendo iniciada no candomblé, precisa fazer a “obrigação” de trinta dias. Seria uma espécie de retiro espiritual, onde a pessoa se isola para cuidar do seu orixá. Após o período de trinta dias, é realizada a festa da casa, onde a pessoa sai desse retiro e na festa o seu orixá pode se apresentar, receber suas oferendas e dançar os ritmos tocados, vestido com a roupa confeccionada com toda a simbologia religiosa especialmente a ele. Contudo, eles não têm acesso as vestes no período de confecção, só é permitido que eles tenham contato com esse traje um dia depois que eles “acordam” e saem da obrigação “pós transe”.

Então esses alunos terão contato com toda a história do candomblé, inclusive, para quem tiver interesse, também será realizado uma introdução ao *Yorobá*. O projeto também conta com a parceria do Instituto de Capacitação Luiz Gama, associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter assistencial, social e cultural e o Palácio de *Oxóssi* em São Joaquim.

O recurso previsto para o projeto foi de R\$ 90.000,00 divididos em duas etapas. A primeira parte da verba foi liberada em janeiro de 2015 para aquisição de maquinário e adaptação do espaço físico, cadeiras, mesas, quadro, e adaptação da rede elétrica são alguns deles. Em maio foi realizado o lançamento do projeto, no dia 18 de julho tiveram reuniões com os alunos, facilitadores, demais participantes e apoiadores e no dia 20 do mesmo mês iniciou as aulas.

No final de dois anos, com o encerramento do projeto, a ideia é que o maquinário e toda a estrutura permaneçam no espaço do terreiro. Como a casa não estabelece nenhuma relação comercial é pretendido montar um núcleo de geração de renda. A proposta do núcleo é de trazer um pouco de sustentabilidade financeiro ao terreiro. Além da confecção de produtos para o próprio terreiro, pretende-se expandir produzindo peças exclusivas e não para os terreiros da região e toda a comunidade que tenham interesse nessas peças. Para tanto, dos sessenta alunos inscritos para as oficinas do projeto, alguns deles irão trabalhar no núcleo produtivo do terreiro *//é Asé Ominijá*.

E para aqueles que não fiquem no núcleo produtivo, saiam com condições reais para montar seu próprio negócio. Assim, a ideia é gerar renda não só para o terreiro, mas também para formar empreendimento.

6.1.19 Criando com as Mãos

O grupo Criando com as Mãos, localizado no Cabula, surge no ano de 2014, e atualmente encontra-se com seis integrantes. Atuando no ramo de artesanato, trabalha com materiais de cerâmicas, madeira, luminária em PVC, orixás em EVA, bolsas, além de materiais de reciclagem, como: retalhos, forro de estofados, para fazer bolsas, customização de camiseta, pano de prato, almofadas, embalagens, garrafas, entre outros.

As reuniões ocorrem de tempo em tempos, quando existe a necessidade de trocar ideias, novas técnicas ou precisam tomar decisões no coletivo. As produções são, na maioria das vezes, realizadas nos ateliers dos membros, pois cada membro detém equipamentos essenciais para sua técnica, cada membro possui uma técnica peculiar do trabalho coletivo. Os encontros ocorrem uma vez por mês, ou em caso de necessidade marcam antes, e é em esquema de rodízio, uma vez na casa de um dos membros.

Tem a CESOL, como parceiro, a qual presta suporte ao coletivo para aprimorar o seu trabalho, além de promoverem feiras para exposição de suas mercadorias e, auxiliam na questão de reaproveitamento de material.

O CESOL disponibiliza um espaço na própria unidade para exposição de mercadorias dos empreendimentos que eles atendem, contudo, não tem surtido muito resultado, não se sabe o motivo. O local tem bastante movimento, mas não tem visitação na loja.

Existe uma proposta para que tenha feiras para comercialização, o que gera boas expectativas por parte do coletivo. O grupo já possui experiência com feiras para comercialização, contudo, sem resultados satisfatórios. É perceptível por parte do coletivo que essas feiras ocorrem em locais sem visibilidade e falta divulgação para que os interessados possam visitar, ou para quem passe na rua, veja e entre para prestigiar.

Existem muitos gastos para participação das feiras por parte dos expositores, com transporte do material, com alimentação, tempo, entre outros, e não ocorre o retorno nem para pagar essas primeiras despesas. Muitas feiras ocorrem num período de uma semana, o que gera um gasto de sete dias sem que ao menos se tenha o retorno para elas, que dirá para manter a família, e este também se torna um tempo muitas vezes que não se pode produzir, dependendo da atividade do

empreendimento. Outro ponto que também parece ser relevante é que o artesanato não é valorizado e muitas famílias sobrevivem dessa renda.

Assim, espera-se que as feiras promovidas pelo CESOL tenham maior visibilidade bem como uma divulgação que abrange um público interessados por esses materiais.

O coletivo pensa em um projeto socioeducativo, juntamente com a Associação de Moradores Amazonas de Baixo, buscar parcerias com outras entidades e até mesmo com a prefeitura, para colocar em pratica um projeto que contemple oficinas para compartilhar o conhecimento do coletivo para com as crianças da comunidade e para as mães que tenham tempo ocioso. Se não for possível algo gratuito, mas com preço entorno de R\$ 5,00 apenas para aquisição de materiais para que os alunos possam utilizar na oficina.

6.1.20 Grupo Cultural Fazendo com as Mãos

O grupo Cultural Fazendo com as Mãos surge em 2013, a partir do convite do coordenador da CESOL. Nesta ocasião, o coletivo estava expondo em uma feira e, a entidade de apoio os convidou para serem acompanhados por ela. Assim, ficaram conhecendo as atividades do CESOL: empréstimos com juros mais baixos, assessoria administrativa para orientar os grupos com a questão financeira do empreendimento, ensina como calcular o preço justo das mercadorias, marketing, advogados, psicólogo, redator entre outros. Também auxiliam na comercialização, conseguindo espaços para promoção de feiras e eventos para trazer renda aos empreendimentos.

O grupo atualmente é composto por sete integrantes, mesmo na informalidade, exercem uma governança paralela, ou seja, não são dependentes das entidades de apoio, pois não ficam esperando apenas as feiras promovidas por estar.

A partir de ofícios, escolhem locais estratégicos para exposição de mercadorias e entregam os ofícios nesses espaços conseguindo assim expor suas mercadorias garantindo a sustentabilidade do empreendimento. Pois, as feiras promovidas pelas entidades de apoio são esporádicas, e os empreendimentos precisam vender para garantir o sustento da família e consecutivamente garantem que o empreendimento tenha fluxo de caixa.

Já conseguiram expor por meio de ofício no Centro Administrativo da Bahia (CAB) em diversas secretarias, em congressos, até mesmo em espaços privados, a exemplo e mercados.

Suas peças são: quadros, porcelanas, porta talheres, porta guardanapo, porta pendrive, vasos, arranjo de flores, entre outros.

6.1.21 Belladecor – Artes em flores

O empreendimento Belladecor, surge a partir do gosto pelas flores da coordenadora. Quando ela precisou morar em apartamento, não tinha espaço para jardim, então começou a decorar o apartamento com arranjos idealizados por ela mesma. Em 1995, promoveu um evento no salão de festas no prédio e vem atuando na informalidade desde então com artes em flores. Sua arte é especializada em montar todo tipo e modelo de arranjos com flores artificiais.

Há um ano conseguiu formalizar o empreendimento, com a ajuda da CESOL, a qual tem parceria desde 2013. A partir da formalização do empreendimento conseguiu abrir uma loja onde expõem os seus produtos diariamente no Cabula Master *Shopping*.

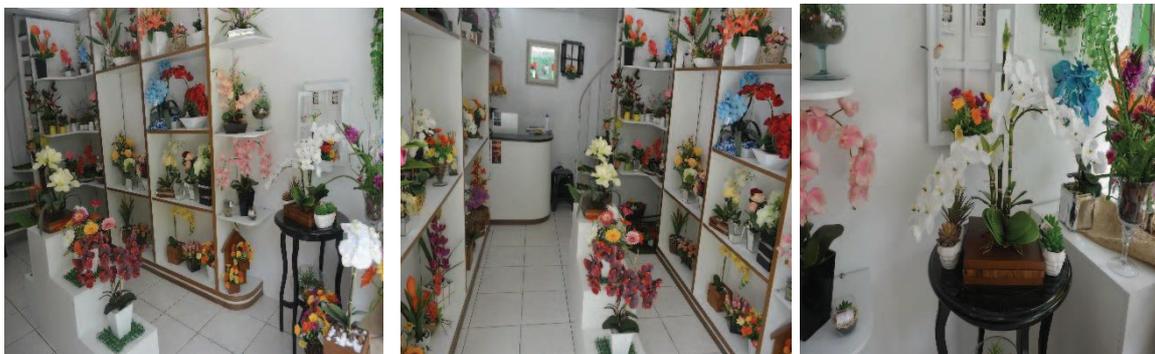
O empreendimento é composto por cinco pessoas, uma trabalha na montagem do produto (arranjo de flores), que envolve o manuseio das seguintes matérias prima: utiliza argila, musgo, pedras, serragem, flores, vasos (madeira, vidro, louça, espelho etc.), todas as sobras são reaproveitadas. Outras integrantes participam em exposições em eventos, feiras, ajudam na loja, além de integrar o financeiro.

A CESOL, além de auxiliar na formalização do empreendimento, ajudou com a criação da logo, *marketing*, *designer*, financeiro, fluxo de caixa, entrada e saída de mercadorias, informatização do empreendimento também foi por intermédio, oficinas de capacitação, além de ter uma loja no espaço da entidade que expõe produtos.

Contudo, a renda da coordenadora do empreendimento não vem apenas do empreendimento, pois é aposentada, o que facilita um pouco a dedicação para com a iniciativa. Mas, a abertura da loja veio junto com a crise, e está tendo pouca saída, desde que a loja inaugurou, já teve queda de 70% de vendas, por isso já pensou em fechar a loja.

Mas, tem por perspectiva que a crise logo passe e as vendas melhorem. E assim possa melhorar com a questão da infraestrutura, pois, necessita informatizar a loja e adquirir máquinas de costura para inovar em seus produtos. As imagens abaixo são do empreendimento Belladecor.

Figura 9 – Produtos desenvolvidos pela Belladecor



Fonte: a autora, 2015.

6.1.22 Bete Alimentos

O empreendimento do ramo alimentício surge no ano de 1995, a partir da ideia de vender marmita no Fórum de Justiça de Salvador. Na ocasião, tiveram boa aceitação e na sequência o número de interessados foi aumentando, assim fortaleceu a ideia e o empreendimento se firmou.

Situado no bairro de Sussuarana, participam do empreendimento cerca de quatro pessoas, que ajudam no atendimento ao cliente, preparação dos alimentos, organização do espaço, preparação das marmitas e entrega das mesmas.

Em cerca de três anos recebe apoio da CESOL, que tem auxiliado na administração do empreendimento, mas devido o seguimento, não tem espaço para comercialização nos eventos organizados por esta entidade.

É considerado pelas integrantes do empreendimento, um dos pontos fortes, em termos de comercialização, quando conseguem vender para a construção civil, pois, normalmente é em grande quantidade e pagam a vista.

As integrantes do empreendimento gostariam que houvesse a possibilidade de fornecer marmitas para as entidades de apoio e fomento a economia solidária bem como para ONG, para tentar fortalecer a iniciativa.

6.1.23 Amor Divino Lanches

Uma das integrantes do grupo desde muito cedo vendia salgados nas escolas no intervalo para os alunos. A ideia do carrinho surgiu e no ano de 2012 foi concretizado.

Assim, trata-se do seguimento alimentício, onde trabalham duas pessoas para produção dos alimentos e na comercialização. Há uma parceria com outra pessoa que entrega salgados para o empreendimento e ainda recebem ajuda de outras duas pessoas para ajudar no deslocamento do carrinho e comercialização dos produtos.

Os integrantes do empreendimento sentiam a necessidade de divulgação e de recursos financeiros para melhoria para o trabalho. Ficaram sabendo da CESOL e entraram em contato com eles no ano de 2013, e até então tem o apoio da entidade em todos os pontos de atuação da mesma. E assim conseguem a legalização do trabalho.

Por se tratar de um carrinho, atualmente necessitam da legalização de um ponto fixo para que eles possam vender todos os dias no mesmo lugar sem ter a preocupação e problemas relacionados à ocupação do espaço. Outro ponto que ainda precisam é de apoio financeiro para melhoria do equipamento de trabalho.

A participação em feiras, promovidas pela CESOL, seria para fortalecer o empreendimento no quesito comercialização. Contudo, existe a dificuldade de locomoção, para o deslocamento do carrinho e o isopor, gera custo. Além de custo com transporte também ocorre com refeição. E tem ocorrido de algumas feiras não terem sido divulgadas, ou não era um local estratégico para comercialização, não tendo público, assim o prejuízo foi grande, pois, além de não tirar nem para os primeiros gastos para chegar e permanecer na feira, ainda teve os gastos com os produtos que não foram vendidos. Assim, precisaria pensar em pontos estratégicos de comercialização bem como existir uma forte divulgação do evento, para que o público fique ciente e prestigie o evento.

6.2 IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DO ARRANJO SOCIOPOLÍTICO E SOCIOPRODUTIVO DAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO LOCAL

A partir das iniciativas apresentadas acima, foram identificados dois Arranjos que compreendem um conjunto de iniciativas mapeadas e a partir delas se desenha a estrutura da governança.

6.2.1 Projeto TBC, Cabula e entorno

O projeto denominado Turismo de Base Comunitário (TBC) Cabula e entorno, surge devido às angustias provocadas por constatações da ausência de diálogo entre universidade, comunidade e professores de diversas áreas do conhecimento, somadas a questionamentos feitos pela professora coordenadora do projeto, pertinentes ao modelo do turismo tradicional que possui seu foco na questão econômica com atividades que não levam em conta as questões do meio ambiente e a sustentabilidade, tanto em âmbito rural quanto urbano, a falta de articulação e envolvimento da comunidade nas questões do planejamento do turismo, além da identificação das mazelas ocasionadas pela atividade turística, entre outros.

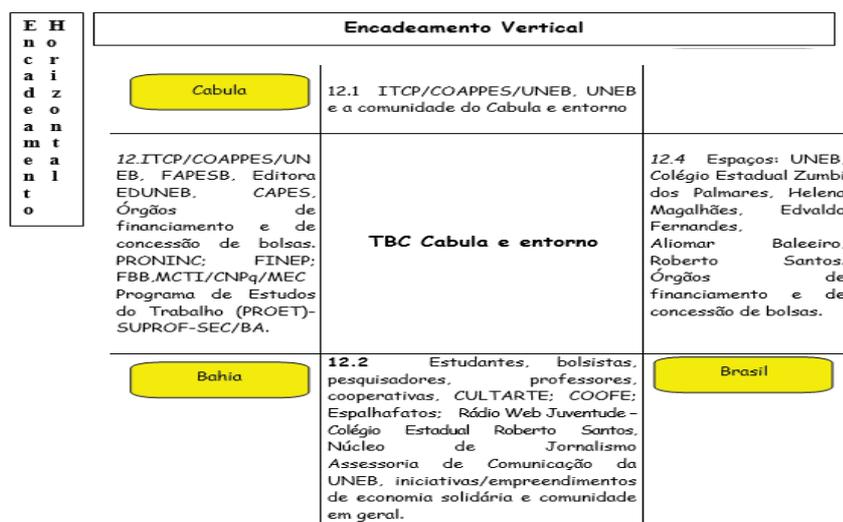
Esse contexto fez com que a professora elaborasse tal projeto na região do Cabula e entorno aprovado pelo edital 021/2010 da fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob o título: “Turismo de base comunitária na região do Cabula e entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos” (SILVA, 2013, 2015).

A proposta visa à articulação de atividades de pesquisa e extensão em bairros populares do entorno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A delimitação da área foi feita pela proximidade da UNEB; pelo favorecimento da interação entre a universidade e as comunidades; pela relevância histórica das antigas aldeias indígenas e dos quilombos do Cabula e do Urubu; pelos patrimônios cultural, social, ambiental e tecnológico; pelo potencial para a economia solidária e criativa; entre outras justificativas (SILVA, 2013).

O projeto Cabula e entorno tem por objetivo “a mobilização das comunidades para a criação de Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos Responsáveis e Solidários (RTUARSS)”, resultando na criação de uma cooperativa de Receptivos Populares, com especialização neste tipo de roteiro turístico (SILVA, SÁ, 2012, p. 7).

Assim, a estrutura de governança do Cabula e entorno tem como destaque o Projeto TBC, Cabula e entorno. Na figura abaixo foi sistematizado organizações que se entrelaçam entorno ao projeto TBC Cabula e entorno caracterizando o arranjo.

Figura 10 - Arranjo do Projeto TBC Cabula e entorno



Fonte: Sampaio, 2010.

Entrelaçado ao projeto TBC Cabula e entorno, apresentam-se no encadeamento horizontal, os provedores de informação e relação política. As informações chegam ao projeto por meio da ITCP/UNEB e da própria UNEB o que caracteriza uma governança de cima para baixo. Contudo, o projeto se destaca, sobretudo, pela existência de governança das bases, onde a comunidade tem voz ativa e trazem as suas demandas. Sendo as pessoas que vivem nas comunidades os maiores provedores de informação segundo a coordenadora do projeto.

Os atores da comunidade participam efetivamente das reuniões do TBC, trazendo as demandas que consideram importantes e pretendem executar. É exemplo de demanda trazida por eles a vontade que tinham de aprender a escrever artigo e a fins. Dessa forma, em ação conjunta, comunidade, universidade, professores, alunos, bolsistas entre outros definiram promover oficinas de produção de texto.

Outro exemplo desta governança de base comunitária são os eventos denominados de Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária, onde a comunidade define, planeja, organiza, monitora e executa com o auxílio técnico da equipe do TBC, Cabula e entorno.

Entre os atores que fazem parte desta governança e entrelaçam ao projeto, mas especificamente na questão distribuir e consumir as informações: os estudantes, bolsistas, pesquisadores, professores, cooperativas, CULTARTE, COOFE, Espalhafatos, Domingo Alternativo, a divulgação das atividades do projeto também ocorre na mídia via Rádio *Web* Juventude no Colégio Estadual Roberto Santos, Assessoria de Comunicação do Núcleo de Jornalismo da UNEB, entre outras iniciativas

articuladas ao longo dos cinco anos de projeto e outras que foram agregadas depois do período de pesquisa de campo.

No encadeamento horizontal encontram-se as organizações que apoiam o projeto, além das já mencionadas acima: Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB, UNEB e ITCP-UNEB. Os órgãos de financiamento e de concessão de bolsas: PRONINC, FINEP, COEP e FBB. Considerado também como apoiadores do edital 43/2013, em execução, do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC) e Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Edital: 037/2012, em execução do Programa de Estudos do Trabalho (PROET)-SUPROF-SEC/BA, com o título: “Museu virtual do quilombo Cabula: uma contribuição para a mobilização do turismo de base comunitária no bairro”; edital 028/2012 FAPESB, sendo executado sem a liberação da verba, cujo título é “Turismo de base comunitária no antigo quilombo Cabula: construindo conhecimento com as escolas”; Edital: 029/2012, FAPESB, igualmente em execução sem a liberação do recurso, cujo título é “Meio ambiente, saúde e turismo de base comunitária: configuração de uma rede de articulações pela qualidade de vida no distrito sanitário do Cabula/Beiru, Salvador-Bahia e outros”.

As terceirizações que ocorrem no projeto são diversas. Um exemplo são as reuniões que acontecem para organização de eventos, as oficinas solicitadas pelas comunidades, feiras de comercialização para os empreendimentos, essas atividades e outras acontece em vários espaços cedido por parceiros, a saber: UNEB, Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, além dos Colégios: Helena Magalhães, Edvaldo Fernandes, Aliomar Baleeiro, Roberto Santos, além das secretarias localizadas no CAB entre outras.

6.2.2 Projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio de jovens negros

O projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio de Jovens Negros, inaugurado em 2014 tem o objetivo de afastar crianças e adolescentes das ruas e do contato com a criminalidade, através de atividades na área educacional, artística e cultural, como aulas de dança e capoeira, oficinas de percussão, além de reforço escolar, aulas de grafiteagem, dentre outras.

Vinculado ao CAPDEVER e ao Projeto Ágata Esmeralda, de parceria Italiana da *Un cuore si scioglie e libera un bimbo*, que abrange Índia, Uganda e Brasil. Atua desde 2001, composto por uma equipe multidisciplinar, que engloba educadores, professores e assistente social, todos brasileiros.

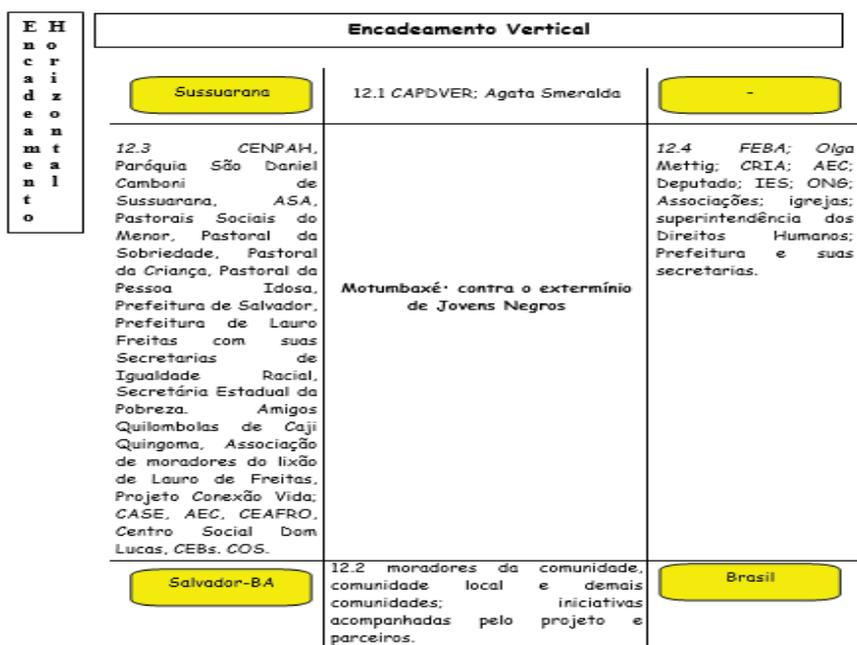
Dessa forma, apesar do projeto *Motumbaxé* ser recente, por ser resultado de outro projeto, já tem apresentado resultados e ações significativas.

O projeto *Motumbaxé* foi um dos projetos escolhidos na Seleção Pública de Projetos Sociais 2012 do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, para apoiar projetos voltados para a superação da pobreza e da desigualdade no país. A Petrobras tem compromisso com a geração de riqueza, com a ampliação da soberania e com a construção de um país onde todos os brasileiros, reconhecidos e respeitados em suas diferenças, tenham direito às mesmas oportunidades de acesso aos benefícios do desenvolvimento.

Para o desenvolvimento das ações propostas neste projeto, conta com o apoio financeiro do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania com cerca de R\$ 1,1 milhões. O trabalho desenvolvido por eles visa a recuperação da autoestima daqueles que participam do projeto, sobretudo dos jovens negros, que estão mais expostos às violências sociais (CAPRINI; NASCIMENTO, 2015).

Com o objetivo de afastar as crianças e adolescentes das ruas e do contato com a criminalidade, através de atividades na área educacional, artística e cultural, como aulas de dança e capoeira, oficinas de percussão, além de reforço escolar, aulas de grafiteagem, vôlei, futebol, dentre outras.

Assim, a estrutura de governança do Cabula e entorno ganha destaque também com o projeto *motumbaxé*, o qual apresenta-se como protagonista ao envolver um aglomerado de organizações envolvidas ao projeto, conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 11 - Arranjo do projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio de Jovens Negros

Fonte: Sampaio, 2010.

Envolto ao projeto *Motumbaxé*, estão as organizações que desempenham diversos papéis. No encadeamento horizontal, os provedores de informação de relação política, são: CAPDEVER e o projeto Agata Smeralda. Relacionados aos distribuidores informações de relação política apresentam-se a comunidade local e todas as iniciativas envolto do projeto.

No encadeamento horizontal, as organizações de apoio ao projeto são: Centro de Pastoral Afro Padre Heitor Frisotti (CENPAH), Paróquia São Daniel Camboni de Sussuarana, Ação Social Arquidiocesana (ASA), Pastorais Sociais: Pastoral do Menor, Pastoral da Sobriedade, Pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa, Prefeitura de Salvador, Prefeitura de Lauro Freitas com suas Secretarias de Igualdade Racial, Secretária Estadual da Pobreza. Amigos Quilombolas de Cají Quingoma, Associação de moradores do lixão de Lauro de Freitas, sendo este uma ação também do projeto Agata Esmeralda, fundado em 2004, além das ONGS e entidades: Projeto Conexão Vida; Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CASE), Associação Escolas Católicas (AEC), CEAFFRO, Centro Social Dom Lucas, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o CESOL.

Também faz parte do arranjo a Comissão Organizadora de Sussuarana (COS), a qual é composta por um conjunto de entidades, a saber: Associação de Mulheres de Sussuarana (AMS), Grupo Artístico e Cultural *Oloruns* da Arte (GACOA),

Grupo de Apoio às Causas Culturais e Sociais de Sussuarana (GAACSS), CENPAH, CEDHU, Grupo de Capoeira Sempre Alerta, Grupo de Valsa Embalos de um Sonho, Terreiro Tumba Jussara, Terreiro *Ilê Axé Ominijá*, Grupo de Poesia Ágape, Associação de Capoeira Educapoeira, Paróquia São Daniel Comboni, Grupo de Percussão Urbanidade e Sarau da Onça.

A COS por meio de seus representantes desenvolvem atividades junto às iniciativas apresentadas por este trabalho em prol da comunidade. Os representantes da COS, também participam ativamente de conselhos, fóruns, assembleias e a fins dando voz a comunidade.

Relacionadas às terceirizações que ocorrem no projeto, estão relacionadas as organizações: Faculdade de Educação da Bahia (FEBA); Olga Mettig; CRIA; AEC; Deputado; IES; ONG; Associações; igrejas; superintendência dos Direitos Humanos.

Dessa forma, apresenta-se a estrutura de governança onde atores diversos fazem parte de um arranjo que se configura a governança do Cabula e entorno.

Na estrutura de governança do Cabula e entorno, conforme apresentadas acima, destacam-se as instituições e os atores comunitários que se relacionam a partir de dois arranjos: o Projeto TBC, Cabula e entorno e o projeto Motumbaxé: contra o extermínio de Jovens Negros.

Esses arranjos foram apresentados: provedores de informações, fornecedores de insumos, cooperação, apoio, parceria, terceirizações, assim por diante. Estes aglomerados de organizações, entre elas de caráter mais sociopolítico ou socioproductivo, possuem entrelaçamentos, o que caracteriza um arranjo, os quais visam a promoção de ações para o fortalecimento das demandas da comunidade, seja elas, social, cultural, educacional, ambiental ou econômico.

Também compõe a estrutura da governança do Cabula e entorno, normas, regras e os incentivos, os quais resultam em estratégias para regular a atividade econômica (governança legislativa, judicial e executiva). Dessa forma, os arranjos sociopolíticos ou socioproductivos podem ser considerados como espaços privilegiados de formulação das diretrizes e revisão das regras que conduzem as negociações entre as organizações que contemplam o arranjo.

6.3 ANÁLISE DA GOVERNANÇA DAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CABULA E ENTORNO

Para identificar a governança com foco em iniciativas de economia solidária do Cabula e entorno, foram levados em consideração os quatros seguimentos apontados por Hollingsworth (2000), relacionados ao arranjo sociopolítico, a saber: instituições – sendo normas, regras, convenções, hábitos e valores; organizações-que englobam empresas, associações, partidos, escolas, assim por diante; setores institucionais-como, por exemplo: o sistema financeiro, educação, pesquisa social e de produção e; resultados e desempenhos encontrados em relatório de ações e seus resultados.

Esses elementos se fundem e se relacionam com os sistemas sociais de produção decisivos para o desempenho econômico, o que se configura no arranjo socioproductivo.

E levando em consideração a concepção de governança de Dallabrida (2003), o qual explica que o termo governança é entendido por iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente em administrar demandas públicas, por meio de um esforço em conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

A partir desses aportes teóricos, a governança do Cabula e entorno apresentou como destaque o projeto TBC, Cabula e entorno e o projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio de Jovens Negros. O entrelaçamento de iniciativas que se desenhou envolto aos projetos em questão é perceptível na sua metodologia pedagógica de trabalho por meio da educação, identificado como um espaço de aprendizagem social e política, caracterizados como espaço de governança.

Uma vez que a governança está relacionada com a competência de dar retorno às demandas que a comunidade apresenta, neste caso, aos projetos, naturalmente exige certa agilidade técnica e administrativa, envolvendo órgãos governamentais, instituições pública e privada.

Nesta perspectiva o arranjo envolto do projeto TBC, Cabula e entorno, possui governança, sobre tudo, de base comunitária, a qual envolve diversas organizações além dos membros da comunidade. Essa governança de base comunitária funciona como um encadeamento de esforços, em prol de objetivos em comum. Essa

governança sugere uma metodologia de descentralização do processo de tomada de decisão, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

Percebe-se por meio da pesquisa de campo que a proposta do projeto visa à articulação de atividades de pesquisa e extensão em bairros populares do entorno da UNEB. A delimitação da área foi feita pela proximidade da UNEB; pelo favorecimento da interação entre a universidade e as comunidades; pela relevância histórica das antigas aldeias indígenas e dos quilombos do Cabula e do Urubu; pelos patrimônios cultural, social, ambiental e tecnológico; pelo potencial para a economia solidária e criativa; entre outras justificativas (SILVA, 2013).

A composição da equipe para a realização das diversas atividades e ações nas comunidades destes bairros é multidisciplinar da área de educação, saúde, meio ambiente, história, cultura, lazer, urbanismo, turismo, comunicação, economia solidária, tecnologia social, tecnologia da informação e outras. Assim, a equipe do projeto é dividida em 14 eixos temáticos: meio ambiente, ecologia social e ecoturismo; políticas públicas, desenvolvimento regional e local, educação, formação e cidadania; comunicação comunitária; inclusão sociodigital; cooperativismo, economia solidária, tecnologia social e inovação; turismo de base comunitária; e território e espaço urbano.

Devido a diversidade cultural e ambiental existente nessas comunidades urbanas, é entendido que a atuação por meio de ações com este foco favorecerá a diversificação da oferta turística de Salvador e o desenvolvimento social e econômico das localidades em questão. O favorecimento se dá por meio do turismo, da produção associada, cooperativismo e outras ações que fortalecem as relações entre as pessoas e as comunidades (SILVA, SÁ, 2012).

De acordo com as autoras Silva e Sá (2012), o turismo de base comunitária dá espaço para o diálogo sobre o cotidiano das comunidades e caminhos de interação entre as comunidades e a universidade.

O TBC tem, em seu planejamento e organização, a autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, cuja articulação e diálogo devem ocorrer com os setores públicos pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades (SILVA; SÁ, 2012; SILVA, 2015).

O projeto acontece em espaços rural e urbano, onde os visitantes se interessam pela forma comunitária de se viver, pela história local, cultura, o modo de

ser, de se organizar, pelo cuidado que a comunidade tem com a natureza, entre outras questões que tangem a vivência das pessoas no seu habitat natural.

De acordo com Silva e Sá (2012, p.13):

O principal atrativo para o TBC no espaço urbano é o modo de vida local, ou seja, a sua memória social, cultural e histórica enriquecida pelos saberes, sabores e fazeres comunitários, como a história oral, legado histórico, heranças culturais, origens do bairro, conhecimentos popular, grupos culturais recreativos, festivais, memoriais, arquiteturas, feiras livres, projetos sociais, atividades econômicas, os aspectos naturais estudo mais que seja autêntico e capaz de fornecer experiências significativas aos visitantes.

As autoras complementam que a contribuição para as comunidades pode ser por meio do fortalecimento das comunidades, unificando seus potenciais por meio de atividades em rede ou em cooperativa, representando o que existe em seu bairro e o que possui de potencial turístico em seu entorno.

Entre os desafios para a construção e desenvolvimento de atividades participativas, é possível citar a qualidade da articulação entre comunidades:

[...] aumentar a participação popular nas questões do bairro, fomentar o coletivismo, desartar para a valorização e conhecimento da dimensão sociocultural do turismo, da história local, compreender o diferente e a diversidade de gênero, etnia e geração (SILVA; SÁ, p. 27).

É reforçado pelas autoras que a superação de tais desafios está no trabalho participativo, fortalecimento e autoestima da comunidade, no diálogo e coerção social e o sentimento de pertencimento ao seu bairro. Assim, a equipe que compõe o projeto TBC Cabula e entorno vem apoiando a comunidade nesses diferentes aspectos.

Dessa forma, foi percebido que o projeto TBC Cabula e entorno, desenvolve seu trabalho conforme a lógica apontada por Max-Neef (2005) o qual pode ser traduzida como um do propósito fundamental para o desenvolvimento de atividades e ações voltadas para o turismo de base comunitária – não considerar apenas o turismo, “mas a preservação de outros modos de vida, reforçando a preservação da diversidade e das identidades locais e regionais. O turismo não é a meta, o turismo é o meio. A meta é defender o espírito que está na diversidade e nas identidades (p.3)” que a rede de comunidades possui.

O TBC por meio de seu arranjo apresentou um encadeamento de esforços o qual tem como protagonista a Universidade do Estado da Bahia, bem como, a ITCP/UNEB. Esse protagonismo se dá, pois, o projeto está dentro de uma universidade apoiada pela ITCP. Neste local ocorrem normalmente reuniões, nas quais professores que formam a equipe técnica multidisciplinar do TBC, bem como,

estudantes, bolsistas e pesquisadores tem vínculo com a universidade ou com a ITCP/UNEB.

São vários os eventos e ações promovidos organizados e realizados pelas comunidades do Cabula e entorno, sobre a orientação técnica do TBC e, são vários os parceiros que cedem o espaço físico e intelectual para a realização desses eventos. A UNEB, acolhendo eventos, reuniões, feiras, oficinas entre outros. As feiras também acontecem nas secretarias do CAB. O V Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES) foram sediados pelo Colégio Estadual Zumbi dos Palmares. As oficinas a exemplo de roteirização, acolhida pelo Colégio Helena Magalhães, de hospedagem pelo Colégio Aliomar Baleeiro e de gastronomia pelo Colégio Roberto Santos.

No grupo CULTARTE, por exemplo, seus integrantes participam das reuniões do projeto, trazem demanda da comunidade para pensar em ações em conjunto. Participaram efetivamente da organização do último ETCBES, pois alguns integrantes fazem parte do bairro do Beiru, que sediou o último evento. O coletivo como um todo participou do evento expondo mercadorias para comercializar, mas acima de tudo, confeccionaram peças próprias que simbolizasse e caracterizasse a comunidade do Beiru.

Da mesma forma encontram-se o Coletivo Espalhafatos e o Domingo Alternativo, os quais, participam das reuniões apresentam demandas ao projeto e participaram efetivamente da organização do último ETCBES e também apresentaram artigos e painéis no evento. Cada pessoa ou grupo tinha uma responsabilidade para com o evento ETBCES, assim, conforme a área de atuação do grupo Espalhafatos ficou responsável pelo registro fotográfico e filmagem do evento. O Domingo Alternativo, Rádio *Web* Juventude no Colégio Estadual Roberto Santos, Assessoria de Comunicação do Núcleo de Jornalismo da UNEB ficaram responsável pela divulgação antes, durante e pós-evento.

A COOFE, uma importante parceira que representa o sucesso da incubação de longo prazo. Além das agências de fomento, editais Órgãos de financiamento e de concessão de bolsas que contribuem para com o projeto.

A concepção de trabalho da equipe TBC, Cabula e entorno funciona como um fomentador, pois trabalha a partir de um processo pedagógico, não tendo a intenção de ser intervencionista, de maneira que a universidade faça todas as ações. É um projeto que não tem a ansiedade de apresentar resultados, sobretudo, existe

uma preocupação pedagógica bastante forte, pois o intuito é que as iniciativas emergjam da comunidade e das suas organizações.

Existe uma governança no Cabula e entorno que tem como origem o projeto TBC, Cabula e entorno, mesmo que a equipe do projeto queria ser imparcial, a governança ocorre, pois há uma interferência, essa ocorre por meio da equipe multidisciplinar, técnicos, professores, pesquisadores e alunos que realizam diversas ações, por meio dos eventos, feiras, oficinas entre outros.

Da mesma forma, o arranjo envolto do projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio de Jovens Negros, apresenta governança, a qual envolve diversas organizações. Essa governança funciona como um encadeamento de esforços, em prol de objetivos em comum pré-estipulados no projeto.

O projeto em questão é uma das várias ações desenvolvidas pelo projeto Ágata Esmeralda, assim como o CAPDEVER. Possui grande empenho em ação de prevenção às drogas com metodologias trabalhadas por meio da educação.

Sendo esta metodologia educacional, considerada o ponto forte desta governança. Assim, o projeto tem o intuito de afastar crianças e adolescentes das ruas e do contato com a criminalidade, por meio de atividades na área da educação, artística e cultural, a partir de aulas de dança e capoeira, oficinas de percussão, além de reforço escolar, aulas de grafiteagem, dentre outras.

Esse encadeamento de esforços envolto ao projeto *Motumbaxé*, apresenta-se como protagonista o Projeto Ágata Esmeralda, bem como o CAPDEVER. Esse protagonismo se dá, pois o projeto está dentro deste centro que é um espaço importante para pratica do esporte, oferecendo oportunidades, apoio, acompanhamento e atenção aos jovens. Neste local ocorrem normalmente reuniões, nas quais os educadores de todas as áreas, bem como, estudantes e coordenadores tem vínculo com a cooperativa de educadores que faz parte do centro ou com o projeto Ágata Esmeralda.

A missão do centro está entre outras: conscientizar e lutar pela emancipação, sobretudo dos afrodescendentes; promover alternativas econômicas de solidariedade e de geração de renda; promover o reforço escolar, com intervenções nos planos biológico, psicológico, cultural e espiritual, a partir das raízes afro e cristãs, para manter a criança na escola, evitando, assim, a marginalização e promover ações educacionais, artísticas e culturais para crianças, adolescentes e jovens, de modo a melhorar a autoestima e tornar plena a cidadania e a consciência étnica e Incentivar

e capacitar a comunidade para sua organização civil, oferecendo orientação jurídica para os direitos sociais, civis e políticos, sobretudo das Comunidades Afrodescendentes (CAPDEVER, 2016).

No espaço do CAPDEVER ocorrem as reuniões, seminários, oficinas, aulas da educação integral, grafite, artesanato, percussão, dança, capoeira, além de ser utilizado como centro cultural, pois é neste espaço que acontecem os eventos promovidos por grande parte dos atores do envolvimento ao arranjo do projeto *Motumbaxé*, bem como encontros culturais.

Os profissionais que ministram essas atividades fazem parte de uma cooperativa de educadores da região de Sussuarana, o qual conta com profissionais das diversas áreas do conhecimento e contemplam todas as atividades listadas acima.

Além deste espaço, o projeto conta com outros espaços cedidos por parceiros, para a realização de todas essas ações, a exemplo dos seminários sobre educação integral “Educar é amar e transformar” que aconteceu com a parceria: faculdade de Educação da Bahia (FEBA), faculdades integradas OLGA METTING. Contam também com mais de 300 educadores e professores do projeto Agata Smeralda, Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA) e a Associação Escola Católica (AEC).

Outros parceiros que privilegiam os diversos eventos promovidos pelo projeto em questão são: CENPAH, Paróquia São Daniel Camboni de Sussuarana, ASA, Pastorais Sociais, Pastoral do Menor, Pastoral da Sobriedade, Pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa. Amigos Quilombolas de *Caji Quingoma*, Associação de moradores do lixão de Lauro de Freitas, além das ONGS e entidades: Projeto Conexão Vida; Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CASE), Associação Escolas Católicas (AEC), CEAFFRO, Centro Social Dom Lucas, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Também faz parte do arranjo a Comissão Organizadora de Sussuarana (COS), a qual é composta por um conjunto de organizações, a saber: Associação de Mulheres de Sussuarana (AMS), que apoia os vários movimentos promovidos pelo projeto. Grupo Artístico e Cultural *Oloruns da Arte* (GACOA), Grupo de Apoio às Causas Culturais e Sociais de Sussuarana (GAACSS), CENPAH, CEDHU e Grupo de capoeira Sempre Alerta – como o projeto com as aulas de capoeira para os alunos do projeto que são membros da comunidade de Sussuarana. Grupo de Valsa Embalos

de um Sonho – que apoia com aulas de valsa. Terreiro *Tumba* Jussara, Terreiro *Ilê Axé Ominijá* – que tem o projeto Mãos do Axé que contempla em sua maioria as mães, jovens, mulheres de Sussuarana. Grupo de poesia *Ágape* que promove eventos culturais no espaço CAPDEVER. Associação de Capoeira Educapoeira – apoia com aulas de capoeira. Paróquia São Daniel Comboni, Grupo de Percussão Urbanidade, representantes do CAPDEVER e do Sarau da Onça.

O coletivo Sarau da Onça se apropria em especial da poesia para se expressar e protestar contra a violência, a desigualdade social e racial e o preconceito enfrentado por moradores da comunidade. Atualmente utiliza o espaço do CAPDEVER para reuniões do grupo e para promover seus eventos apresentações musicais, leituras poéticas e canjas de hip hop e outras atividades culturais. Esses eventos são abertos ao público.

A COS por meio de seus representantes apoia e desenvolve atividades em conjunto com o projeto *Motumbaxé* em prol da comunidade. Os representantes da COS, também participam ativamente de conselhos, fóruns, assembleias e a fins dando voz a comunidade. O que caracteriza governança comunitária.

Assim, a participação da sociedade civil e os agentes socioeconômicos possibilita integrar o conhecimento popular e organizacional na formulação e implementação de ações em um esforço coletivo a resolução das demandas e da melhoria da qualidade de vida das comunidades. Dando legitimidade ao governo local com uma governança compartilhada pela comunidade.

Nesta perspectiva, a sociedade por meio de sua governança, cria condições para que essa classe menos favorecida possa circular no cenário urbano (socioeconômico, sociocultural, socioambiental e socioeducativo) o qual está cada vez mais restrito às comunidades carentes. Isso é reforçado por Béal (2012), mostrando essa governança comunitária tem o intuito de criar e fortalecer o processo gerencial e dialógico entre Estado, Mercado e Sociedade civil.

Neste processo de governança autogestionária aos quais todos tem voz ativa de falar, opinar na contribuição de um processo coletivo, assim, a governança é praticada diante da ampliação e empoderamento do cidadão, este tem por responsabilidade a construção de sua história, sendo que o mesmo é o personagem principal de seu próprio desenvolvimento sociocultural e econômico e dos que estão a sua volta.

Este processo envolve todo o arranjo que forma uma coletividade motivada e engajada, a participar de todos os processos desde o planejamento, coordenação, execução até a avaliação de seus resultados, o que fortalece a governança e a legitimidade socioinstitucional desse arranjo emancipatório.

No entanto, esta prática e envolvimento social de acordo com Putnam (2000), dependem do capital social de uma determinada localidade, em especial quando necessita de uma posição do Estado como fomentador ou precursor de uma nova parceria perante a relação já mencionada acima. Não obstante, essa pesquisa apresenta iniciativas que consegue com dificuldades transformar boa vontade em boa prática com avanço em especialmente na questão sociocultural, mas também com aspectos socioeconômicos para uma sociedade mais justa, contribuindo paralelamente para as questões da governança urbana.

Relacionado aos órgãos governamentais, participam do arranjo a Prefeitura de Salvador, Prefeitura de Lauro Freitas com suas Secretarias de Igualdade Racial, Secretária Estadual da Pobreza e o que se destaque em especial na localidade onde localiza o arranjo é o CESOL de Sussuarana.

O CESOL de Sussuarana é uma organização governamental que desenvolve diversas atividades com foco a fomentar a economia solidária e o comércio justo por meio do atendimento a empreendimentos de economia solidária do Cabula e entorno, sendo esses na forma de grupos produtivos organizados no formato de cooperativas, associações ou grupos em processo de formação.

Esta entidade governamental apoia muitas iniciativas entrelaçadas ao arranjo do projeto *Motumbaxé*, entre ela: Terreiro *Ilê Axé Ominijá*, Grupo de poesia *Ágape*, CAPDEVER, Sarau da Onça. Apoia também iniciativas relacionadas ao arranjo do projeto TBC, Cabula e entorno, a Cozinha comunitária tempero de mãe, outras iniciativas comentaram que conhece o trabalho e querem participar das atividades desenvolvidas pelo centro. Além de outras que não fazem parte dos arranjos diretamente, entre elas: Belladecor artes em flores, Bete alimentos, Criando com as mãos, Grupo Cultural Fazendo com as Mãos e Amor Divinos lanches.

Esses arranjos se caracterizam como importantes para a formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de forma que para uma construção adequada de arranjos institucionais são necessárias políticas públicas estruturadas (FIANI, 2013).

Levando em consideração as palavras de Procopiuck (2013), onde se explica a governança como sistemas políticos que tenham identidade concreta, um limite claro e uma aparência definida, sendo fundada em direitos e deveres específicos formalmente instituídos, sendo este um novo modo de governar de forma mais cooperativa, justa, compartilhada, autogestionária e porque não acrescentar outro adjetivo, “comunitária” sendo também uma forma de governança de base comunitária, a qual as bases também participam do processo e trazem as demandas da comunidade.

Reforçado por Sampaio (et al., 2014a) que as iniciativas envolta dos arranjos estão produzindo e reproduzindo lógicas instrumentais de caráter mais coletivo, criando opção ao modelo economicista, utilitarista, materialista e individualista.

O entrelaçamento de iniciativas que se desenhou envolto aos projetos em questão é perceptível na sua metodologia pedagógica de trabalho por meio da educação, identificado como um espaço de aprendizagem social e política. Sendo estes espaços de aprendizagem social e política, sendo oportunidades para a vivência desses atores, para praticar comportamentos, condutas, valores experiências e conhecimento por meio de diálogo entre os diferentes atores da sociedade e com o Estado. Isso se caracteriza como espaço de governança.

Dessa forma, pode se dizer que existe governança no Cabula e entorno e essa governança tem como origem o projeto TBC, Cabula e entorno e o projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio, pois ambos os projetos trabalham, com uma metodologia pedagógica, e com o apoio e parceria de várias iniciativas relacionadas a esses projetos, são realizadas diversas ações, a exemplo: eventos, feiras, oficinas, seminários, aulas entre outros.

6.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS QUE FAVORECEM O DESENVOLVIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Com o intuito de responder aos questionamentos apresentados na introdução deste trabalho e na matriz analítica, houve um esforço para identificar a governança do Cabula e entorno. A qual se apresentou mediante os projetos TBC, Cabula e entorno tendo como principais protagonistas a Universidade do Estado da Bahia e a ITCP/UNEB e o projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio de jovens negros em que se destaca como protagonista o projeto Agata Esmeralda e o Centro Afro Promoção,

Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin – *Motumbá* – *Motumbaxé* conhecido pela sigla CAPDEVER.

Envolto a esses projetos foram identificadas diversas iniciativas, sendo essas de diferentes áreas, umas com caráter mais sociopolíticas e outras mais socioprodutivas: artesanato, alimentício, costura, comunicação, órgãos públicos (Secretaria, Centros Públicos, Prefeitura, escolas, universidades entre outros), grupos culturais, centros educacionais da Igreja Católica, universidade, Incubadora de empreendimentos econômicos e solidários, associação de moradores e terreiro de candomblé.

Na linha cultural, são exemplos: grupo CULTARTE (o qual também apresenta aspecto artesanal), Ágape, Sarau da Onça, Espalhafatos (voltado mais para a área de comunicação), Domingo Alternativo, com a participação inclusive de poetas. Iniciativas educacionais a exemplos dos centros CEDHU, CENPAH, CAPDEVER, participação de movimentos religiosos a exemplos de pastorais e terreiros de candomblé. Grupos alimentícios, a exemplo das cozinhas comunitárias e a COOFE, além de iniciativas relacionadas a eventos, associações de moradores, comunicação e turismo de base comunitário.

Essas iniciativas identificadas por este trabalho estão localizadas no Cabula e entorno, contudo, com grande representatividade em três bairros em especial: 28% Cabula, 12% Beiru, 35% Sussuarana os outros 25% estão distribuídos nos demais bairros. A participação dessas iniciativas se dá por meio de atividades culturais, educacionais, artesanais, entre outros.

Essas iniciativas são coordenadas pelos seus próprios membros: os moradores da comunidade. Essa coordenação se dá na maioria das iniciativas por meio de uma estrutura a qual cada integrante possui uma responsabilidade. Essa estrutura é composta por: coordenador, vice-coordenador, tesoureiro e vice-tesoureiro. Em alguns casos existem outras figuras e denominações, a exemplo da figura do presidente a qual compõe a estrutura da associação de moradores. Todas essas representações tentam trabalhar de forma autogestionária conforme os princípios da economia solidária.

Das iniciativas identificadas. 50% apresentam algum tipo de relatório, documento, esboço ou rascunho, formal ou informal de sistematização de suas ações e resultados das Políticas Públicas, contudo este trabalho teve acesso a 25% do material. As que possuem sistematização são por meio de documentos internos,

livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos, arquivos, relatórios reportagens em revista, jornais e até mesmo registros no *Youtube*. Esses documentos são importantes para a disseminação do conhecimento, mas, sobretudo, para identificar e analisar com maiores informações e detalhes as ações das iniciativas.

De acordo com as entrevistas as principais deficiências das Políticas Públicas estão relacionadas: ausência de espaço cultural e de lazer; ponto de comercialização fixo; recurso financeiro: pois os microcréditos e finanças solidárias, não atendem a real necessidade dos empreendimentos. Muitas iniciativas estão na informalidade, ou não tem contrapartida para oferecer no empréstimo (burocracia); falta de sistematização de ações e resultados efetivos das iniciativas; órgãos públicos, a própria SESOL não pode adquirir produtos dos empreendimentos de ECOSOL, pois estão na informalidade e a burocracia não permite a negociação dos produtos; Falta de continuidade dos projetos (estes são feitos para a comunidade, mas não pela comunidade); falta de retorno com os resultados dos projetos e na maioria dos casos, os recursos do projeto não prevê verba para locação de espaços, equipamentos, giro de caixa entre outros.

Conforme as entrevistas e observação de campo são muitos problemas enfrentados pelas comunidades. Relacionadas com a falta ou precariedade dos serviços públicos e manutenção dos mesmos, são exemplos: habitação e saneamento básico, obras públicas paradas e com fiscalização inadequada, ausência de infraestrutura como drenagem; com relação a pavimentação e iluminação: falta de acessibilidade, espaços culturais, falta de fiscalização em áreas públicas, falta de locais adequados para colocação de contêineres para descarte de lixo; com relação a mobilidade e transporte: ausência de mobilidade urbana, congestionamento, ocupação desordenada de vendedores informais nos espaços públicos, falta de fiscalização sobre o trânsito (Estrada das Barreiras e Av. Silveira Martins), ausência de pavimentação asfáltica, falta de integração entre ônibus e metrô, ausência de ciclo faixas.

Com relação aos serviços e equipamentos públicos: insuficiência e falta de creches, ausência de unidades de saúde ou sem equipamentos, escolas públicas com problemas de infraestrutura. Já nos espaços públicos e segurança: ausência de espaços de lazer e interação, poucos espaços esportivos e precários, muitas áreas abandonadas, problemas de segurança pública. No item ambiente e cultura: falta de

comunicação da Prefeitura sobre suas ações e programas, desmatamento das áreas verdes, invasão do horto florestal.

Um dos problemas dos grupos socioculturais salvo a questão financeira e a falta de equipamentos é a questão do espaço. No caso do Sarau da Onça os encontros ocorriam no espaço CENPAH/CDHU, mas com o aumento dos participantes do grupo o espaço acabou não dando conta da demanda. Em parceria com o CAPDEVER, os encontros passaram a ser neste espaço, contudo, esse local contém um palco com cobertura e o restante do espaço é aberto e, o grupo necessita de um lugar fechado.

O grupo Domingo Alternativo, também carece de espaço, algumas ocasiões realizaram seus eventos no espaço público/privado, público porque é no meio da rua, privado, pois é espaço de parada final de ônibus. Com isso, precisam de autorização para ocupar o local, para não correr o risco de perderem os equipamentos dos integrantes do grupo. Com os demais grupos, a exemplo do Ágape, Espalhafatos e outros a situação não é diferente. O mesmo ocorre com os grupos de artesãos e costureiras, os quais são carentes de espaço físico permanente para comercialização.

Assim ressalta-se a importância de espaços voltados à cultura nas comunidades, onde esses grupos pudessem utilizar para realizar seus encontros e sua interação com a comunidade, bem como, esse espaço também pode servir como ponto de comercialização durante o horário comercial para os empreendimentos socioprodutivos negociarem seus produtos, gerando renda para a comunidade.

Outro problema é apontado por um integrante do grupo Espalhafatos relacionado ao lixo, este problema abrange todas as comunidades, umas mais outras menos. Os resíduos são depositados em caçambas/contêineres, que ficam distribuídos em pontos específicos nas comunidades. Um desses pontos em especial, localizado no bairro Beiru nos arredores de um colégio, pode ser denominado de “lixão” tamanho a dimensão de resíduos que ali está concentrado.

Segundo moradores da comunidade, existem todo um movimento de mobilização para que as autoridades locais retirem o lixo. Contudo, para integrantes do grupo Espalhafatos, a questão vai, além disso, antes de retirar o lixo, precisa se pensar para onde que vai esses detritos. Eles apontam que em primeiro momento deveria ser pensado em reduzir a quantidade de lixo que chega até esse espaço, no intuito de não aumentar o volume de lixo.

A cooperativa Espalhafatos tem pensado em um projeto desenvolvido aos poucos por meio de educação nas escolas com as crianças e nas próprias residências, para que as crianças em especial iniciem a separação desse lixo dentro das casas e dando outro destino a eles, talvez reduzindo consideravelmente a quantidade de lixo que chega na caçamba, exista a possibilidade que essa caçamba possa permanecer neste local. Melhorando assim o ambiente, mesmo tendo o depósito de lixo, mas com um aspecto melhor, menos desagradável e agressivo. Mas, o desafio está em sistematizar e escrever o projeto e depois correr atrás de parcerias e apoio (moradores, comerciantes, escolas, recicladores, prefeitura e entidades de apoio).

Outro problema apontado pelas iniciativas está relacionado aos microcréditos e finanças solidárias, os quais não atendem a real necessidade dos empreendimentos, onde os empréstimos são possuem valores muito baixos e não suprem a necessidade das iniciativas, e muitas vezes a negociação é barrada pela burocracia, pois na maioria das vezes o empreendimento está na informalidade, e todas as linhas de créditos são voltadas para empreendimentos formais.

O governo, prefeitura ou até mesmo a própria superintendência de economia solidária não pode adquirir produtos dos empreendimentos de economia solidária, pois, são barrados na burocracia.

Foram apontados pelas iniciativas como problema, a falta de continuidade de projetos de economia solidária. Esses nascem de ações benevolentes, com período de dois anos de execução, com certo recurso para atender alguns empreendimentos. Realizam um trabalho forte, primeiro de aproximação, o que leva um período de seis meses a um ano, seguido de trabalho forte de formação. Encerra-se o ciclo de dois anos do projeto este não é renovado, aí fica o empreendimento tendo que exercer a autogestão sem qualquer tipo de apoio ou acompanhamento.

Em contrapartida a essas dificuldades, as iniciativas estudadas apresentam resultados efetivos apoiados pelo arranjo.

Mesmo com a ausência de espaço cultural no Cabula e entorno, as iniciativas que desenvolvem trabalhos de caráter artístico e cultural, apontam que pouco mais de 42% dessas iniciativas tem conseguido por meio de articulação com diversos parceiros, desenvolver as suas atividades em espaços cedidos por eles, a exemplo: CENPAH, UNEB, CAPDEVER, Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, Colégios Helena Magalhães, Edvaldo Fernandes, Aliomar Baleeiro, Roberto Santos e outras

instituições, além de algumas iniciativas desenvolverem suas atividades na rua (espaço público).

As iniciativas que apresentam características mais socioprodutivas, a exemplo dos grupos de artesanatos, confecção e pintores, alegam necessitar de ponto para comercializar seus produtos, sobretudo fixo. As entidades de apoio e fomento vêm tentando articular espaço para a promoção feiras para comercialização dos produtos produzidos por essas iniciativas. Contudo, existem relatos que o retorno não tem sido satisfatório e sim, gerado custos de deslocamento. Por outro lado, existem relatos de vendas satisfatórias nessas feiras.

Na ocasião da visita a campo, a UNEB esteve em greve e neste período estava programado duas feiras que foram canceladas o que pode ter influenciado para que algumas pessoas avaliassem negativamente o resultado das feiras.

Neste sentido, talvez fosse interessante realizar uma pesquisa que traga um diagnóstico dos motivos de alguns empreendimentos venderem mais que outros, os prováveis resultados podem ser vários entre eles: a questão de acabamento do produto; seguimento do produto; criatividade ou o tipo de produto comercializado. Poderia ser realizada pesquisa de satisfação aos visitantes da feira, bem como que tipo de produtos eles procuram neste tipo de feira, o que chama a atenção. E até mesmo uma pesquisa que mapeie todos os produtos comercializados para que sejam apontados outros produtos que se necessitem expor nessas feiras.

Dessas iniciativas que expõe seus produtos nas feiras, 20% delas estão articulando com parceiros da comunidade a exemplo de mercados, secretarias e eventos que acontecem nas comunidades e em toda Salvador, e por meio de ofícios, vem conseguindo expor seus produtos nestes locais por um determinado período. Essas ações têm aumentado as vendas em 50% o que segundo eles tem é um resultado positivo. As iniciativas têm conseguido esses ofícios com a ajuda da CESOL apoiando esses empreendimentos.

Algumas dessas iniciativas que comercializam nas feiras estão entrelaçadas aos arranjos do TBC e Motumbaxé. São formadas por grupos de artesanatos que confeccionam produtos variados (vasos, bijuterias, flores, arranjos, almofadas, bolsas, carteiras, fuxicos, utensílios domésticos, e outros), fazendo uso ou não de materiais reciclados (tecidos, filtro de café, jornal revista, caixa de leite, garrafa pet, entre materiais diversos). Grupos de costureiras que confeccionam peças diversas, muitas delas originais com simbologias representativas da história da comunidade (confecção

de roupas, lingerie, reformas, ajustes, entre vários outros). Alguns desses grupos mesclam entre artesanato e costura, a exemplo dos grupos: Criando com as Mãos, Grupo Cultural Fazendo com as Mãos, Belladecor e CULTARTE.

Relacionado aos problemas financeiros, pouco mais de 41% das iniciativas estão buscando apoio direto em editais para obter, em especial, recurso financeiro para desenvolver seus projetos. Dessas iniciativas, 60% já tiveram um ou mais projetos aprovados em editais financiados por agências governamentais a exemplo da SETRE/SESOL entre outras entidades que apoiam essas iniciativas. Isso traz inúmeros benefícios a toda comunidade, e pode ser a solução para inúmeros problemas apontados por eles:

- a) Previsão de recurso financeiro para aquisição de equipamentos, estrutura física e insumos em geral;
- b) As ações e resultados serão sistematizados por eles, uma vez que precisa ter prestações de conta por meio de relatórios de ações e resultados;
- c) No período de vigência do projeto as iniciativas podem se estruturar fisicamente, com espaço físico para comercialização e aquisição de equipamentos apropriados para produzir seus produtos – pode dar seguimento a comercialização. Em dois anos que normalmente é o prazo de vigência desses projetos, é possível estruturar todos esses elementos. Com o término do projeto, mesmo que este não seja renovado, esses podem continuar executando suas atividades, uma vez que o empreendimento se torne sustentável, por meio da comercialização de seus produtos. Isso também é um indicador para que as iniciativas se formalizem, com isso terão mais acesso ao crédito e pode abrir um nicho de mercado que são as instituições governamentais entre outros.

Entre os resultados mais relevantes observados por este trabalho estão as iniciativas envoltas nos arranjos apresentados desde o capítulo 6. É destaque o projeto em processo de execução e formação, denominado “Turismo de Base Comunitária (TBC) Cabula e entorno”, que se apresenta como um potencial, devido a sua intenção de mobilização de dezessete bairros por ele abrangidos, com o intuito de formar e criar Roteiros Turísticos Urbanos Alternativos, Responsáveis e Solidários (RTUARSS), os quais almejam a formação de uma Cooperativa de Receptivos Populares especializada nesta forma de turismo.

A partir de uma metodologia pedagógica, o TBC não desenvolve um trabalho “para”, e sim “com” o envolvimento efetivo da comunidade, ou seja, a construção ocorre em conjunto. Com o diálogo constante com as comunidades e as demandas trazidas por estas, são realizadas ações em conjunto, a exemplo da oficina de produção de textos.

Como resultado desta ação, atualmente, a comunidade tem produzido textos acadêmicos aprovados em eventos realizados nas escolas da comunidade. O intuito é inverter a relação da universidade com a comunidade, na qual esta deixa de ser o objeto de estudo e passa a ser o sujeito colaborativo, assim sendo realizadas parcerias entre atores da comunidade com atores acadêmicos.

Nessas práticas de coautorias (mestrandos e doutorandos com atores da comunidade), em produção acadêmica, é observado maior engajamento da comunidade, pelo fato da mesma não se sentir explorada, e sim pelo fato de sentir-se pertencente.

Outras atividades desenvolvidas pela equipe do projeto são estudo e pesquisa de gabinete e de campo, em fontes primárias e secundárias; reuniões; encontros e visitas e oficinas nos bairros do entorno da UNEB; amostras culturais; feiras de meio ambiente e saúde; apresentação de trabalhos em eventos científico local, regional, nacional e internacional; publicação da cartilha (in)formativa sobre turismo de base comunitária “O ABC do TBC”; publicação do livro “Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno”; publicações de artigos em anais, revistas e capítulos de livros; e a promoção do evento “Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária” (ETBCES), cuja primeira edição ocorreu em 6 de Julho do ano de 2011 e a quinta edição aconteceu de 12 a 16 de agosto de 2015.

O V ETBCES ocorreu no bairro do Beiru, sediado pelo Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, organizado totalmente pela comunidade com o apoio dos técnicos do projeto TBC Cabula e entorno. As reuniões de organização que antecederam o evento contaram com a participação de vários representantes da comunidade do Beiru, entre eles estiveram presentes representantes dos grupos: Domingo Alternativo, Espalhafatos, CULTARTE, Cozinha Comunitária Tempero de Mãe, pesquisadores visitantes, a coordenadora do projeto TBC, além de técnicos da equipe multidisciplinar, bolsistas e pesquisadores.

Os representantes da comunidade do Beiru que organizaram todo o evento, desde o local onde ocorreriam as reuniões para a organização do evento, passando pelo local que foi sediado o evento, os artistas que iriam expor suas obras, o que seria trabalhado nas oficinas e apresentações musical e cultural (dança, capoeira, poesias entre outros), pensaram e decidiram tudo em conjunto, inclusive, quais seriam os pontos turísticos da comunidade e quais eles queriam mostrar e incluir para a visita no roteiro turístico.

O evento contou também com a IV Mostra de Cultura e Produção Associada ao Turismo e à Economia Solidária; III Feira de Meio Ambiente e Saúde, bem como o I Circuito Gastronômico. A temática do evento foi “Sociedade em transição, cultura de paz e sustentabilidade”. O evento contou com mesas de conversa e debates sobre as temáticas em foco e apresentação de trabalhos de pesquisa - inclusive com trabalhos e painéis aprovados e apresentados de moradores da comunidade do Beiru.

Os resultados relacionados a produção e disseminação do conhecimento são por meio de produções científica sobre o projeto e o resgate da história dos bairros e outras estão em andamento entre: teses, dissertações, monografias, artigos, reportagens, vídeos e outros.

O TBC é entendido como modelo epistemológico para a organização, e essa organização é tecida pela própria comunidade, pois, os atores sociais envolvidos podem se interessar por trabalhos diversos no bairro, fazendo exposição em local que considere conveniente e, dessa forma, tecendo a configuração da rede de governança.

Para a coordenadora do projeto, as ações ainda são incipientes, não sendo possível dizer se existe uma rede que sustente e fortaleça o TBC, pois o projeto e as iniciativas estão em processo de amadurecimento, em fase de formação para dar-se conta da importância do bairro, sentimento de pertencimento, valorização de sua identidade e de sentir-se orgulhoso pelos atrativos e belezas que seu bairro possa oferecer.

Contudo, é possível perceber que existe um arranjo envolto do TBC, a exemplo da UNEB, ITCP/UNEB, grupo Cultarte, cooperativa Espalhafatos, Domingo Alternativo e a COOFE, que apoiam o projeto e fortalece a partir do momento que se apropriam do propósito do mesmo e o disseminam, fazendo com que outras pessoas conheçam o projeto e queiram se vincular participando das oficinas e adentrar neste universo do TBC.

Faz parte do arranjo TBC, o grupo Espalhafatos, que trabalha na promoção de eventos, com registro fotográfico, vídeos e edições. No início de suas atividades tiveram o apoio do projeto Moinho Solidário, por meio deste projeto conseguiram alguns equipamentos básicos para iniciar suas atividades. Ficaram surpreendidos, pois o projeto não teve renovação de contrato, e os equipamentos cedidos permaneceram no empreendimento. Para o desenvolvimento de suas atividades, necessitam de equipamentos complementares para que possam realizar e trabalhar dentro do potencial do grupo. Contudo, é graças aos equipamentos cedidos a que ainda conseguem trabalhar e dar sequência ao empreendimento.

Essa iniciativa, mesmo com muitas dificuldades, lhes dá certo poder, pois com os equipamentos cedidos pelo projeto, eles ainda têm certa autonomia por terem o básico para executar alguns trabalhos. Isso poderia ser reforçado, se eles tivessem recursos financeiros, para que todos os integrantes do grupo pudessem se dedicar exclusivamente ao empreendimento e todas as ideias e projetos que eles possuem.

Já a COOFE trabalha com produtos voltados a panificação. Em parceria com o Colegiado de Nutrição, professores e alunos do curso de Nutrição da União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), além de representantes do Posto de Saúde do bairro da Engomadeira, Rádio Comunitária, Pastorais da Saúde e da Criança, Associação Cultural Beneficente e Conselho de Moradores, começaram a desenvolver produtos voltados para pessoas com carências nutricionais da comunidade local (ITCP/UNEB, 2005).

Possui uma produção de pães integrais ricos em nutrientes, enriquecido com sementes de abóbora, rico em zinco, ferro e fibras, com valor diferenciado para os grupos de hipertensos e diabéticos atendidos pelo posto de saúde (conforme subsídio definido no projeto aprovado pela Petrobras) e com o preço normal de venda, de acordo com princípios da economia solidária e o preço justo. Também produz uma barra de cereal, com componentes de sementes de abóbora. A COOFE disponibiliza o espaço físico para os alunos de Nutrição vivenciar e praticar suas habilidades.

Destaca-se também pela sua atuação nas atividades do movimento da economia solidária para o fortalecimento das cooperativas, é integrante do Conselho de Economia Solidária da Bahia, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (CONSEA), a Rede de Alimentação de Economia Solidária da Bahia e a coordenação do Fórum Baiano de Economia Solidária.

Contudo, das 23 iniciativas apresentados, quase 35% fazem parte do arranjo do TBC. É um número representativo, contudo, o percurso para o TBC mobilizar todos os dezessete bairros e fazer parcerias com tantas iniciativas que ainda não fazem parte de seu arranjo, a exemplos das apresentadas por este estudo é longo, os torneientes que um projeto dessa grandeza é com resultados de longo prazo. Mas mesmo sendo incipientes, os resultados com as oficinas e a mobilização das comunidades nos eventos promovidos em parceria com o TBC, são indícios de que estão no caminho certo e com muitos resultados já alcançados.

O TBC, tendo em vista uma desarticulação da ordem social, o que inclui o Estado e, além dele, no sentido de uma economia alternativa, sociedade alternativa, o TBC entra neste espaço, na tentativa de fomentar esta escolha, assim, a ação não compensa a ausência do Estado, porém apresenta-se com um papel preponderante. O arranjo envolto do projeto TBC está produzindo o conhecimento sobre histórias do local, da origem dos nomes dos bairros, a exemplo do Beiru e do antigo quilombo cabula, por meio de dissertação e tese. Sem o acesso a tais informações, torna-se difícil que esses atores sociais se orgulhem de pertencer a essa localidade pelo fato de não a conhecer. Assim, pelo foco da organização da governança das articulações da rede que fortalecem o Cabula, o TBC aparece como uma das ações identificadas.

Os resultados das iniciativas envolvidas no arranjo do projeto *Motumbaxé* apresentam em sua essência ações educacionais e culturais as quais possuem uma representatividade de 64%.

Na área de educação, o problema de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2011, é que a educação de Salvador e sua qualidade é uma das mais baixas do país, ocupando o terceiro lugar de todas as capitais brasileiras no ensino fundamental (1º ao 5º ano) com média de 4,0, e o segundo pior desempenho no ensino médio (6º ao 9º ano) com média de 2,8.

De acordo com entrevistas realizadas com atores do campo da educação, esse baixo desempenho é resultado do curto período que os alunos frequentam a sala de aula. Relatam que os alunos desses períodos têm uma jornada escolar de 4 horas diária, sendo uma alternativa para reverter esses resultados negativos a implementação de escolas de tempo integral, a exemplo do projeto de educação integral, considerado pelos idealizadores como o desenvolvimento da pessoa humana nos aspectos físico, psíquico e espiritual. Tal projeto faz parte do projeto Agata Esmeralda.

Muitas das crianças que são atendidas pelo projeto na sede do CAPDEVER, em Sussuarana vivem do Programa Bolsa Família. Segundo a coordenadora do projeto “a falta de alimentação diária faz cair a produção e aprendizagem do aluno, as pessoas com fome, não pensam em aprender”.

Entre os benefícios para a comunidade que participam deste projeto, está a permanência das crianças na escola com a educação em período integral garantindo que elas tenham as refeições diárias na escola.

A coordenadora do projeto relatou que já sentiram a diferença de retorno na aprendizagem, melhora não apenas nas notas, mas em atitudes, no relacionamento com os colegas, melhoraram na escrita, na leitura, na fala, no pró-atividade, na disposição para participar das atividades complementares, roda de conversa, roda de espiritualidade ecumênica aberta a todas as orientações religiosas, oficinas de DJ's, percussão, capoeira, grafite, curso de manicure para as mães e para as adolescentes.

Nesta perspectiva, já foram atendidos por este projeto cerca de 391 pessoas de 3 à 59 anos, que participam não apenas da educação integral, mas de diversas atividades conforme citadas a cima.

Outra ação identificada na região de Sussuarana é o Bakhita, percebido por este estudo como complementares, mas não foram pensados dessa forma, pois, quando o adolescente ou jovem entra na fase do vestibular, este pode fazer uso do projeto Bakhita, em desenvolvimento há treze anos, auxiliado direta e indiretamente as pessoas no ingresso às universidades públicas e privadas.

O Bakhita tem como sede do CENPAH, trabalha no sentido de oportunizar um espaço de aprendizagem dialógica, proporcionando a construção do senso crítico e elevação da autoestima, além de resgatar a cultura e trajetória do povo negro, favorecendo assim a construção da identidade do cidadão e sentimento de se sentir parte da história e, sobretudo da comunidade.

As construções são pautadas pela participação efetiva e coletiva dos sujeitos, compreendendo tal iniciativa como a constituição de “cidadãos” que poderão desta mesma forma agregar a sociedade. O trabalho tem o intuito de incentivar e ampliar a discussão sobre as práticas pedagógicas de espaços não formais de educação, compreendendo a importância de tais práticas para um processo de ensino aprendizagem significativo e satisfatório não só para os que são atendidos, mas também para aqueles que lá estão em formação.

Como resultado deste projeto, segundo a coordenadora da iniciativa, mesmo não sendo um número oficial, devido a ausência de registro e dados que comprovem, este auxiliou mais de duzentas pessoas a ingressar à faculdade, outros foram contratados por essas instituições para lecionar. E muitos desses ex-alunos do projeto, capacitados, sentem-se e na obrigação social de ajudar o projeto e se tornam professores colaboradores.

Outra ação que merece destaque é desenvolvida por grupos culturais e educacionais, Sarau da Onça e Ágape de Sussuarana. Os adolescentes, jovens e adultos que participam desses grupos e integrantes da Comissão Organizadora de Sussuarana, são retratos do empoderamento da comunidade, enquanto coletivo na prática da governança na comunidade. Um exemplo são as pessoas que assumem sua identidade negra e o local que moram com orgulho. E buscam através da arte, da poesia, música, dança, e com muita boa fé, boa vontade de mostrar que a comunidade possui outra cara, e não apenas o lado da violência, das drogas, crime e da prostituição.

O Sarau vem como um movimento de autoafirmação da juventude do bairro, podendo ser considerada de um patamar altíssimo de qualquer ação, tamanha é o empoderamento dessa juventude, sendo eles o protagonista dessa história.

Segundo a coordenadora do projeto Bakhita, é resultado de uma ação pedagógica intensa para além dos muros da escola, sendo considerado pelos moradores um movimento de encantamento pelas letras. É um espaço autoral e de produção onde se expressa da melhor maneira possível os sentimentos e as percepções de mundo, então o Sarau da Onça e o grupo Ágape, possibilitam um espaço de fala e de escuta onde muitas vezes os jovens não têm em casa, na escola e nas ruas, então, neste espaço, os interessados poderão ser ouvidos. Participam desses movimentos pessoas de todas as idades. O que possibilita também um espaço de lazer para a comunidade.

Esses grupos de maneira inteligente traduzem suas vivências comunitária em torno do preconceito, da discriminação, violência, drogas, entre outros, e passam seu recado por meio de poesias. Em eventos promovidos por eles ou quinzenalmente em espaço cedido, eles declamam seus versos em forma de poesia, esse é o modo deles protestar e de expressão. Atualmente estão desenvolvendo suas atividades no espaço do CAPDEVER.

Segundo um dos integrantes do Sarau, a poesia é um politizador comunitário, através dela, existe a proposta de estimular, valorizar e acreditar em seu potencial, exercendo assim o papel de cidadania dentro da sociedade.

Um fato impressionante observado no Sarau durante a entrevista foi a consciência que os seus integrantes possuem da economia girar dentro da comunidade. De privilegiar a quitanda da esquina, a panificadora da comunidade, o colega que confecciona camisetas, o comerciante local e, não buscar de fora o que a comunidade oferece, a ideia é: *deixe girar dentro da comunidade a renda que vem de fora*.

Os integrantes do Sarau e os representantes da Comissão Organizadora de Sussuarana exercem sua cidadania participando de fóruns, congressos, conselhos entre outros.

Neste sentido, ao tratar dessa participação com os entrevistados: assembleias, fóruns, conselhos e outros grupos sociais, a representatividade de participação é de 30%, o que pode ser considerada um ponto muito positivo da praticada a cidadania. Pela governança que se apresenta nessas comunidades este percentual só tende a crescer, pois os atores reconhecem a importância dessa participação para a comunidade no exercício da cidadania.

Essa mobilização da comunidade é de extrema importância para o fortalecimento da participação social, o que acaba contribuindo para construção de uma cultura democrática aumentando a igualdade o que fortalece a governança da comunidade.

Este processo envolve todo o arranjo que está a sua volta que forma uma coletividade motivada e engajada, a participar de todos os processos desde o planejamento, coordenação, execução até a avaliação de seus resultados, o que fortalece a governança e a legitimidade socioinstitucional desse arranjo emancipatório.

7 CONCLUSÕES

Este capítulo tem a intenção de responder aos questionamentos levantados por este trabalho de pesquisa, a saber: questão problema, o qual confirmam os pressupostos, objetivos específicos e objetivo geral. No subcapítulo 7.4 constam recomendações para pesquisas futuras.

7.1 QUESTÃO PROBLEMA: QUAIS SÃO AS PRERROGATIVAS PARA ESTABELEECER GOVERNANÇA NOS ARRANJOS NECESSÁRIOS PARA PROMOVER INICIATIVAS SOCIOEMPREENDEDORAS?

Ao longo deste estudo, por meio de visita em campo, no bairro do Cabula, onde se entende Cabula por um conjunto de dezessete bairros que o formam, foi possível observar ao mesmo tempo um Estado presente, mas, ausente. Presente, pois ali está a prefeitura e seus diversos órgãos e secretarias, as escolas, habitação e saneamento básico, infraestrutura, pavimentação e iluminação, mobilidade e transporte, serviços e equipamentos públicos, espaços públicos e segurança, enfim, estão presentes todos os elementos que caracterizam um ambiente urbano.

Contudo, os serviços não chegam a todos os moradores dessas comunidades. Nas vielas falta iluminação pública, não tem coleta de lixo, pois o caminhão não passa. Quando chove, as ruas são alagadas e as residências, pois transbordam bueiros, por falta de drenagem adequada, saneamento básico e outros problemas. Não possuem tratamento de água e esgoto. Por conta dos alagamentos e falta de saneamento básico entre outros, a população adocece, mas não são todos que podem ser atendidos pela unidade familiar. Esta só atende as pessoas que são cadastradas que por sua vez precisam estar vinculadas a algum programa do governo, a exemplo o Bolsa Família. Quem não pode se cadastrar não pode ser atendido. A quadra de esporte está ali e o parquinho também, mas não há possibilidade de serem utilizados por falta de manutenção, alguns brinquedos estão quebrados e outros enferrujados. Ou seja, o Estado está presente, mas ao mesmo tempo ausente, pois o acesso e esses serviços não se estende a toda a população das comunidades.

Na tentativa de superação dessas deficiências de caráter urbano, esse trabalho privilegia a visão da ecossocioeconomia, pensada como um tripé indissociável para o desenvolvimento territorial sustentável, pois tem um olhar ambiental, social e econômico.

Levando em consideração a temática da ecossocioeconômica, a qual se baseia em experiências em curso, que se constituem como arranjos institucionais ou sociopolíticos, relevam conhecimento e identidade local e onde ainda prevalece a visão de efetividade territorial, a ecossocioeconomia surge como alternativa para tratar dos aprendizados apontados por iniciativas populares. Para Ignacy Sachs (2007) a ecossocioeconomia possui o desafio de superação como ação possível, evidenciando que há experiências propositivas em curso.

A ecossocioeconomia aponta alternativas de planejamento e gestão para se pensar o bem viver territorial de maneira sistematizada, parametrizadas nos postulados de um desenvolvimento sustentável, sustentado e incluyente. Dessa forma, em conjunto com os postulados da economia solidária, nos quais predominam princípios solidários, sobretudo, a autogestão. Considerando projetos demonstrativos urbanos, no bairro Cabula e entorno. Dessa forma, perguntou-se: quais são as prerrogativas para estabelecer governança nos arranjos necessários para promoção de empreendimentos socioeconômicos?

Neste pressuposto, analisou-se nesta pesquisa a presença de governança no cabula e entorno, onde o termo governança é entendido por iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente em administrar demandas públicas, por meio de um esforço em conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais (DALLABRIDA, 2003).

Ao mesmo tempo, identificaram-se os arranjos institucionais, compreendidos não somente na esfera governamental, mas também na esfera de apropriação da sociedade civil e de como ela está organizada, pressupondo uma estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável, traduzidas como processos coletivos de gestão participativa (SAMPAIO, 2008).

Dessa forma, chegou-se a duas configurações de arranjos o projeto TBC, Cabula e entorno e o projeto *Motumbaxé*: contra o extermínio de Jovens Negros. Ao mesmo tempo, identificaram-se nestes arranjos algumas prerrogativas necessárias para estabelecer a governança, atendendo a questão problema.

Uma vez que a governança está relacionada com a competência de dar retorno às demandas que a comunidade apresenta, neste caso, aos projetos, naturalmente exigem certa agilidade técnica e administrativa, envolvendo órgãos governamentais, instituições públicas e privadas.

Relacionados ao arranjo do TBC foi primordial a instalação deste projeto nas dependências da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o qual traz vantagens e privilégios relacionados ao uso do espaço físico, bem como facilitou a parceria com os professores, pesquisadores, alunos e bolsistas na inserção do projeto.

Outro fator relevante está relacionado ao vínculo do projeto com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNEB, com mais de 18 anos de atuação, no assessoramento, formação e estruturação de cooperativas populares para a promoção de trabalho, em especial na região do Cabula e entorno. A ITCP contribui para o fortalecimento das populações socialmente excluídas com a oportunidade de acesso à renda e a organização em formas solidárias de produção. A ITCP participa ativamente de atividades do movimento da economia solidária para o fortalecimento das cooperativas, Conselho de Economia Solidária da Bahia, Fórum Baiano de Economia Solidária entre outros.

Ambas as instituições, UNEB e ITCP, tem articulação com órgãos governamentais a exemplo da Prefeitura bairro Beiru/Tancredo Neves, Secretaria de Emprego Trabalho Renda e Esporte, a Superintendência de Economia Solidária e outras Secretarias.

Outra vantagem é a utilização dos espaços da UNEB, por exemplo, pelos empreendimentos socioeconômicos para reuniões de planejamento e também para produção de seus produtos coletivamente. Da mesma forma, é importante a articulação e promoção de eventos e feiras para a comercialização dos empreendimentos socioeconômicos, nos diversos espaços cedidos por vários parceiros possibilitando assim, a questão econômica.

As concessões de bolsas, editais aprovados em agências governamentais e de apoio e fomento as iniciativas de economia solidária fortalecem o arranjo, por meio de condições financeiras e de pessoal para auxiliar na execução do projeto bem como para implementação de ações.

Constata-se a existência de governança de base comunitária, configurando uma comunidade articulada, representadas pelos grupos: COOFE, CULTARTE, Espalhafatos, Domingo Alternativo, Sarau da Onça, Grupo Ágape, organizações

religiosas e educacionais, grupos do ramo alimentício, artesanato, confecção entre outros.

Relacionados ao arranjo do *Motumbaxé*, foi primordial a instalação deste projeto nas dependências do CAPDEVER e o vínculo com o projeto Ágata Esmeralda, o qual traz vantagens relacionadas ao uso do espaço físico, bem como facilitou a parceria com os professores e educandos.

A participação das iniciativas em conselhos, fóruns, assembleias e a fins dando voz a comunidade, caracteriza-se como governança comunitária. Assim, a participação da sociedade civil e os agentes socioeconômicos possibilita integrar o conhecimento popular e organizacional na formulação e implementação de ações em um esforço coletivo a resolução das demandas e da melhoria da qualidade de vida das comunidades. Dando legitimidade ao governo local com uma governança compartilhada pela comunidade.

A inserção do CAPDEVER tem por objetivo, conscientizar e lutar pela emancipação, sobretudo dos afrodescendentes; promover alternativas econômicas de solidariedade e de geração de renda; promover o reforço escolar entre outros.

Da mesma forma o CENPAH, cujo objetivo é articular ações que despertem o sentimento de pertença a partir da construção identitária dos afrodescendentes, o combate à intolerância religiosa e a construção da cidadania afrocentrada.

Por fim, mas não o menos importante, outra prerrogativa para estabelecer governança encontrada por este estudo é a inserção de uma agência do governo fisicamente instalada no bairro de Sussuarana, o Centro Público de Economia Solidária. Este desenvolve diversas atividades com foco a fomentar a economia solidária e o comércio justo por meio do atendimento a empreendimentos de economia solidária da Bahia, sendo esses na forma de grupos produtivos organizados no formato de cooperativas, associações ou grupos em processo de formação.

Contudo, em resposta a questão problema deste estudo e a partir de todas as prerrogativas apresentadas acima. Foi primordial para estabelecer governança nos arranjos dos projetos TBC e *Motumbaxé* em especial a inserção da universidade da UNEB, ITCP/UNEB, agências do governo fisicamente instaladas a exemplo da CESOL, SESOL, SETRE e secretarias, Prefeitura bairro Cabula/Tancredo Neves, CENPAH, CDHU e toda a comunidade articulada a exemplo do Sarau da Onça, Comissão Organizada de Sussuarana, Espalhafatos, COOFE, Ágape entre outros. Essas prerrogativas favorecem e promovem iniciativas socioempreendedoras.

Confirma-se assim o pressuposto no qual espaços urbanos, ao constituírem redes associativas ou organização da sociedade civil, atuando de maneira a contribuir para a concepção e implantação de políticas públicas, criam ambiência para a emergência de arranjos sociopolíticos e/ou socioprodutivos que, por sua vez, promovem iniciativas muitas vezes ainda invisíveis ao próprio Estado, em um primeiro momento.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Este capítulo destina-se a apresentação sucinta do alcance dos objetivos deste trabalho, contemplados e analisados no capítulo 6 desta pesquisa.

7.2.1 Mapeamento das iniciativas socioprodutivas e sociopolíticas relacionadas à ECOSOL desenvolvidas no Cabula e entorno

O mapeamento se deu a partir de pesquisas realizadas por vários instrumentos, a exemplo da Internet e rede de contato local. O ponto de partida do mapeamento e entrevista com atores das organizações do Cabula e entorno foram: Secretaria de Emprego Trabalho Renda e Esporte (SETRE), Superintendência de Economia Solidária (SESOL), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da BAHIA (ITCP-UNEB) do Cabula e o Centro Público de Economia Solidária (CESOL) de Sussuarana.

A partir do contato com essas organizações foram identificadas outras iniciativas: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Associação de Moradores – Amazonas de Baixo, Terreiro de Candomblé – Ilé Asé Ominijá, Domingo Alternativo, Grupo Ágape, Sarau da Onça, CAPDEVER – Centro Afro Promoção, Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin – *Motumbá* – *Motumbaxé*, CEDHU- Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini, Mangueira que tudo dá, Criando com as Mãos, Grupo Cultural Fazendo com as Mãos, Belladecor, Bete Alimentos, Amor Divino Lanches, CULTARTE, COOFE – Cooperativa de Múltiplas Fontes, Cozinha Comunitária Tempero de Mãe, Espalhafatos Cooperativa Baiana de Comunicação.

7.2.2 Identificação da estrutura da governança do arranjo sociopolítico e socioprodutivo das iniciativas de economia solidária no local

A partir das iniciativas apresentadas acima, foram identificados dois Arranjos, sendo eles os projetos: TBC Cabula e entorno e o *Motumbaxé*: contra o extermínio de jovens Negros, que compreendem um conjunto de iniciativas mapeadas e a partir delas se desenha a estrutura da governança.

Na estrutura de governança do Cabula e entorno destacam-se as instituições e os atores que se relacionam a partir de um arranjo com relações de: provedores de informações, fornecedores de insumos, cooperação, apoio, parceria, terceirizações etc. Estes aglomerados sociopolíticos e socioprodutivos visam a promoção de ações para o fortalecimento das demandas da comunidade, sejam elas, social, cultural, educacional, ambiental ou econômico.

Também compõe a estrutura dessa governança, normas, regras e os incentivos, os quais resultam em estratégias para regular a atividade econômica (governança legislativa, judicial e executiva).

Na estrutura de governança do Cabula e entorno, conforme apresentadas acima, destacam-se as instituições e os atores comunitários que se relacionam a partir dos arranjos.

7.2.3 Análise da governança das iniciativas de economia solidária do Cabula e entorno

Uma vez que a governança está relacionada com a competência de dar retorno às demandas que a comunidade apresenta, exige-se certa agilidade técnica e administrativa, envolvendo órgãos governamentais, instituições pública e privada.

Nesta perspectiva, apesar do limitado envolvimento dos órgãos governamentais, os arranjos do Cabula e entorno, possuem governança, sobretudo, de base comunitária, as quais envolvem diversas organizações além dos membros da comunidade. Essa governança de base comunitária funciona como um encadeamento de esforços, em prol de objetivos em comum, sugerindo uma metodologia de descentralização do processo de tomada de decisão, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

7.2.4 Análise dos resultados que favorecem o desenvolvimento dos empreendimentos solidários

A rede de governança no Cabula e entorno que tem como origem o projeto TBC Cabula e entorno e o projeto Motumbaxé: contra o extermínio de jovens negros, por meio de uma metodologia pedagógica, a qual o trabalho é desenvolvido com o envolvimento efetivo da comunidade, ou seja, a construção ocorre em conjunto e, com o apoio e parceria de várias organizações que se relacionam a esses projetos, apresentam resultados satisfatórios para com os empreendimentos solidários.

Esses resultados podem ser resumidos no formato de ações, a saber: seminários, eventos, promoções de feiras, oficinas, educação integral, atividades culturais: dança, canto, poesia, pintura, artesanato, grafiato entre outros. Dessa forma, envolvem os diversos atores do arranjo, os quais fortalecem ao mesmo tempo os projetos e as iniciativas.

7.3 OBJETIVO GERAL: ANALISAR A GOVERNANÇA DAS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CABULA, CONJUNTO DE 17 BAIRROS, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA

O conjunto de resultados obtidos por meios dos objetivos específicos deste trabalho contemplam o alcance do objetivo geral.

A partir da análise realizada no subcapítulo 7.2.3, apresentado por este trabalho, percebe-se que o Cabula e entorno apresenta governança a partir da rede conectada aos projetos TBC e *Motumbaxé*.

Contudo, este trabalho tem como base a ecossocioeconomia, a qual de acordo com Sampaio (2009) aponta alternativas de planejamento e gestão para pensarem o bem viver territorial de maneira sistematizada, parametrizadas nos postulados de um desenvolvimento sustentável, sustentado e incluyente.

Caracterizada por três modalidades de agir. O primeiro é o agir extraorganizacional, que é aquele que releva na ação organizacional o impacto da decisão sobre o entorno territorial. O segundo é o agir interorganizacional, que espacializa e temporaliza a organização dentro de um arranjo sociopolítico e socioeconômico. O último é o agir extrarracional, que valoriza a dimensão tácita do

conhecimento dos atores envolvidos, neste caso, nas comunidades do Cabula e entorno (SAMPAIO, 2009).

São perceptível as três modalidades nos arranjos estudados. O agir extraorganizacional, é perceptível uma vez que se evidencia o objetivo das ações e o resultado que essas deixam para a comunidade, a exemplo das oficinas de texto, realizados pelo projeto TBC, Cabula e entorno, o qual a demanda veio da comunidade e a intenção é inverter a relação da universidade com a comunidade, na qual esta deixa de ser o objeto de estudo e passa a ser o sujeito colaborativo, assim sendo realizadas parcerias entre atores da comunidade com atores acadêmicos. Apesar da limitada ação do Estado.

Nessas práticas de coautorias (mestrandos e doutorandos com atores da comunidade), em produção acadêmica, é observado maior engajamento da comunidade, pelo fato da mesma não se sentir explorada, e sim pelo fato de sentir-se pertencente. Neste exemplo, revela-se na ação o impacto, ou seja, o resultado da decisão sobre o entorno – neste caso, o maior engajamento da comunidade.

Utilizando o mesmo exemplo é contemplado o agir interorganizacional, o qual compartilha os benefícios resultantes dos impactos das ações, para todos os que estão dentro do um arranjo sociopolítico e socioeconômico. Ou seja, a partir das diversas ações desenvolvidas pelos arranjos a exemplo: seminários, eventos, promoções de feiras, oficinas, educação integral, atividades culturais: dança, canto, poesia, pintura, artesanato, grafiato entre outros. Dessa forma, envolve diversos atores do arranjo, o qual fortalece ambos, projeto e as iniciativas.

O último é o agir extrarracional, que valoriza a dimensão tácita do conhecimento dos atores envolvidos. No caso deste trabalho, os arranjos e as iniciativas que se conectam a eles. Foi relatado em ambos os arranjos que valorizam entre tanto: memórias (social, cultural), resgate da cultura, tradição, práticas, símbolos, histórias e estórias enriquecidas pelos saberes, sabores e fazeres comunitários. Alguns desses trabalhos já foram sistematizados em livros, teses, dissertações, monografias, artigos, trabalhos de conclusão de curso, reportagens entre outros. A busca e resgate dessas memórias da comunidade foram e continuam sendo realizadas por pesquisadores, professores, bolsistas e membros de várias iniciativas aqui apresentadas, para disseminar conhecimento de suas histórias e estórias.

Como resultado desse resgate este trabalho apresentou grupos de autoafirmação da juventude, jovens e adultos do Cabula e entorno, podendo ser considerada de um patamar altíssimo de qualquer ação, tamanha é o empoderamento dessas comunidades, sendo eles o protagonista dessa história.

Percebe-se que o estudo sistemático das ações locais e autogestionárias e a governança promovidas pela comunidade do Cabula e de seu entorno, oferecem a possibilidade de identificação de boas práticas adequadas a comunidade em questão, que podem vir a ser de grande valia para a gestão urbana e para a criação de políticas públicas.

Entende-se que as iniciativas estudadas contêm elementos que possam vir a ser alvo de críticas, sobretudo, este trabalho considera as características da ecossocioeconomia, a qual privilegia as iniciativas mesmo que não sejam isentas de críticas, mesmo assim continuam sendo experiências demonstrativas e merecem visibilidade. As quais pressupõe uma estratégia para o desenvolvimento comunitário por meio da governança participativa e comunitária.

Contudo, na tentativa de superação das deficiências apresentadas nas comunidades do Cabula e entorno, a partir de estudos relacionados aos aspectos analíticos de governança, sobretudo, no ambiente urbano, por meio de ações de políticas públicas geridas pela comunidade e inúmeros projetos e entidades de apoio e fomento a iniciativas de economia solidária, este trabalho de pesquisa buscou identificar essas ações de políticas públicas que pautam uma maior participação da sociedade civil no ambiente urbano. É nítida a consolidação de práticas e iniciativas como as descritas neste trabalho, pautadas pela governança no ambiente urbano.

Constata-se que a triangulação dos projetos TBC e *Motumbaxé*, entre organizações governamentais, terceiro setor e a sociedade civil organizada, sendo este entrelaçamento de esforços, em prol de objetivos em comum. Por meio de uma metodologia pedagógica, promovem espaços de aprendizagem social e política. Propicia uma ambiência para a vivência desses atores, para praticar comportamentos, condutas, valores experiências e conhecimento por meio de diálogo entre os diferentes atores da sociedade e com o Estado. Esses arranjos visam a promoção de ações, com o apoio e parceria de várias iniciativas que se relacionam entre si, são exemplos dessas ações: eventos, feiras, oficinas, seminários, aulas entre outros. As quais fortalecem as demandas da comunidade, seja elas, social, cultural, educacional,

ambiental ou econômico e, como contrapartida fortalecem os arranjos. Dessa forma, caracteriza-se a governança do Cabula e entorno.

7.4 RECOMENDAÇÕES

Este trabalho não teve a intenção de realizar um mapeamento aprofundado no Cabula e entorno, muito menos teve a intenção de esgotar o assunto pertinente aos questionamentos levantados por este.

Assim, algumas pesquisas podem vir a complementar os resultados deste estudo a exemplo de pesquisas que venham estudar a continuidade das atividades desenvolvidas pelos arranjos aqui identificados. No sentido de acompanhar a efetividade do propósito do projeto TBC Cabula e entorno, as quais almejam a formação de uma cooperativa de receptivos populares especializada no turismo de base comunitária.

Uma sugestão é que o próximo ETBCES seja sediado pela comunidade de Sussuarana, o qual poderá aumentar a parceria desses arranjos e a governança do Cabula e entorno.

Ao término da pesquisa, este trabalho despertou interesse de participar futuramente de um ETBCES, em todas as suas fases, desde a organização, articulação, evento e pós-evento. Conhecer e acompanhar por determinado período as iniciativas da ITCP/UNEB, bem como participar de todas as atividades do CESOL. Outro interesse está em conhecer mais a fundo os projetos Ágata Esmeralda e Bakhita, participar das atividades do coletivo Sarau da Onça, além de acompanhar o projeto Mãos do Axé e qual o arranjo que se forma.

Teve-se também o interesse de entrevistar os atores da iniciativa Coopertone, que é uma cooperativa de recicladores. Em contato com a coordenação, alegaram que já participaram de alguns trabalhos de pesquisa, mas tiveram contratemplos e no período de visita a campo não estavam abertos para pesquisas.

Este trabalho de pesquisa contribui para a disseminação do conhecimento, pertinentes as temáticas de arranjo institucional, governança, ecossocioeconomia, economia solidária e gestão urbana. Espera-se que outros trabalhos de pesquisa possam surgir a partir dele, sobretudo, que possa ser proveitoso para a comunidade do Cabula e entorno.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. BRITO, J. (org.). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Redesist, 2002.

ALVES, A. M. Construções de visões compartilhadas governança, diálogo federativo e participação social. IN: **I CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. Brasília, 2013. Anais. Brasília, 2013.

ALVES, F. K. LENZ, T. C. Z. HENRIQUEZ, C. Arranjos socioprodutivos de base comunitária. In: PHILIPPI JR, A.. SAMPAIO, C. A. C. FERNANDES, V. (org). **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2012. 1108p.

ALVES, K. SANTOS, A. C.S. Turismo de Base Comunitária e Tecnologias Educativas. IN: SILVA, F.P. S. (Org.). **Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. 313p.

ALVES, K. Turismo de Base Comunitária: fundamento histórico e abordagens conceituais. IN: SILVA, F.P. S. (Org.). **Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. 313p.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2007. 147 p.

BENKO, **Georges Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BÖRZEL, T. J. **Organizing Babylon: on the different conceptions of policy networks**, Public Administration, 1998, 76, 253-73.

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **The three forms of theoretical knowledge**. *Social Science Information*, v. 12, n. 1, p. 53-80, fev. 1973.

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise Crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

BRASIL, Ministério Do Trabalho E Emprego. **Mapeamento nacional de economia solidária 2010- 2012**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>. Acesso em: 10/10/2013.

BRASIL. **Lei delegada 66/83**. De 01 de junho de 1983. <disponível em:<<http://governo-ba.iusbrasil.com.br/legislacao/70067/lei-delegada-66-83>>acessado em 27 maio de 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **A economia solidária**. 2005. Disponível em:<<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acessado em: 18 mai. 2014.

BRUNA, G. C. Arranjos produtivos locais como estimuladores do desenvolvimento e da sustentabilidade. In: PHILIPPI JR, A.. SAMPAIO, C. A. C. FERNANDES, V. (org). **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2012. 1108p.

BÜTTENBENDER, P. L. **Arranjos institucionais, cooperação e desenvolvimento: redes econômicas**, tecnológicas e sociais: sementes do desenvolvimento agregando valor. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

BUZZATTI, A. P. A. **Economia popular solidária frente às transformações contemporâneas no mundo do trabalho**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFMS, 2007.

CABAN, L. C. **Análise comparativa das instituições e organizações agroindustriais citrícolas dos estados da Flórida (EUA) e São Paulo (Brasil)**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Engenharia da produção da universidade federal de São Carlos. 2008.

CAPDEVER, Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Ezequiel Ramin, **MOTUMBÁ – MOTUMBAXÉ**. Acessado em: <http://www.motumbaxe.com.br/projeto_motumbaxe > acessado em 17 de jan. 2016.

CAPRINI, F. NASCIMENTO, R. R. Motumbaxé: ações educadoras contra a violência- CAPDEVER Motumbaxé: re-vendo, re-programando e re-propondo estratégias e ações contra a violência e o extermínio da juventude. Salvador: Capdever Motumbaxé, 2015.

CARAVANTES, G. R. PANNO, C. C. KLOECKNER, M. C. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Pearson. 2005.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTELLS, M. BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Revista Novos Estudos**: CEBRAP, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

CASTRO, Yeda Pessoa. **Falares africanos na Bahia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

CAVALCANTE, A. T. M. **Financiamento e desenvolvimento local: um estudo sobre Arranjos Produtivos**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro

de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 2006.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

CORREIA, S. Érica, N. GOMEZ, C. P. FALCÃO, M. C. OLIVEIRA, V. M. CASTILLO, L. A. G. Turismo de base comunitária como inovação social: congruência entre os constructos. **Anais XVI ENGEMA**: Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente. 2014. Disponível em: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/228.pdf>>. Acessado em: 20 de Maio de 2015 às 20:21 horas.

COSTA, A. B. COSTA, B. M. Cooperação e capital em arranjos produtivos locais. 2005. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/447275/coopera%C3%A7%C3%A3o-e-capital-social-em-arranjos>> acessado em: 06 de dezembro de 2015 às 15h.

DALLABRIDA, V. R. *Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de “concertación público-privada”*. In: **Documentos y aportes en administración pública y gestión estatal**, Año 3, n, 4, Santa Fe, 2003, 61-94p.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1972. 305 p.

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidades**. Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de publicações. (Lei n. 10257 de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana).

ESTUDO DE IMPACTO URBANO AMBIENTAL(EIUA): para o empreendimento do Horto Bela Vista. Salvador. 2011.

FBES. **FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**. 2013. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 01 de out de 2013.

FERNANDES, R. B. SANTOS, R. L. S. SANTOS, S. M. O crescimento urbano em salvador e os impactos ambientais na formação do Cabula – bairro popular estratégico. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales** (Serie documental de *Geo Crítica*). Universidad de Barcelona. Vol. IX, nº 521, 10 de julho de 2004.

FERNANDES, R. B. **Periferização Sócio-espacial em Salvador**: análise do Cabula, uma área representativa. Salvador, 1992. Dissertação (Mestrado) – FAU-UFBA, 1992.

FERREIRA, A. S. M. Arranjos Produtivos Locais – uma abordagem socioeconômica no estado da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador. v. 13, n. 3, p. 635-640, dez. 2003.

FIANI, R. Arranjos institucionais e desenvolvimento: **O papel da coordenação em estruturas híbridas**. 1815 Texto para discussão. IPEA. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/971/1/TD_1815.pdf>. Acessado em: 22 de maio de 2015 às 22h33min.

FOX, I. K. *Institutions for water management in a changing world*. **Natural Resources Journal**. V,16. 743-758 p. 1976.

FREY, K. **Governança urbana e participação pública**. RAC-eletrônica, v.1, n.1. p.136-150. 2007.

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FUINI, L. L. **Manifestações da governança territorial no Brasil**: Uma análise do Circuito das águas paulista e do Circuito das malhas do Sul de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia), Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010, 191 f.

GARCIAS, C. M.; AFONSO, J. A. C. **Revitalização de rios urbanos**. Gesta, v. 1, n. 1 – p. 124–137, 2013. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/gesta/article/view/71111>>. Acesso em: 5 abr. 2014. 14p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: ed. Atlas, 1999.

Gilly, J. P.; Pecqueur, B.. *La dimensión local de la regulación*. In: Boyer, R.; S., Y. (org.), **Teoría de la regulación: Estado de los conocimientos**. Volume II. Argentina: Oficina de Publicaciones da CBC, 1997, 115-124p.

GOMES, F. dos S. **A Hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII – XIX). São Paulo: UNESP; Polis, 2005.

GOMES, F.; REIS, J. J. (orgs). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOTTSCHALL, C. S. et al. **Centro da cultura de Salvador**. Salvador, EDUFBA/SEI, 2006.

GOUVEIA, Anneza Tourinho. **Um olhar sobre o bairro: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de Salvador**. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia - Universidade Federal da Bahia (UNEB). Salvador – BA. 2010.

GOUVEIA, Anneza. **As Associações de Bairro do Cabula e Mata Escura: uma análise de gestão participativa**. Relatório Final de Pesquisa. (PIBIC). Laboratório de Estudos Territoriais e Gestão do Território- LEAGET. Departamento de Geografia/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: < <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85395/lei-10549-06>>. Acessado em 06 de fevereiro de 2016.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. 350 p.

HOLLINGSWORTH, J. Rogers. *Theme Sction doing institutional analysis: implications for the study of innovations*. **Review of international political economy** 7:4 winter, 2000, p. 595-644. Disponível em: <[http://faculty.history.wisc.edu/hollingsworth/documents/Hollingsworth.J.Rogers.Doin g Institutional Analysis-Implications for the Study of Innovations.pdf](http://faculty.history.wisc.edu/hollingsworth/documents/Hollingsworth.J.Rogers.Doin%20g%20Institutional%20Analysis-Implications%20for%20the%20Study%20of%20Innovations.pdf)> acessado em: 23/05/2015 as 01h49min.

IBGE. **Instituto brasileiro de geografia e estatística**. 2010. Disponível em :< [www.ibge.gov. br/](http://www.ibge.gov.br/)>. Acesso em: 10 dez 2014.

IRVING, Marta A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** In: BARTHOLLO, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

ITCP/UNEB. Relatório Proninc, 2005. Disponível em <http://www.acompanhamentoproninc.org.br/down-sem-1/UNEB.pdf>. Acesso em 20 ago 2009.

JACOBI, Pedro – Poder local, políticas sociais e sustentabilidade, **rev. Saúde e Sociedade**. 8(1); 31-48, 1999.

JIA, Wei; LIU, Li-ran; XIE, Xue-mei. *Diffusion of technical innovation based on industry-university-institute cooperation in industrial clusters*. **The Journal of China Universities of Posts and Telecommunications**, v.17, p 45-50, 2010.

KARLSSON, C. (org). **Handbook of research on cluster theory**. Cheltenham, UK: Nprthampton/Massachusetts: Edgar, 2008 (Handboods of Research on Clusters Series).

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. Urban form. In: _____. **The urban revolution**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2003. cap. 6, p. 115-134.

LUZ, M. A. **Agadá: dinâmica civilizatória africano-brasileira**. Salvador: Secneb: Eufba/CED, 1995 e 2013.

MACKE, J.; GENARI, D.; FACCIN, K. **Social capital in brazilian wine industry networks**. African Journal of Business Management, v. 6, n. 19, p. 5990-8, May 2012.

MALUF, R. B. **Programa de desenvolvimento do APL de confecções - rua do Uruguai e entorno**. Programa de Requalificação da Península de Itapagipe, Salvador - BA, 2005.

MANCE, E. A.. **Como organizar redes solidárias**. RJ: DP&A, Fase, IFliL, 2003.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5 ed. – São Paulo : Atlas 2003.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-191

MARINHO, L. Apresentação do atlas da economia solidária no Brasil. In: Senaes/MTE. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005-2007**. Brasília: MTE, Senaes, 2007.

MARQUES, E. C.. Notas críticas à literatura sobre o estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB**, Rio de Janeiro, n 43, p. 67-102, 1º semestre 1997.

MARTINS, S.; CKAGNAZAROFF, I. B. LAGE, M. L. da C. **Análise dos conselhos gestores de políticas públicas à luz dos relatórios de fiscalização da controladoria geral da união**. Adminiatração Pública e Gestão Social – APGS, Viçosa, v.4, pp.221-245, abr/jun, 2012.

MATTOS, T. R. S. A experiência da incubadora tecnologica de cooperativas populares da universidade do Estado da Bahia - ITCP/UNEB. In: Centro Nacional de Formação em Economia Solidário – CEFES Nacional. Rio de Janeiro, 2012.

MAX-NEEF, M. Prefácio. IN: SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

MAYNTZ, R. *Governance Theory als fortentwickelte Steuerungstheorie? IN: Schupper, G. F. **Governance Forschung. Vergewisserung uber Stand und Entwicklungslinien, Baden-Baden, Nomos**, 2001. 11f.*

MENEZES, M. F. CAMPOS, M. F. H. Políticas Públicas e desenvolvimento local. IN: SILVA, F.P. S. (Org.). **Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. 313p.

MENY, Y.; THOENIG, J. C. **Le politique publique**. Bolonha: Il Mulino, 1991.

MILLER, H. T. *Post-Progressive Public Administration: lessons from policy networks*. In: **Public Administration Review**, v.54, n. 4, p.378-386, 1994.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo** - Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2004.

MONTIBELLER, G. F. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**, Textos de Economia Florianópolis, v. 4, a. 1, p. 131-142. 1993.

MUNANGA, Kabengele. Afinal, o que é a África? Coluna, In: **Revista Brio**, São Paulo, (1), 1995.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the organizational advantage. *Academy of Management Review*, v. 23, n. 2, p. 242- 266, 1998.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, E.; SARDÁ, F. M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NASCIMENTO, I.V.O. **Os arranjos produtivos locais do turismo nas praias do traíri – Ceará**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de ciência e Tecnologia. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza Ceará. 180p.

NICOLIN J. de S. MENEZES J. M. F. Cabuleiros: memória e pluralidade africano-brasileira. In: **Seminário Internacional acolhendo as Línguas Africanas: línguas e culturas afro-brasileiras e as novas tecnologias – da Universidade do Estado da Bahia – UNEB**, 2014.

NICOLIN, J. de S. Artebagaço Odeart: ecos que entoam a mata africano-brasileira do Cabula. 2007, p. 403f. **Dissertação** (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) Departamento de Educação e Contemporaneidade, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.

NICOLIN, J. de S. Conhecimento: História e Cultura da África Reterritorializada no Cabula-Tema: A Sociabilidade Cabuleira. In: **Associação artista e Cultura odeart**. Disponível em: <http://artebagacodeart.art.br/page_3.html> Acessado em: 18 de maio de 2015.

NORONHA, E. G. TURCHI, L. Política industrial e ambiente industrial na análise de arranjos produtivos locais. Texto para discussão. **IPEA**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1076.pdf> Acessado em 21/05/2015 as 00h42min

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

NUNES, E. J. F. SOUZA, D. M. Educação e território: estratégias de desenvolvimento local na periferia de salvador. **IX colóquios internacional de geocrítica**. porto alegre, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, S. Q.. **Pela vida sustentável**: diferença entre “planejamento urbano e gestão urbana”. 2012. Disponível em: <<http://pelavidasustentavel.blogspot.com.br/2012/04/diferenca-entre-planejamento-urbano-e.html>> acessado em 26 de maio de 2015

OLIVEIRA, J.A.P. Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social. ed. 2. Rio de Janeiro. Elsevier, 2013.

PADILHA, O. de La T.. **El turismo**: fenómeno social. México: Fundo de Cultura Econômica, 1994.

PANGEA, Centro de Estudos Socioambientais. 2016. Disponível em:< <http://www.pangea.org.br/> > acessado em 14 de jan. de 2016.

PARANÁ, Governo do Estado. **Orientação para a gestão municipal do turismo**: guia prático para dirigentes públicos municipais de turismo. Curitiba, 2008, 100p.

PASQUINO, G. **Curso de ciência política**. Rio de Janeiro: Ed, Principia, 2005.

PAULISTA, G; VARVAKIS, G; MONTIBELLER-FILHO, G. **Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. XI, n. 1, p. 185-200, 2008.

PDDU. Plano diretor de desenvolvimento urbano. Arquivos da biblioteca (plano 500). Prefeitura de Salvador, 2015. Disponível em:< http://www.plano500.salvador.ba.gov.br/arquivos/biblioteca_arquivos/407/ARQUIVO_BIBLIOTECA_ARQUIVO.pdf

PEDREIRA, P. T. Os quilombos baianos. In: **Revista brasileira de geografia**. Sumário do número de outubro-dezembro de 1962. Disponível em:< http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n4.pdf> acessado em 17 de mai de 2015. às 13:21.

PEREIRA, A. dos S. OLIVEIRA, F. V. A via portuária de Salvador: mobilidade na capital baiana a partir de intervenções viárias. **Caderno metrópole**, São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 535-556, jul/dez 2013.

PEREIRA, I. C. Breve histórico do instituto da sesmaria e a evolução das principais áreas da cidade do salvador. **Revista direito UNIFACS**. n. 128, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1402>> Acessado em: 17 de mai de 2015 às 11:31.

PETERS, B. G. **American public policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PNDU. **Política nacional de desenvolvimento urbano**. 2004. Ministério das Cidades, v. 1.

PORTER, M. Como as forças competitivas moldam a estratégia. In: MONTEGOMERY, C. A., PORTER, M. **A busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

POWELL, W. *Neither market nor hierarchy: network forms of organization*. **Research in organization Behavior**, v,12, p. 295-336, 1990.

PROCOPIUCK, M. Estratégias em redes de Políticas e em arranjos de governança multinível: um olhar sob a perspectiva da teoria da prática. *Revista de Desenvolvimento Regional, Redes*. Universidade de Santa Cruz do Sul. v. 20, n. 1, p. 10-35, jan./abr.2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3532/pdf_16> Acessado em: 19 Ago de 2015.

PROCOPIUCK, M. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação: governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013. 383p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAZETO, L. M. **O que é a economia de solidariedade**. Disponível em <http://www.luisrazeto.net/content/i-o-que-%C3%A9-economia-de-solidariedade> Acesso em: 11 mar de 2011.

REIS, J. J. **Dono da terra chegou, cento e cinquenta acabou?** Notas sobre resistência e controle dos escravos na Bahia, que recebeu a família real em 1808. **Revista USP**, São Paulo, n.79, p. 106-117, setembro/novembro 2008.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

REZENDE, D. A. KLAUS F. BETINI, R. C. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana**. CesarBuscaLegis.cqj.ufsc.br 2006. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29555-29571-1-PB.pdf>> Acesso em 02 de Abr de 2015 às 10:00.

REZENDE, D. A. **Planejamento de estratégias e informações municipais para a cidade digital**. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

RHODES, R. A. W. MARSH, D. *New directions in the study of policy networks*. **European Journal of political research**, v, 21, p. 181-205, 1992.

RHODES, R. A. W. MARSH, D. *Policy networks in british politics: a critique of existing approaches*. In: RHODES, R. A. W. MARSH, D. **Policy networks in british politics**. Oxford: Clarendon Press, 1990, p.1-26.

RHODES, R. A. W. Policy Network Analysis. In M. Moran, M. Rein and R. E. Goodin (Eds.) **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press), pp. 423-45. I would like to thank Chris Ansell, Mark Bevir, Jenny Fleming, Johan Olsen and the editors for their comments and advice. © R A W Rhodes 2006.

RICCO, A. S. **O Turismo como fenômeno social e antropológico**. 2013. Disponível em:< <http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte/article/view/8/6>> Acesso em 24 mai. 2014.

SABOURIN, E. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais** – conceitos, controvérsias, experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 1986.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. O tripé do desenvolvimento incluyente. Palestra Magna. Seminário de Inclusão Social. **BNDES**. 22 e 23 de setembro de 2003. Disponível em:< <http://ignacysachs.blogspot.com.br/2008/12/o-trip-do-desenvolvimento-incluyente.html>> Acesso em: 19 Ago. 2015

_____. **Rumo à Ecosocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 472p.

SACRAMENTO, V. de J. **Mergulhando nos mocambos do borrachudo** – barra do rio De contas (século XIX). Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos étnicos e africanos. P.96, 2008

SÁENZ, R. C. *Gobernanza y democracia: de vuelta al río turbio de la política*, **rev. Gestión y Política Pública**, vol. XXI . n. 2 . II semestre, PP. 333-374, 2012.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento Sustentável**. Itajaí: UNIVALI, 2000.

_____. *Estrategias aplicadas a los procesos de cambio: el conocimiento organizacional como un nuevo enfoque analítico para la formulación de estrategias en organizaciones efectivas*. **Revista Administración una Filosofía para la Acción** (UFASTA), Buenos Aires, 2005b.

_____. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a ecosocioeconomia**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005a.

_____. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecosocioeconomia das organizações**. Blumenau: Edifurb, 2009.

_____.(Org.) **Gestão que privilegia uma outra economia:** ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB. 2010.

SANTOS, A. L. CHONG, A. B. R. ARAUJO, D. M. S. ARAGÃO, I. SANTOS, L. G. S. ARUJO, R. S. **Os bairros delimitados pela comunidades como área do antigo quilombo Cabula.** Produzido pelo Eixo Dinâmica Urbana e Território do Projeto TBC Cabula e entorno, para apresentação de pôster no II encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária. 2013.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência: para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHAERER, J. DIRVEN, M. *El turismo rural en Chile.* **CEPAL, Serie Desarrollo Productivo**, n. 112, 2001.

SCHEYVENS, R. **Ecotourism and the empowerment of local communities.** *Tourism Management*, v. 20, p. 245-249, 1999.

SETRE/SESOL. Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte/Superintendência de Economia Solidária. **Relatório síntese das políticas públicas de economia solidária desenvolvidas pelo governo do estado da Bahia período: 2007-2010.** Este documento foi elaborado para subsidiar a II Conferência Estadual de Economia Solidária e suas etapas Territoriais/ Regionais. Bahia, 2010, 45p.

SAMPAIO, C. A. C. FERNANDES, V (org). **Gestão de natureza pública e sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2012. 1108p.

SAMPAIO, C. A. C. LEÓN, C. DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: o aprendizado a partir das cooperativas de Mondragón. **Organizações & Sociedade**, 2008. v. 15, n. 46 p. 77-98.

SAMPAIO, C. A. C. MANTOVANELI Jr, O. Para pensar uma nova racionalidade de tomada de decisão que promova o planejamento e a gestão de desenvolvimento territorial sustentável. In: **XIII Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano regional.** Florianópolis – Santa Catarina – Brasil, 2009.

SAMPAIO, C. A. C., DALLABRIDA, In. Ecossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. **Revista da FAE**, v.12,p.17 - 33, 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. Arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL. Com): um projeto piloto na comunidade do entorno da microbacia do Rio Sagrado (Morretes/PR). *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 15, n. 1, p. 30-42, 2013. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/645/390>>. Acessado em 28 de Dez de 2015.

SAMPAIO, C.A.C. SANTOS, L.C.R. RIBEIRO, L. S. A ecossocioeconomia e a economia solidária, uma aproximação teórica. IN: **I Seminário Nacional de economia solidária**. Ponta Grossa, Paraná. 2014b

SAMPAIO, C.A.C., CECCATO, M.W., MENDONÇA, C.V., REHME, G. *Slow city*: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável In: **Seminário internacional culturas e desenvolvimento, Chapecó (SC)**, 2014a.

SANTOS, C.N. **Turismo e Plano Diretor**: orientações para os municípios com potencialidade turística. Curitiba: não publicada, 2006. PARANÁ, Governo do Estado. Orientação para a Gestão Municipal do Turismo: guia prático para dirigentes públicos municipais de turismo. Curitiba, 2008, 100p.

SANTOS, L. C. R.; GRIGNANI, J. D. N. da C. **Desenvolvimento territorial sustentável**: um estudo de caso de experiência ecossocioeconômica na cidade do México- México/DF. Não divulgado. 2015, 15p.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: **Raízes**, Campina Grande (PB), v. 23, n. 2, p. 99-116, 2004.

SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: Edusc, 2001.

SCHWARTZ, S. B. **Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas**. *Áfro-Ásia*, n. 29-30, 2003, pp.13-40.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: ideas and interests**. Sage publications, Estados Unidos, 2008. 280p.

SECHI, S. **L'esercito rosso: il dipartimento di Stato e L'apparato militare del PCI. Nuova storia contemporanea**. Edição 3. 2000.

SENAES/MTE. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005-2007**. Brasília: MTE, Senaes.

SENRA, K. V. Políticas e Instituições para o Desenvolvimento Econômico Territorial (DET) no Brasil. Boletim Regional. **Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**, n. 4 maio/agosto 2007 – Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, p. 7-14. 2007.

SETRE/SESOL. Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte/Superintendência de Economia Solidária. **Relatório síntese das políticas públicas de economia solidária desenvolvidas pelo governo do estado da Bahia período: 2010-2014**. Este documento foi elaborado para subsidiar a II Conferência Estadual de Economia Solidária e suas etapas Territoriais/ Regionais. Bahia, 2014, 45p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SHIKI, S. de F. N.; RUA, M. das G. Metodologia de Avaliação de Desenvolvimento Social e Ambiental do Turismo no Nordeste Brasileiro. III Encontro da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. In: **GT17: Turismo**, ambiente e sociedade. 23 à 26 de maio de 2006.

SILVA, C. L. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**. agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 11-40.

SILVA, C. L.; RAULI, F. C. **Avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso dos programas de educação de Curitiba de 1998 a 2005**. Semestre Económico, v. 12, n. 23, pp. 77-96 - ISSN 0120-6346 - Enero-junio de 2009. Medellín, Colombia.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, F.P. S. (Org.). **Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. 313p.

SILVA, F.P. S. SÁ, N.S.C. (Org.). **Cartilha (in)formativa sobre Turismo de Base Comunitária “O Abc do TBC”**. Salvador: EDUNEB, 2012. 32p.

SILVA, J. M. C. Políticas públicas como instrumento de inclusão social. **Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial.**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 161-211, jul./dez. 2010. Disponível em: <

http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/politicas_publicas_como_instrumento_de_inclusao_social.pdf >. Acessado em: 28 de Maio de 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, nº16, p. 20-45, jul/dez. 2006b. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 12 jul. 2014.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a. 632 p.

TEIXEIRA, M. F. I. M. **Planejamento urbano e desenho urbano**: um estudo sobre suas relações múltiplas e mutantes. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

TOFLER, A. **A terceira onda**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TUCCI, C.E.M. Programa Nacional de Águas Pluviais. Ministério das Cidades PMSS, Brasília. 2005.

ULTRAMARI, C. FIRMINO, R. *Urban beings or city dwellers? The complementary concepts of 'urban' and 'city'*. **City & Time**, v. 4, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/viewarticle.php?id=143>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. 2015. Disponível em: <<http://www.dedc2.uneb.br/instituicao>> acessado em 3 de fevereiro de 2015.

VECCHIA, R. V. R. D. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 4, n. 1, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, P. F. WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental [Trad. Anne Sophie de Pontbriand-Vieira e Christilla de Lassus]. São Paulo: Cortez, 1997. 500 p.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C. SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp; Fupam, 1999.

WINCHESTER, L. **Desafios para o desenvolvimento sustentável das cidades na América Latina e Caribe**. EURE, Santiago, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3. Ed. Porto Alegre: Bookmann, 2005. 207p.

APÊNDICE

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária

Dados de identificação do entrevistado (mantidos em sigilo)

Nome: _____
 Idade: _____ Telefone: () _____ E-mail: _____
 Naturalidade: _____ Profissão/cargo: _____ Tempo de empreendimento: _____
 Empreendimento: _____
 Endereço: _____
 Área/Segmento: _____
 Data: _____ Horário: _____

1. Quais são os empreendimentos econômicos e solidários com quem você se relaciona (incluir endereço)?

2. Qual a modalidade do empreendimento?
 Organizações financeiras Empresas autogestionárias Cooperativismo Popular
 Redes de empreendimentos Associações Clube de Troca
 Grupo formal Grupo informal Outro: _____

3. Existem fóruns, associações e/ou qualquer outro mecanismo de participação desses atores? Quais?

4. Quem coordena? _____
 5. Quem se beneficia? _____

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DE COLETA DE DADOS

EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dados de identificação do entrevistado (mantidos em sigilo)

Nome: _____
 Idade: _____ Telefone: () _____ E-mail: _____
 Naturalidade: _____ Profissão: _____ Tempo de serviço: _____
 Empreendimento: _____
 Área/Segmento _____ Ano de fundação: _____
 Data da entrevista: _____ / _____ / 2015 Horário: _____

1. Qual a modalidade do empreendimento?
 Organizações financeiras Empresas autogestionárias Cooperativismo Popular
 Redes de empreendimentos Associações Clube de Troca Grupo formal
 Grupo informal Outro (se for outro, deixar espaço para escrever!)
2. Endereço: _____
3. Quem coordena? _____
4. Quem participa? _____
5. Quantos participam? _____
6. Quem se beneficia? _____
7. Quais são as iniciativas socioproductivas ou políticas de economia solidária do território do Cabula que correlacionam com a tua?

8. Quem coordena as iniciativas? _____
9. Quem participa das iniciativas? _____
10. Quem se beneficia? _____
11. Como você avalia os resultados das políticas de economia solidária?

12. Há relatórios ou monitoramento formal dos resultados? Quais? _____
13. Em sua opinião, quais as principais deficiências das políticas sociais da economia solidária?

14. Participa de reuniões coletivas? Quais? _____
15. Com que frequência participa das reuniões? _____
16. Importância das decisões tomadas no coletivo? _____
17. Tipo de participação? _____
18. Qual o aspecto econômico do empreendimento?

19. Social? _____
20. Ambiental? _____
21. Oportunidades (externas): _____

22. Pontos fortes (internos): _____
23. Ameaças (externas): _____
24. Pontos fracos (internos): _____
25. Conhecimentos tradicionais/populares considerados no projeto (tecnologias apropriadas): _____
26. Metodologias de trabalho (descentralização/centralização, racional/emotiva, participação induzida/voluntária, gestão profissional/voluntariado e outros); _____
27. Principais ações implementadas; _____
28. Resultados obtidos; _____
29. Impactos que ocorreram depois da implementação; _____
30. **Arranjo Institucional e Socioprodutivo** (institucionalidade e cadeia produtiva envolvidas) **de base local**: Comunidade, Município: _____
 Microrregional (Unidades de Conservação e Bacias Hidrográficas): _____
 Estadual: _____ Nacional: _____
31. Fornecedores de insumos (quando há relação produtiva): _____
32. Provedores de informação (relação política); _____
33. Distribuidores: _____
34. Consumidores dos produtos (quando há relação produtiva)/informações: _____
35. Quem são as organizações de apoio (instituições que influenciam, como as do Estado e organizações do terceiro setor); _____
36. Ocorrem Terceirizações (empresas)? _____
37. Quais elementos que favorecem o diálogo e a articulação entre vocês? _____
38. Que tipo de produto você comercializa? () Artesanato () Arte () Outros (se é outro, descreva!).
39. Qual matéria prima você utiliza e de que forma descarta o que não será utilizado. _____
40. A sua renda vem somente da venda dos produtos? _____
41. De que forma se dá a comercialização? _____
42. Quantas pessoas estão envolvidas diretamente na confecção do produto que é comercializado? _____
43. O que a Prefeitura oferece como apoio? _____
44. Comentários ou pontos a considerar. _____

ANEXO B – FORMULÁRIO QUALITATIVO DE COLETA DE DADOS.

1. Nome do Projeto Demonstrativo;
2. Município (sede)/Estado/País da experiência;
3. Modalidade: (a) Agenda 21 Local, (b) Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável, (c) Responsabilidade Socioambiental Corporativo, (d) Economia Social, (e) Gestão de Unidades de Conservação Ambiental, (f) Mobilidade Urbana Sustentável, (g) *Slow cities*, (h) *Ecovilages*, (i) tecnologias apropriadas e (j) ecogastronomia
4. *Homepage* / Link do vídeo institucional do Projeto;
5. Entrevistado(s): nome, função, data, tempo da entrevista e local, telefone e email de contato;
6. Instituições participantes do projeto:
 - 6.1 Instituições coordenadoras;
 - 6.2 Centros de pesquisa (universitários) que prestam assessoria; e
 - 6.3 Demais instituições;
7. Financiamentos recebidos (nome da instituição, valor do financiamento, período);
8. Produção científica sobre o projeto (teses, dissertações, monografias, artigos, reportagens, vídeos e outros);
9. Gênese (como tudo começou, até os dias atuais) do projeto:
 - 9.1 Problemática (qual foi o problema que originou o projeto?); e
 - 9.2 Objetivos do projeto (o que se resolveu efetivamente?);
10. Localização (território): sede e arredores:
 - 10.1 Descriminar localização específica caso se trate de uma bacia hidrográfica/unidades de conservação/microrregião:
 - 10.2 Coordenadas Latitudinais e Longitudinais da localização (Google maps):
 - 10.3 Anexar mapa de boa qualidade que demonstre localização microrregional/estadual;
 - 10.4 Características do local: 8.3.1 Ecológicas; 8.3.2 Culturais; 8.3.3 Sociais; 8.3.4 Econômicas; e Políticas
 - 10.5 Identificar indicadores que demonstrem sustentabilidade da experiência;
11. Marcos (Estratégias) do Projeto:
 - 11.1 Oportunidades (externo ao projeto) e pontos fortes (internos ao projeto);
 - 11.2 Ameaças (externas) e pontos fracos (internas);
 - 11.3 Cultura organizacional predominante (associativismo, empreendedorismo, religiosidade, movimento social e outros);
 - 11.4 Conhecimentos tradicionais/populares considerados no projeto (tecnologias apropriadas);
 - 11.5 Metodologias de trabalho (descentralização/centralização, racional/emotiva, participação induzida/voluntária, gestão profissional/voluntariado e outros);
 - 11.6 Principais ações implementadas;
 - 11.7 Resultados conseguidos durante o projeto; e
 - 11.8 Impactos que ocorreram depois da implementação do projeto;
12. **Arranjo Institucional e Socioproductivo** (institucionalidade e cadeia produtiva envolvidas) **de base local:**

Encadeamento Vertical: Identifique local (comunidade, município), microrregional (Unidades de Conservação e Bacias Hidrográficas), estadual, nacional e internacionalmente os:

 - 12.1 Fornecedores de insumos (quando há relação produtiva)/provedores de informação (relação política);
 - 12.2 Distribuidores/consumidores dos produtos (quando há relação produtiva)/informações (relação política);

Encadeamento Horizontal: Identifique as: 12.3 Organizações de apoio ao projeto (instituições que influenciam, como as do Estado e organizações do terceiro setor); 12.4 Terceirizações que ocorrem no projeto (empresas).

Esquematize o arranjo em torno do projeto, conforme a matriz abaixo, aproveitando as informações identificadas dos itens 12.1, 12.2, 12.3 e 12.4

Encadeamento Horizontal	Local	Encadeamento Vertical 12.1 Fornecedores de insumos/provedores de informação	Microrregional
	<i>Organizações de apoio</i>	Projeto Demonstrativo	<i>12.4 Organizações terceirizadas</i>
	Estadual	12.2 Distribuidores/consumidores dos produtos/informações	Nacional/Inter

13. Propostas e Intenções Futuras do projeto: